



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

ELANE CONCEIÇÃO ANIAS

**GÊNERO, RAÇA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: TRAJETÓRIA DE
MULHERES NEGRAS NO CAMPO POLÍTICO DO RECÔNCAVO DA BAHIA
(2012 – 2016)**

Cachoeira - BA
2016

ELANE CONCEIÇÃO ANIAS

**GÊNERO, RAÇA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: TRAJETÓRIA DE
MULHERES NEGRAS NO CAMPO POLÍTICO DO RECÔNCAVO DA BAHIA
(2012 – 2016)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação de.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Paula C. de Carvalho

Cachoeira - BA
2016

“Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades.” (SOUZA, 1983, p. 18).

AGRADECIMENTOS

Agradeço à toda minha família e amigos pelo incentivo e paciência durante essa jornada. Em especial, ao apoio e colaboração das minhas irmãs, Eline Anias e Elenilza Anias, por estarem sempre ao meu lado, encorajando-me a prosseguir nesta trajetória.

O meu agradecimento à orientadora, Prof.^a Dr.^a Ana Paula Carvalho, pelas reflexões críticas e valiosas sobre o tema e os procedimentos dessa pesquisa.

Aos meus amigos, Wellington Pereira e Maria Santos, pelo apoio de extrema importância prestado no decorrer da minha jornada acadêmica. E ao grupo de pesquisa Coletivo Angela Davis.

A todas as entrevistadas, que confiaram em mim e se dispuseram a contribuir com gentileza e boa vontade, dividindo comigo suas histórias.

A todos que contribuíram no processo de construção deste trabalho. Em poucas palavras, meu muito obrigada.

RESUMO

Esta dissertação, que apresenta a pesquisa “Gênero, Raça e Participação Política: Trajetória de mulheres negras no campo político do Recôncavo da Bahia (2012 – 2016)”, tem como objetivo compreender como se constrói a participação das mulheres negras dentro de uma política marcada pelo tradicionalismo e dos entraves culturais que caracterizam as dificuldades de acesso destas mulheres às instâncias de representação. Assim, através desta pesquisa buscamos mostrar especificidades da opressão, resultantes da intersecção de raça e gênero, e como os demais marcadores sociais de desigualdade interagem e geram diferentes formas de entraves para a presença de mulheres negras na arena política. Nossa abordagem, a partir da trajetória de vida, buscou revelar as formas de acesso e como os processos sociais operam sobre as escolhas dessas mulheres de maneira que as análises foram centradas nos significados de suas trajetórias. Nessa perspectiva, o estudo aponta para a importância pela representatividade das mulheres negras nos cargos políticos e eleitorais.

Palavras-chaves: Mulheres negras. Política. Gênero. Raça. Representação política.

ABSTRACT

This paper presents the research - "Gender, Race and Political Participation: Trajectory of black women in the political field of Bahia Reconcavo (2012 - 2016), aims to understand how is the participation of black women in a policy marked by traditionalism and cultural barriers that characterize the difficulties of access of women to representative bodies. So through this research we seek to show specifics of oppression resulting from the intersection of race and gender, and how other social markers of inequality interact and generate different forms of barriers to the presence of black women in the political arena. Our approach, from the path of life, sought to reveal the forms of access and how the social processes operate on the social practices of these women so that the analyzes were focused on the meanings of their trajectories. In this perspective, the study points to the importance of the role of black women in political and electoral positions.

Key words: Black women. Politics. Gender. Race. Political representation.

LISTA DE ABREVIATURA

ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
CEFET-BA	Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
GELEDÉS	Instituto da Mulher Negra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MNU	Movimento Negro Unificado
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
OMS	Organização Mundial da Saúde
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SPM	Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres
SUS	Sistema Único de Saúde
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
OS CAMINHOS TRILHADOS NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	15
A PESQUISA DE CAMPO.....	20
1 ENTRE REPRESENTAÇÃO E O RECONHECIMENTO: DIÁLOGOS SOBRE A DESIGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA.....	23
1.1 A PRODUÇÃO ACADÊMICA DE ESTUDOS SOBRE GÊNERO, RAÇA E POLÍTICA, COMO ANDA?.....	29
1.2 A COMPLEXA TRAMA DAS DESIGUALDADES: INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO E RAÇA.....	33
1.3 EM MOVIMENTO: A POLÍTICA BAIANA E DO RECÔNCAVO DA BAHIA MULHERES NO CENÁRIO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2012.....	46
2 TRAJETÓRIAS DAS PREFEITAS DO RECÔNCAVO.....	55
2.1 DOMINGAS DA PAIXÃO: “ESSES PASSOS VÊM DE LONGE”....	566
2.2 VERA LÚCIA MARIA DOS SANTOS: ENTRE A PROFISSÃO E A POLÍTICA	67
2.3 RILZA VALENTIM: UMA TRAJETÓRIA PARA NÃO SER ESQUECIDA.....	78
3 TRAJETÓRIAS CRUZADAS: MARCADORES DE DESIGUALDADES PRESENTES NA POLÍTICA	833
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	9393
REFERÊNCIAS	95
ANEXOS	104

INTRODUÇÃO

O presente trabalho está situado no campo de estudos das Ciências Sociais sobre gênero e raça, tendo como tema de investigação a participação política sob esse viés.

A dissertação tem como objetivo apresentar e analisar as trajetórias de mulheres negras que ocupam cargo como prefeitas no Recôncavo da Bahia, na última eleição, gestão 2013 - 2016. O intuito é compreender de que maneira as desigualdades de gênero/ raça se produzem e reproduzem em suas trajetórias políticas, bem como as estratégias sociais, políticas, pessoais e culturais, por elas utilizadas, para inserção e ascensão na vida política.

Sendo assim, o problema de pesquisa consiste em compreender como se dá a participação política de mulheres negras que ocupam esses cargos eletivos. Uma vez que as mulheres, em especial as mulheres negras, enfrentam maiores dificuldades para adentrar o campo político e ocupar posições de destaque no seu interior, percalços resultantes da intersecção entre os marcadores sociais das opressões que geram condições desfavoráveis as mulheres negras (Crenshaw, 1989; Azeredo, 1994; Ribeiro, 1995; Holvin, 2008). Interessa-nos identificar quais são os elementos e as estratégias que possibilitam a algumas delas vencer os obstáculos derivados do machismo, sexismo e racismo que permeiam a sociedade e a política em particular. Para desenvolvermos tal questão, tomamos como *locus* de pesquisa as trajetórias de Domingas Souza da Paixão (PT); Vera Lúcia Maria dos Santos (PR) e Rilza Valentim de Almeida Pena (PT) -*in memoriam*-, mulheres no campo político do Recôncavo da Bahia que se tornaram prefeitas nos municípios de Governador Mangabeira, Maragogipe e São Francisco do Conde, respectivamente.

Nas democracias eleitorais, a seleção do representante legítimo ocorre com a autorização dos representados, concedida pelo voto. A rigor, a representação política diz respeito à participação nos processos de tomada de decisão em nome de outros, mas também a participar da confecção da agenda pública e do debate público em nome de outros (MIGUEL, 2003). Dentro das relações de poder que permeiam e sustentam o sistema político, a disputa político-eleitoral para o executivo municipal envolve um número pequeno de candidatura feminina, pois quanto mais alto o cargo¹, menor o número de mulheres concorrendo a ele. Nesse sentido ainda, é que buscaremos traçar o cenário da participação política feminina no

¹ Segundo Ana Alice Costa nessas estruturas, a participação feminina tende a aumentar à medida que diminui a hierarquia das esferas de decisões, ou seja, quanto mais importante o cargo, menor o número de mulheres. “No que se refere às instâncias do Executivo cujo acesso se dá através de processos eleitorais, onde não existe ainda nenhum sistema de cotas ou política de ação afirmativa a participação feminina ela é pequena” (COSTA, 2011, p. 194).

Recôncavo da Bahia, compreendendo as representações² destas mulheres acerca do estar participando da política, enquanto mulher negra representante do cargo de maior expressividade dentro da esfera da política municipal, o que suscita alguns questionamentos.

Tendo em vista que os percalços resultantes da intersecção entre os marcadores sociais geram opressões e condições desfavoráveis às mulheres negras, interessa-me identificar em que condições ocorrem a inserção no campo político e as estratégias adotadas para superar tais desigualdades. A segunda questão consiste em verificar se o processo de construção da sua trajetória política tem se dado por meio da afirmação das identidades negra e/ou feminina.

Para desenvolver essa dissertação, apoio-me em algumas abordagens teóricas e conceitos-estruturantes, como gênero, raça e classe. Trata-se de um esforço de teorização para mostrar as conseqüências concretas e dinâmicas da interação entre esses dois ou mais eixos de subordinação. Para tal, lançamos mão do conceito de interseccionalidade, ferramenta teórico-metodológica importante na compreensão de como os elementos que constituem os sujeitos são lidos pela sociedade, isto é, a perspectiva interseccional evidencia como as dinâmicas das múltiplas discriminações interagem e geram diferentes formas de opressão (CRENSHAW, 2002).

Um outro aspecto que orienta minha reflexão trata-se do modo como a categoria gênero nos permite compreender como diferenças construídas socialmente refletem nos símbolos, discursos, direito e no cotidiano social. Tais aspectos são ressaltados por Joan Scott (1995), que aborda como, ao longo dos tempos, essa vigência da diferença entre homens e mulheres tem materializado-se em desigualdades. Para tanto, observar o campo político sob a óptica de gênero nos dá subsídios para compreender o modo como as diferenças socialmente construídas implicam na constituição das relações desiguais de poder.

Destaca-se, ainda, a categoria raça, que, por sua vez, é uma dimensão fundamental para compreender a forma como a sociedade organiza-se e define diferentes lugares para os indivíduos e grupos, atribuindo-lhes maior ou menor prestígio social. O emprego da noção de “raça” utilizada nesta dissertação apoia-se nas concepções propostas por pesquisadores como Kabengele Munanga (2006) e Sérgio Guimarães (2012), os quais defendem a utilização do termo “raça” enquanto conceito analítico, social e político para debater o racismo e a discriminação existentes.

² Representações conceito sociológico importante no qual Denise Jodelet (2001) descreve como a atribuição da posição que as pessoas ocupam na sociedade que possui um caráter simbólico e significante, na medida em que elas guiam o modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária.

Para pensar a participação política das mulheres no âmbito do executivo, tomamos o modelo de participação política institucional elaborado por Borba (2006), que se refere às atividades integradas aos mecanismos governamentais de tomada de decisões, incluindo os atos de votar e de se candidatar em eleições, modalidades de participação típicas da democracia representativa no campo político.

A política, tal qual nós entendemos, também dá-se nos termos cunhados por Bourdieu, de “campo político”, isto é, em espaços estruturados de posições que são regidas pelas relações de força e pela distribuição das formas de capital específico. Ou seja, ao falarmos de campo, temos de ter em conta, também, os tipos de capitais necessários para ingresso, permanência e sucesso no mesmo. “Capital” é um conceito importante, introduzido por Bourdieu, que se estende para além da noção de bens materiais, um recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social. Dentro da arena política ele está muito associado ao capital simbólico - bens simbólicos de prestígio e honra que permitem identificar os agentes no espaço social. Do mesmo modo, quando consideramos as trajetórias das mulheres negras no campo político estamos adotando o conceito bourdiano de trajetória. Estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital, distribuídos no campo ocupado por um mesmo agente junto a uma rede complexa de relações sociais (BOURDIEU,1996).

Para uma melhor compreensão da motivação e escolhas teórico-metodológicas que faço nesta dissertação trago algumas percepções sobre minhas vivências e trajetória de vida. Reconheço que apresentar o meu olhar e refletir sobre meus percursos e deslocamentos sobre essa realidade constitui-se em uma tarefa deveras complexa no fazer pesquisa em Ciências Sociais.

Como investigadora, minha aproximação com a temática de gênero começa em 2012, período em que realizei o Trabalho de Conclusão de Curso. Durante o processo de pesquisa da graduação, fui inteirada sobre a importância de abordar aspectos fundamentais de gênero dentro do objeto e análise da pesquisa. Esse fato me permitiu desnaturalizar as contradições frente às relações desiguais de gênero no contexto social de maneira que alguma coisa que estava adormecida, em latência, acordou.

As questões de gênero são onipresentes, transversais, interdisciplinares e multidisciplinares, no entanto, essa categoria é vista como uma dimensão de pouca relevância, mesmo na área das Ciências Sociais, sendo apresentada, muitas vezes, como um viés dentro das pesquisas acadêmicas.

O percurso dessa pesquisa passa, necessariamente, pela minha cidade natal, Sapeaçu, localizada no Recôncavo da Bahia; município de pequeno porte, com população estimada de

17.630³ habitantes e que, apesar dos seus 62 anos de emancipação política, só nas últimas eleições em 2012, teve a primeira mulher eleita para vereadora. A política no município sempre me trouxe grandes inquietações, primeiramente, por ser uma cidade onde predominam padrões da política tradicional, baseadas em estruturas oligárquicas e de clientelismo⁴, bem como por outra razão, não menos importante, que diz respeito ao ingresso e presença das mulheres nos espaços de participação política e poder local. Assim, passei a observar como se dava a representação política das mulheres, buscando compreender os aspectos intrínsecos quanto à limitada participação das mulheres na política sapeaçuense.

Com base em dados estatísticos, deparei-me com a questão da desigual relação de gênero e participação da mulher não só no âmbito municipal, mas, sobretudo, no âmbito das cidades inscritas no Recôncavo da Bahia⁵. Desta maneira, propus-me a questionar se a reduzida e até mesmo escassa presença de mulheres na cena política no Recôncavo Baiano seria, ou não, uma circunstância ocasional.

A sociedade é marcada por desigualdades de gênero, raça, classe e outros marcadores sociais que operam nas trajetórias sociais dos sujeitos. A partir desse entendimento é que, no decorrer do levantamento dos problemas da pesquisa, identifiquei que essas mulheres estão inscritas em um contexto cultural que envolve outros marcadores sociais, além do de gênero. Essa visão conduziu para que o processo de análise priorizasse a compreensão de como essas personagens estão inscritas nas estruturas sociais.

Para situar meu lugar de fala, resgato momentos da minha trajetória nos quais desmistifiquei minha branquitude. De família inter-racial, mãe negra e pai branco, pelo fenótipo, considerava-me “parda”. Enquanto, aos olhos dos meus familiares, categorizavam-me como branca. Lembro-me que no convívio com os avôs maternos fui apelidada de amarela e, até os dias de hoje, sou chamada carinhosamente pela minha avó de “minha branca”.

No processo de socialização familiar, cresci sem problematizar tal questão. Assim, questionamentos, tais como: “será que eu sou negra?” e “será que eu não sou parda?”, não

³ IBGE. Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2014 publicadas no Diário Oficial da União, em 28/08/2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 10 out. 2014.

⁴ É conveniente explicitar a concepção do termo clientelismo, segundo Carvalho (1998, p. 134), que, de modo geral, “indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”.

⁵ Tomamos como referência a região do Recôncavo apresentada nos estudos de Milton Santos (1959), “A Rede Urbana do Recôncavo”: Cabeceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Conceição do Almeida, Castro Alves, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador, Mangabeira, Maragojipe, Muritiba, Muniz Ferreira, Nazaré, Santo Amaro, São Sebastião Passé, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, Sapeaçu, São Félix, Saubara, Varzedo, São Francisco do Conde.

faziam parte do meu cotidiano. Na verdade, sempre soube que eu não era branca, mas o meu fenótipo proporcionava-me alguns privilégios em ambientes de socialização, como na escola, família e círculo de amizades. No entanto, quando criança, vivia uma relação conturbada com os cabelos, pois sempre queria que eles fossem penteados de uma forma que parecessem bem mais lisos, sem nenhum tipo de ondulação. Atitude que só anos mais tarde pude compreender como uma espécie de renúncia, ou negação da minha identidade.

Por conta da complexidade, os estudos das relações raciais no Brasil foram, por décadas, amplamente analisados. A miscigenação, como construto positivo da cultura brasileira, junto à afirmação da mistura racial harmônica, em Freyre (1960), difundiram a idéia da “democracia racial” no Brasil, o que reforçava o discurso de que aqui não existiam raças, mas sim, cores.

Branco, negro, preto, pardo, moreno etc. sempre foram categorias utilizadas para a classificação racial no Brasil. Carlos Hasenbalg (1999) e Peter Fry (2005) discorrem acerca de que a infinidade de categorias de cor no Brasil neutraliza a identificação racial entre os não-brancos, promovendo a discriminação racial, ao mesmo tempo que nega sua existência, ou seja, tem por trás de si a lógica do branqueamento. O fato é que o uso dessas categorias para expressar as diferenças de cor implica em um discurso sobre a desigualdade.

Nos primeiros Estudos das Relações Raciais no Brasil, a cor era o elemento estruturante da classificação. A definição de raça⁶ expressava-se pela aparência, cor, traços físicos e era mais associada aos fenótipos do que pela ancestralidade (NOGUEIRA, 1985; AZEVEDO, 1996).

Durante muito tempo, esses estudos foram aceitos e reafirmados pelas ciências sociais brasileira, mas, a partir da década de 70, surgem vozes discordantes, Carlos Hasenbalg (1979) e Nelson do Valle e Silva (1992), ao discurso de que a desigualdade no Brasil era apenas consequência das diferenças de classe, propondo mudanças de enfoque nos estudos sobre as “relações raciais no Brasil”.

Voltando a minha fala, venho de uma família pobre, mãe dona de casa e pai comerciante. A mim e minhas duas irmãs, eles sempre apresentaram os estudos como prioridade. A afirmação da minha identidade negra começa quando ingresso na universidade, mais especificamente na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Não que antes não tivesse feito uma leitura sobre minha ascendência, mas foi durante minha trajetória acadêmica que foi se consolidando o processo de afirmação e auto-definição como negra.

⁶ Esta questão será abordada mais detidamente no Capítulo 1.

Como coloca Neusa Souza (1983), ser negro não é uma condição dada, *a priori*. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro.

Isso porque diferente dos outros ambientes, nesse novo espaço de socialização política, não fui branqueada, e, nele, começo a me enxergar como tal. Lugar em que também vivenciei atos concretos de preconceito, não só de raça, de cotas, mas de classe social, por ter sido bolsista moradora da residência universitária, fato que para muitos já atestava uma condição de pobreza extrema. A partir disso, comecei a participar de grupos de discussão da condição do negro e da mulher negra na sociedade.

No exercício de observação da minha trajetória, percebo o quanto essa consciência constituiu-se dentro da universidade, o quanto o espaço acadêmico contribuiu para que pudesse problematizar questões que estão inseridas na sociedade.

Hoje, diferente dos tempos de outrora, assumo minha posicionalidade de mulher negra⁷. Falar sobre mulheres negras é também dizer sobre mim, na medida em que minha história se mistura às demais histórias, ao revelar a condição da mulher nas suas particularidades, pois são mulheres no plural, diferentes em aspecto de classes, geração, concepções de poder, diferentes nas suas particularidades, mas que, no entanto, são iguais⁸ ao compartilhar histórias individuais, coletivas e sociais.

Essas reflexões revelam que, afinal, nós mulheres negras, também temos história, a qual não fomos ensinadas a reconhecer e valorizar. É a partir desse entendimento que Audre Lorde (1978) situa que fomos educadas para respeitar mais o medo do que a nossa necessidade de linguagem e definição. O que contribuiu para reflexão sobre a necessidade de que nós mulheres negras temos de romper com o silêncio e transformá-lo em linguagem. Isso faz também com que a resignificação da prática cotidiana incorporada a novos conhecimentos converta-se em elementos de empoderamento.

A linguagem científica é uma das formas de expressar o pensamento crítico, mas não é a única. Durante muito tempo, pensou-se o conhecimento como algo fora de nós. Mas passamos a reconhecer que a produção de conhecimento, a partir da percepção dos múltiplos processos de construção social, também constitui-se como uma forma de saber.

⁷ Ver Brah, Avtar (2006, p. 334), evitando o “cromatismo” – a base de diferenciação entre negros segundo o tom mais claro ou mais escuro da pele – “negro” tornou-se uma cor política a ser afirmada com orgulho contra racismos fundados na cor.

⁸ Boaventura de Sousa Santos (2003), numa passagem de seu texto, é especialmente claro ao afirmar que temos o direito de sermos iguais, quando a diferença nos inferioriza e temos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza. Isto é, as pessoas passam a querer ser iguais, a partir do momento em que são respeitadas as suas diferenças.

A produção de conhecimento a partir da trajetória dessas mulheres é um processo pelo qual podemos fomentar a discussão em torno da presença da mulher na política. Esse também foi um dos aspectos que orientou minhas reflexões: a busca por dimensionar o protagonismo das mulheres no cenário da política local. Uma vez que, no processo de pesquisa, pude constatar a carência de estudos voltados para a presença da mulher na política institucional, na região do Recôncavo, principalmente, no que diz respeito ao viés da participação das mulheres negras neste cenário.

Nesse sentido, parece-me legítimo afirmar que a pesquisa, na perspectiva enquanto trajetórias de mulheres negras prefeitas, conduz para um processo de reflexão e descoberta sobre as hierarquias de gênero e raça dentro da política.

Assim, esta dissertação está estruturada da seguinte forma. No primeiro capítulo, a princípio, trago a discussão sobre representação e reconhecimento frente às desigualdades na política. À luz desse debate, será realizada uma reflexão sobre as barreiras formais da inserção das mulheres no campo político. Em seguida, discuto os principais elementos teóricos, fundamentados em uma abordagem interseccional, com o propósito de fundamentar o processo de investigação sobre os estudos das mulheres na política local; no final do capítulo, apresento os elementos contextuais e estatísticos da participação feminina na política do Recôncavo Baiano.

No segundo capítulo, são lançados os olhares sobre as trajetória destas mulheres e as múltiplas escolhas e realidades por elas vivenciadas para chegar na política.

No terceiro capítulo, coloco-me na tarefa de refletir sobre essas diferentes trajetórias, buscando revelar como os processos sociais operam sobre as escolhas dessas mulheres.

Nas considerações finais, procuro sintetizar as principais idéias e descobertas da pesquisa, convidando o/a leitor (a) a fazer uma reflexão sobre os significados sociais e simbólicos da passagem dessas mulheres pela política local.

OS CAMINHOS TRILHADOS NA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Tomando como base o pensamento de Goldenberg (1997) de que nenhuma pesquisa é totalmente controlável, com início, meio e fim previsíveis, havia delimitado, no projeto inicial de pesquisa, que o objeto de estudo seria a análise da trajetória das mulheres que ocupam o cargo do executivo municipal no Recôncavo da Bahia. Para um maior aprofundamento do estudo, surge a necessidade de um recorte temporal. Nesse sentido, delimito o estudo a partir

do pleito de 2012, mandato de 2013 a 2016, nos municípios do Recôncavo da Bahia que conseguiram eleger mulheres para a instância do executivo. Foram três os municípios: Governador Mangabeira, que tem como prefeita Domingas; Maragogipe, Vera Lúcia e São Francisco do Conde, que tinha como prefeita Rilza (*in memoriam*).

Logo no início da pesquisa, período em que me aproximava do campo de estudo, recebo a notícia da morte da Prefeita Rilza Valentim, de São Francisco do Conde-BA. Rilza Valentim de Almeida Pena veio a falecer no dia 24 de julho do ano de 2014, alguns meses depois de completar 52 anos, após sofrer uma embolia pulmonar em decorrência de anemia falciforme⁹, doença hereditária, caracterizada pela alteração dos glóbulos vermelhos do sangue que acomete principalmente a população da raça negra.

Poucas semanas antes do falecimento de Rilza Valentim (1962-2014), tinha contactado com a sua assessoria sobre a realização deste estudo. Eis que, com essa fatalidade, passei a ser questionada sobre os ensejos da pesquisa. Então, propus-me ao exercício de reflexão a partir do que se desejava para pesquisa. Foi uma perda inestimável que afetou a travessia do percurso escolhido.

O que fez com que surgissem novos questionamentos: continuaria a trabalhar com trajetórias? E, dentro do trabalho, deveria ou não continuar com a intenção em apresentar a descrição e análise da trajetória política de Rilza?

Reflexões que me fizeram ver o quanto é importante apresentar a trajetória e as características ímpares dela – preocupação com a participação das mulheres na política, afirmação de uma identidade de gênero e raça em seus discursos enquanto mulher negra, ativismo na luta antirracista que se expressou no seu empenho em implantar um campus da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), na cidade de São Francisco do Conde.

⁹ Segundo os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a anemia falciforme é uma enfermidade hereditária causada por uma hemoglobina mutante ligada à descendência de populações originárias principalmente da África subsaariana, mas também da Índia, da Arábia Saudita e de países mediterrâneos. São células que têm sua membrana alterada e se rompem mais facilmente, causando anemia. A hemoglobina, que transporta o oxigênio e dá a cor aos glóbulos vermelhos, é essencial para a saúde de todos os órgãos do corpo. No Brasil, devido à grande presença de afrodescendentes, que são uma das bases da população do país, a DF constitui um grupo de doenças e agravos relevantes. Por essa razão, foi incluída nas ações da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra, do Ministério da Saúde, e está no regulamento do Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos da Portaria nº 2.048, de 3 de setembro de 2009, artigos 187 e 188. Os dois instrumentos definem as Diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme. No Brasil, segundo as estimativas disponíveis, a maior incidência ocorre na Bahia, com a média de um caso para cada 650 nascidos vivos. Em segundo lugar, vem o Rio de Janeiro, com a proporção de 1 para 1,2 mil, seguido de Pernambuco, com 1 para 1,3 mil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012, p.11-16).

Do ponto de vista metodológico, buscou-se trabalhar o estudo sobre a trajetória, pelas vias das experiências e das narrativas das mulheres. Mas, por conta dos desdobramentos metodológicos, e especificamente, no caso da trajetória de Rilza, deparei-me com a escassa fonte de material, informações em documentos oficiais, acervos de entrevistas sobre sua trajetória, bem como a dificuldade de depoimentos de pessoas que vivenciaram e acompanharam sua experiência na política e nos espaços políticos. Percalços que fizemos com que focássemos, nesse momento, nas trajetórias de Domingas e Vera, apresentando, de forma mais sumária, a trajetória de Rilza e deixando para uma outra oportunidade a análise mais detalhada de sua trajetória.

Como se constrói uma trajetória de vida? Como construímos nossa trajetória de vida? Questionamentos que me fizeram refletir sobre o significado do uso da trajetória no campo metodológico.

De um modo simplificado, podemos dizer que o uso da trajetória como metodologia de pesquisa ocupa-se em conhecer e aprofundar aspectos sobre determinada realidade. Essa abordagem permite que os agentes façam um resgate de suas experiências, percebendo sua existência em um campo permanente de mudanças.

Bourdieu lança mão da “noção de trajetória como série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 1996, p. 184). Sobre esse prisma, o uso da trajetória de vida permite o estudo não somente de uma sucessão de acontecimentos, mas das transformações que ocorrem nos percursos dos agentes. Assim, as trajetórias definem-se como colocações e deslocamentos no espaço social, mais precisamente, “nos estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão colocados em jogo no campo considerado” (BOURDIEU, 1996, p. 190).

Suely Kofes compreende a trajetória de vida como um processo de configuração de uma experiência social singular, um itinerário no qual são privilegiados o caminho e o percurso. “Em Uma Trajetória, Em Narrativas” (2001), Kofes narra a trajetória de vida de uma mulher que ocupou a cena pública na antiga capital de Goiás. Ao apresentar a metodologia utilizada, descreve como um

Foco sobre uma singularidade, no caso uma trajetória, revelou várias relações, permitindo que a pesquisa guardasse na intuição biográfica um procedimento etnográfico: orientada pelas perguntas sobre Consuelo Caiado fui seguindo seus caminhos, e o que ouvi e encontrei foi sobre muitas outras coisas. Trata-se agora de escrever sobre esse encontro, entre um itinerário de pesquisa e a trajetória de um sujeito pesquisado (KOFES, 2001, p.23).

A maneira como a autora construiu a trajetória apresenta-se como desafio, ao estabelecer uma experiência biográfica na ausência de um encontro entre o pesquisador e o entrevistado, o que a obriga a realizar uma incursão na pesquisa historiográfica. Assim, o conceito de trajetória por ela utilizado ultrapassa o sujeito que fala e informa sobre o contexto social, transmitindo sua dimensão subjetiva e interpretativa.

O conceito de trajetória tem sido amplamente utilizado pelos estudos antropológicos contemporâneos. Existe, entretanto, uma tendência a definir trajetória de vida como desdobramentos ou gêneros dos estudos da metodologia de história vida e biográfica, porém, existem diferenças entre tais conceitos de pesquisa.

Queiroz (1987), em “Relatos orais: do ‘indizível’ ao ‘dizível’”, ao fazer a distinção entre histórias de vida e biografias, aproxima-se do conceito de trajetória de vida que é empregado hoje. Para Queiroz, a história de vida configura-se como um “relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu” (QUEIROZ, 1987, p.06). A biografia, por sua vez, define-se com a história de um indivíduo redigida por outro. Sendo que a sua finalidade é obter um personagem, um indivíduo especial e particular, diferente de todos os outros, dos quais se destacam.

É o que Bourdieu chamou de “ilusão biográfica”. O autor parte da crítica da “história de vida como uma dessas noções de senso comum que entraram como contrabando no universo acadêmico” (BOURDIEU, 1986, p. 69). Assim, tece críticas ao uso dos estudos biográficos, que utilizam um tipo de narrativa, na qual uma vida é tratada como uma sucessão de acontecimentos coerentes, ordenados e retilíneos, de maneira a se ausentar de uma dimensão interpretativa da realidade.

No entanto, a distinção entre os métodos de história de vida e biografia possibilitam a compreensão e definição do estudo de trajetórias de vida a partir das várias posições que, simultaneamente, os indivíduos ocupam. Dessa forma, o estudo de trajetórias de vida configura-se como a metodologia mais adequada aos propósitos desta pesquisa, pois implica na produção de conhecimento a partir das percepções dos indivíduos em relação aos diferentes campos sociais nos quais estão inseridos.

A opção por este instrumento justifica-se por possibilitar ao pesquisador realizar um estudo aprofundado sobre as relações e posições que os agentes sociais desenvolvem no campo social.

Na teoria dos campos¹⁰ de Pierre Bourdieu (1983), eles são espaço de relações sociais entre grupos com distintos posicionamentos sociais, espaço de disputa e jogo de poder. Para Bourdieu, o social é constituído por vários campos, vários espaços relativamente autônomos, mas que são regidos por regras próprias. Cada espaço corresponde a um campo específico cultural, político, econômico, educacional, entre outros. Logo, para estudar a trajetória dos agentes, é fundamental compreender as especificidades do campo ao qual ele pertence.

Deste modo, a noção de campo social é essencial na aplicação da análise de trajetórias e para entender o percurso que o agente faz pelas diferentes posições dentro do campo, ou seja, as posições que o indivíduo foi assumindo estruturalmente ao longo do curso da vida, bem como a sua passagem de um campo para outro.

Entendendo, assim, os acontecimentos biográficos não como uma construção individual e linear, mas como “*alocações* e como *deslocamentos* no espaço social”, em que vão articulando estruturas com práticas que exigem que se tenham em conta o contexto e a formação das disposições, posicionamentos e escolhas dos atores sociais.

Dessa forma, a partir do “estudo de trajetória”, busca-se revelar como os processos sociais operam sobre as práticas sociais desses indivíduos, entendendo as premissas individuais como forma de compreender o conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo (BOURDIEU, 1996). Neste sentido, as análises serão centradas nas falas e significados das trajetórias dessas mulheres.

A pesquisa desenvolvida no presente trabalho é de cunho qualitativo, o qual emprega como uma de suas principais técnicas de investigação o uso da entrevista em profundidade, procurando interferir o mínimo possível nos relatos. Segundo Goldenberg (1997), as entrevistas em profundidade têm suas origens em uma tradição de pesquisa antropológica nas sociedades “primitivas”. Ao trabalharmos com esses instrumentos de pesquisa, também é interessante compreendermos suas limitações. Na medida em que é o entrevistado que decide o que deseja revelar, ou ocultar, bem como a imagem que quer projetar de si mesmo e de outros.

As principais fontes de dados qualitativos utilizadas nesta dissertação foram às entrevistas realizadas com as prefeitas selecionadas. Para nortear as entrevistas, optei pelo uso de um roteiro semiestruturado (Anexo D), mas que não teve a preocupação em seguir uma ordem cronológica. Uma das estratégias utilizada para que as entrevistadas falassem mais

¹⁰ Propõe o conceito de campo como “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)” (BOURDIEU, 1983, p. 89).

profundamente sobre a sua trajetória, foi deixá-las falar abertamente e, no decorrer da entrevista, ir direcionando-as para que pudessem aprofundar seus relatos referentes a suas origens, tempo de infância, trajetória escolar, trajetória política, relatos motivados de carga subjetiva, e significados sobre o atual lugar em que se encontram.

As entrevistas em profundidade permitiram que as entrevistadas pudessem fazer um resgate de suas experiências, percebendo sua trajetória de vida em um campo permanente de mudanças. Também foram utilizadas fontes de dados complementares, tais como: periódicos, matérias e entrevistas de jornais, fotografias e dados dos processos eleitorais no Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Como técnica complementar, foi organizado o diário de campo no qual registro as peculiaridades observadas no momento das entrevistas, os cenários, minhas impressões e descrições sobre as entrevistas. Observar cada detalhe, ter a sensibilidade e ouvir os sujeitos é, para Cardoso de Oliveira (1996), o processo anterior à escrita. É o que antecede o diálogo entre reflexão teórica e empírica.

A PESQUISA DE CAMPO

O processo de construção dessa pesquisa proporcionou-me alguns desafios. Um deles foi o de estabelecer contato com as prefeitas ou a sua assessoria. Elas não criaram obstáculos e/ou resistência em conceder as entrevistas, no entanto, a disponibilidade de tempo das entrevistadas dificultou bastante o processo de campo. Com agendas sempre comprometidas a participar de eventos, reuniões, despachos municipais, viagens e até mesmo de demandas do expediente da prefeitura, tive tivesse bastante dificuldade na realização das entrevistas. Por conseguinte, os encontros com as entrevistadas eram sempre postergados. Certa vez, até foi mencionada a possibilidade de realizarmos uma das entrevistadas em um horário diferente do expediente, mas algo sem sucesso.

Quando adentro ao campo, desmitifico a ideia de que é simplificada a aproximação com os representantes do povo. Afirmando isso, porque, no início da pesquisa, quando busquei familiarizar-me com esse espaço, pus-me a participar dos eventos que ocorriam na política local. Participei de alguns atos solenes, conversei com personalidades da política das cidades de Governador Mangabeira, Maragogipe e São Francisco do Conde, bem como busquei realizar pesquisas junto às mulheres representantes da casa legislativa nos municípios

pesquisados. Tarefas deveras difíceis, de modo que uma simples reunião com estas personalidades requer uma procura persistente e dias de espera.

Dessa maneira que constatei a importância do que Bourdieu (1988, p. 67) classificou por capital social: “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento”. Isto é, ligações de reconhecimento, posição que o indivíduo ocupa das relações construídas face a face, úteis para aproximação do campo político.

Cardoso de Oliveira (1996), ao se utilizar da metáfora para descrever o processo de investigação empírica afirma que, no ímpeto de conhecer, ouvir e olhar a realidade social, o caminho da pesquisa é sempre difícil, sujeito a muitas quedas. Foram muitas idas e vindas, quilômetros percorridos e, nesse período de deslocamentos e viagens, pus-me a avaliar as estratégias utilizadas, buscando novos caminhos para obter êxito nos próximos encontros. No entanto, no início, quando decidi qual seria o objeto de pesquisa, já sabia que iria me deparar com esses percalços dentro do campo. Um outro desafio posto nesta pesquisa foi a identificação dessas mulheres a partir da variável raça. É importante ressaltar a ausência de registros oficiais sobre a raça/cor dos candidatos junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Assim o critério de classificação racial adotado nesta pesquisa foi da autodefinição das entrevistas, como pretas ou pardas, categorias utilizadas pelo censo demográfico.

As pesquisas empíricas foram realizadas no período entre setembro de 2014 a novembro 2015, nas cidades de Governador Mangabeira e Maragogipe, no Recôncavo da Bahia, Brasil. Muito receptivas, notei que, ao revelar suas particularidades dentro das relações sociais, as entrevistadas narravam suas experiências na primeira pessoa. Outro fato interessante observado no processo da pesquisa é que, mesmo as entrevistas sendo gravadas, houve uma entrega no processo da pesquisa. Acredito que o lugar de gênero, ou seja, o fato de eu ser uma mulher proporcionou uma maior abertura na fala das entrevistadas. Mesmo sabendo que suas impressões estavam sendo gravadas, muitas vezes explicitam em tom confidencial as suas percepções sobre sua trajetória. Entrevistas que foram gravadas e, posteriormente, transcritas para análise.

Nesse sentido, inicialmente, apresento o perfil das prefeitas a partir de algumas características, como sexo, idade, ocupação e partido político.

De modo geral, a faixa de idade das prefeitas está entre 49 a 62 anos. São trajetórias que trazem um fato inédito dentro da política partidária do Recôncavo. Advindas de uma sequência de prefeitos homens, são as primeiras mulheres a chefiarem o poder executivo nos respectivos municípios. Destaque-se também que ambas advêm de uma trajetória de vereança.

No entanto, são perfis políticos e sociais que não nos permitem falar em “mulher” na política, mas sim em mulheres com trajetórias variadas e distintas.

Portanto, o foco analítico aqui posto nesta pesquisa está direcionado para a construção social de diferentes categorias de mulheres, concomitante à ideia de um pluralismo de mulheres, identidades que não devem ser essencializadas, permitindo assim que as singularidades sejam valorizadas.

As mulheres:

Domingas da Paixão – 62 anos; Formação - ensino fundamental incompleto; Casada; Católica; Servidora pública. Em sua carreira política, foi vereadora em Governador Mangabeira por quatro mandatos nas eleições de 1988, 1992, 1996 e 2000. Prefeita da cidade de Governador Mangabeira por dois mandatos consecutivos (2008 a 2016), o segundo mandato em vigor, com filiação pelo Partido dos Trabalhadores – PT.

Vera Lúcia dos Santos – 49 anos; Natural de Muritiba; Formação: ensino médio completo; Casada; Católica; Profissão/ Ocupação: secretária. Iniciou sua carreira política como vereadora, exerceu a vereança por um mandato nas eleições de 2008. Em 2012, é eleita prefeita da cidade de Maragogipe, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB.

Rilza Valentim – *IN MEMORIAM* (1962-2014); Formação: superior completo; Casada; dedicou-se ao magistério antes de entrar na vida política. Aos 40 anos, ocupou o primeiro cargo eletivo como vereadora em São Francisco do Conde, no ano de 2000 e em 2004, o segundo mandato. Rilza Valentim exercia o segundo mandato como prefeita de São Francisco do Conde pelo Partido dos Trabalhadores – PT.

1 ENTRE REPRESENTAÇÃO E O RECONHECIMENTO: DIÁLOGOS SOBRE A DESIGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA

As relações representantes e representados e os limites da representação têm sido bastante discutidos no campo das ciências políticas. O capítulo que se segue busca levar à compreensão dos caminhos para a representação e de como ela processa e reproduz as desigualdades frente à exclusão política de dados seguimentos sociais. A partir da teoria do reconhecimento Fraser (2001), representação política de Young (2006) e capital político, em Bourdieu (2011), propõe-se um possível caminho teórico para a compressão sobre os condicionantes para a representação política feminina, no intuito de indagar quais fatores são determinantes para que alguns grupos sejam vistos como “naturalmente” legítimos à representação política, enquanto outros indivíduos e grupos sociais não sejam aceitos nesse cenário.

Dentro da configuração política¹¹ das últimas décadas, há um esforço em incorporar a discussão sobre reconhecimento e representação política formal das mulheres. A representação de grupos sociais estruturais menos privilegiados ainda é alvo de muitas objeções. Young (2006) explica que essa sub-representação acontece porque os críticos da representação e as instituições representativas separam o povo do poder, fazendo com que as regras não sejam idênticas a todos.

Na perspectiva de Nancy Fraser, a discussão sobre redistribuição e reconhecimento torna-se central na construção de um pensamento crítico em relação às ações políticas que visem obter os requisitos de justiça para todos.

Fraser (2001) salienta que a luta por reconhecimento tornou-se paradigmática de conflito político no fim do século XX. As injustiças as quais grupos sociais são submetidos, muitas vezes, são ignoradas e acontecem em um mundo em que a desvantagem econômica e o desrespeito cultural entrelaçam-se e se apoiam simultaneamente.

Na busca de esclarecer esta situação e as perspectivas políticas por ela apresentadas, Fraser propõe distinguir duas compreensões de injustiça que, embora analiticamente distintas, estão “enraizadas em processos e práticas que sistematicamente prejudicam alguns grupos em detrimento de outros” (FRASER, 2001, p. 251).

¹¹ Bobbio entende a política, como uma “forma de atividade ou de práxis humana, que está estreitamente ligada ao de poder. Essa relação de poder é expressa de mil maneiras, onde se reconhecem por fórmulas típicas da linguagem política” (BOBBIO, p. 955, 1988).

A primeira delas é a injustiça socioeconômica, que se radica na estrutura político-econômica da sociedade, a qual está presente na exploração do trabalho, marginalização econômica e privação de um padrão de vida material adequado. A segunda maneira de compreender a injustiça é cultural ou simbólica. Injustiças que estão arraigadas nos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação.

Segundo Fraser as injustiças estão enraizadas em processo e práticas de tal modo, que

As normas culturais enviesadas de forma injusta contra alguns são institucionalizadas no Estado e na economia, enquanto as desvantagens econômicas impedem a participação igual na fabricação da cultura em esferas públicas e no cotidiano (FRASER, 2001, p. 251).

Analisando o pensamento de Fraser (2001), percebe-se que as demandas por justiça requerem tanto a redistribuição dos bens e das riquezas sociais, quanto reconhecimento valorativo cultural das diferenças. Dessa forma, grupos de coletividade ambivalente, como exemplo, pessoas que estão subordinadas por meio de gênero ou raça, reivindicam tanto reconhecimento, quanto redistribuição.

Como remédios para essas demandas, a autora nos apresenta medidas afirmativas e transformativas. Teoriza as medidas afirmativas como remédios voltados para a correção de resultados indesejados de arranjos sociais, sem mexer no arcabouço que a forma. E teoriza os remédios transformativos como a correção dos resultados indesejáveis a partir da reestruturação da estrutura que os produz. Embora ambivalentes, Fraser propõe estratégias para que ambos, gênero e “raça”, enfrentem o dilema redistribuição/ reconhecimento:

Feministas devem procurar remédios político-econômicos que minem a diferenciação de gênero, enquanto também devem procurar remédios culturais-valorativos que valorizem a especificidade da coletividade menosprezada. Antirracistas, igualmente, devem perseguir remédios político-econômicos que minem diferenciação “racial”, enquanto também devem procurar remédios culturais-valorativos que valorizem a especificidade de uma coletividade menosprezada (FRASER, 2001, p. 265).

Na visão de Fraser, os conflitos contemporâneos entrelaçam-se entre economia e cultura, ou seja, não há uma desconexão entre a dimensão econômica e cultural. Esse binarismo proposto por Fraser é criticado por Iris Young, em *Justice and the Politics of Difference* (1990). Segundo Young, promover a “justiça social significa a eliminação da dominação e opressão institucionalizadas” (YOUNG, 1990a, p. 15). A justiça social seria a promoção das condições necessárias para que todos possam exercer suas capacidades e os

processos de tomada de decisão nas estruturas institucionais da sociedade. E, de certa forma, a manutenção dessas dicotomias acabam por reforçar as injustiças postas na sociedade.

Para Patrícia Mattos (2004, p. 147), os remédios propostos por Fraser “parecem contraditórios, uma vez que devem enfatizar, ao mesmo tempo, a igualdade e a diferença”. Segundo Mattos, se as dicotomias de gênero envolvessem somente a utilização desses remédios, já estariam resolvidas. A autora enfatiza, então, que gênero não é só uma diferenciação baseada na política econômica, mas também em padrões culturais. Para combater a injustiça cultural, é necessária uma desconstrução do androcentrismo e do sexismo cultural, “permitindo se pensar em uma sociedade onde é possível a construção de novas identidades e diferenças que são livremente elaboradas e desconstruídas com base na igualdade social” (MATTOS, 2004, p.148).

Como uma questão ainda a ser resolvida dentro das democracias contemporâneas, Young, em *Representação política, identidade e minorias* (2006), apresenta a discussão sobre a inclusão de grupos minoritários nas práticas da representação política. Concebe a representação como

[...] um processo que ocorre ao longo do tempo e tem momentos ou aspectos distintos, relacionados entre si, mas diferentes uns dos outros. A representação consiste num relacionamento mediado entre os membros de um eleitorado, entre este e o representante e entre os representantes num organismo de tomada de decisões. Na qualidade de um relacionamento prolongado entre os eleitores e seus agentes, a representação oscila entre momentos de autorização e de prestação de contas: é um ciclo de antecipação e retomada entre os eleitores e o representante, no qual seus discursos e ações devem carregar *vestígios* de um momento a outro. Assim, a noção aqui proposta é primordialmente normativa. Busco identificar os ideais de uma representação eficaz, que promova legitimidade democrática e inclusão política (YOUNG, 2006, p. 151 e 152).

Como observa Young, a obtenção da compreensão sobre representação política refere-se à experiência de formas mais representativas de participação, sendo esta tanto necessária quanto desejável. Tal posicionamento tem se dado porque o princípio democrático liberal tem negado as especificidades dos modos de representação de grupos sociais.

Muitos são os argumentos e objeções acerca da representação de grupos, um deles presume um posicionamento de que a representação, em vez de reduzir, enseja diferenças sociais, ou então, a afirmação de que a representação é incompatível com a democracia autêntica. No entanto, para autora, as práticas representativas diferenciadas são um importante instrumento que visa estabelecer a justiça e inclusão política, visto que pessoas diferentemente posicionadas têm diferentes experiências, histórias e compreensões sociais derivadas daquele

posicionamento. O que ela chama de *perspectiva social*, ou seja, “o ponto de vista que os membros de um grupo mantêm sobre os processos sociais em função das posições que neles ocupam” (YOUNG, 2006, p.164).

Miguel e Biroli (2014) destacam que grupos sociais dominados não possuem apenas experiências e visões de mundo diversas dos grupos em oposição dominantes. Eles possuem, também, interesses conflitantes. Daí a importância acerca da representação de grupos, pois os grupos expressam perspectivas e interpretações diferentes de uma mesma questão.

O que se observa é que a lógica que rege o estabelecimento das instituições pressupõe uma dinâmica de manutenção, posições, reprodução de papéis e regras que resultam, em muitos casos, na exclusão de grupos menos privilegiados na sociedade. Assim como apresenta Young (2006), não se pode negar que grupos sociais estruturais menos privilegiados estão sub-representados na maioria das democracias contemporâneas, a exemplo, está a participação das mulheres política:

Na maior parte dos sistemas políticos, as mulheres ocupam uma pequena proporção dos cargos públicos eleitos, bem como estão relativamente pouco presentes nas posições de poder e influência na vida pública e privada de modo geral. Grupos culturais minoritários e aqueles situados em posições raciais desvalorizadas também costumam carecer de voz política efetiva (YOUNG, 2006, p.169).

Tomando esse exemplo, para Young, a baixa representação de mulheres, negros e grupos que constituem uma minoria não estaria honrando o compromisso com a igualdade política. Ignorar essas questões implica em manter a estrutura de desigualdade presente nos espaços decisórios. Por isso, argumenta pela necessidade de pluralizar as formas de representação, o que traria uma maior inclusão dos grupos nos modos e espaços de representação.

Anne Phillips (1996) chama a atenção para o fato de a democracia liberal considerar que os grupos têm igualdade de chances dentro da representação política, desconsiderando as condições sociais, econômicas, raciais e de gênero, como se elas também não fossem determinantes nesse processo.

Nessa direção, Luis Miguel (2003) apresenta alguns argumentos acerca da representação política de grupos sociais. O primeiro é para a importância da representação política, pois, em sociedades populosas, extensas e complexas como as contemporâneas a representação de todos apresenta-se como uma prática inviável. O segundo seria o sentido da própria representação política. Quando grupos subalternos buscam êxito na inclusão política,

as tensões presentes no campo político ampliam-se. Verifica-se que o problema está na formação de uma elite política distanciada da massa da população que tende a reproduzir as desigualdades sociais, fato que se evidencia na baixa representatividade nos órgãos de poder de mulheres, minorias étnicas, sexuais e, também, dos trabalhadores.

Assim como Young, Anne Phillips argumenta sobre a necessidade de incluir a diversidade nos espaços de participação. Phillips (1999, p. 35) destaca ainda que não basta eliminar as barreiras à inclusão, como no modelo liberal: é necessário incorporar, explicitamente, os grupos marginalizados ao corpo político. Nessa passagem, parece claro à autora que se prevaleça, nas democracias representativas, a política de presença de certas categorias. No entanto, Phillips argumenta em favor da combinação de uma ‘política de presença’ com uma ‘política de idéias’. Isto é, em decorrência da constatação das desigualdades entre grupos excluídos historicamente da política, a autora destaca que a política de presença é tão importante quanto a política de ideias. Elas se complementam. Isso porque, para defender os interesses de um determinado grupo, é imprescindível que um dos seus representantes esteja presente, pois a presença é fundamental para a ideia.

Tomando essa discussão para o debate quanto à inclusão de grupos minoritários nas práticas da representação política, mais especificamente para a ausência ou pequena proporção de mulheres nos espaços formais da política podemos constatar que o processo democrático encontra-se vinculado à injustiça.

Paradoxalmente, o que se observa é que, embora as mulheres tenham conquistado lugares nos mais diversos espaços sociais, no sistema político ainda são excluídas das esferas de poder e de decisão, o que evidencia as dinâmicas de desigualdade do sistema político “democrático”.

A noção de campo político nos permite analisar a existência das desiguais disputas de acesso à política. Para Pierre Bourdieu, a política organiza-se na forma de um “campo”. Em *A representação política. Elementos para uma teoria do campo político*, Bourdieu aponta o campo político como um campo de força e lutas, permeado de desigualdades na distribuição dos instrumentos políticos.

O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de «consumidores», devem escolher, com probabilidades de mal entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 1989.p.164).

Nessa passagem o autor apresenta o campo político como o lugar das relações de poder, de maneira a apresentar os mecanismos que separam os “agentes politicamente ativos” dos “agentes politicamente passivos”. O primeiro tipo de agente dispõe de bens materiais, como: tempo livre, incentivo à participação política e maior preparo para a produção de discursos, o que lhe permite agir de forma eficaz no campo político, enquanto, os agentes politicamente passivos carregam, em si, marcas de inferioridade. Nessa visão, os campos caracterizam-se por espaços sociais dotados de regras próprias, princípios e hierarquias. De forma que o campo é um espaço regido pelas relações de força e da distribuição das formas de capital específico.

Outro conceito importante introduzido por Bourdieu é o de "capital", que se estende para além da noção de bens materiais, estruturados como capital social; cultural; econômico e simbólico. Essas formas de capital são igualmente importantes e podem ser acumuladas e transferidas de uma para outra. A posição de um determinado agente no espaço social pode ser definida pela posição que ele ocupa em diferentes campos, ou seja, na distribuição dos capitais que ele possui. Assim, o capital político é uma forma de capital simbólico, que depende não somente do reconhecimento e “notoriedade pessoal”, mas também dos outros capitais.

Dentro do capital político, Bourdieu elencou uma série de capitais aos quais divide-se em dois tipos: capital pessoal e capital delegado, entre aqueles que são pessoais e os que são recebidos por delegação. O primeiro capital diz respeito às características próprias do agente, como carisma, ou às adquiridas através de estudo e preparo. O segundo tipo de capital seria adquirido, por exemplo, por sucessões familiares ou nomeação. Aplicando a análise da teoria de ação de Bourdieu ao mundo político, Miguel (2003) destaca que a importância do capital político é, em grande medida, uma espécie de capital simbólico, pois como toda forma de capital, o capital político está desigualmente distribuído na sociedade. Nesse sentido é que, para Bourdieu (2011), é extremamente importante a constatação da capacidade desigual de acesso ao campo político para evitar a naturalização das desigualdades políticas.

Mas eis que há, aqui, um paradoxo, embora a democracia representativa tenha, por princípios, o sufrágio universal e a participação ampliada, a discussão posta nos permite observar que as estruturas censuram e limitam o universo político e, por consequência, demarcam posições distintas entre grupos sociais distintos, como os grupos de homens e mulheres na esfera política.

Parece-me apropriado apresentar a modalidade de participação política que está sendo empregada nesse estudo. O tema da participação política é comumente associado às formas de

envolvimento dos cidadãos com a participação eleitoral, de forma que se acredita que essa participação dá-se unicamente através do ato de votar. No entanto, a participação política é muito mais do que participar da política formal, ela está também associada à participação informal, caracterizada pelo engajamento em espaços fora da arena tradicional (BORBA e RIBEIRO, 2011).

Segundo Borba (2012), existe uma grande variedade de tipologias de classificação e modalidades de participação. Milbrath (1965), um dos precursores do conceito de participação, a define como o conjunto de atividades relacionadas ao momento eleitoral. Schlozman e Brady (1995), que concernem a modalidade de participação política a níveis ou campos variados, promovendo uma articulação daquilo que a literatura, tradicionalmente, tratava de forma diferenciada da relação entre participação política e participação social, a uma visão multidimensional da participação política.

Borba apoia a concepção de modelo teórico de participação política proposto por Schlozman e Brady (1995), na qual classificam alguns atributos para as atividades políticas como: contato com agentes públicos, filiação partidária, trabalho informal na comunidade, habilidades para se comunicar e o requerimentos, como tempo e dinheiro como recursos empregados no cenário das dimensões da participação política no Brasil.

Sendo assim, o modelo de participação tradicional da democracia representativa - partidos, voto, contato político – leva-nos a pensar na representação. Como já citado anteriormente, a sub-representação política de determinados grupos sociais tem raízes históricas. A esse respeito, como veremos mais adiante, vê-se que ocorre através de inúmeros condicionantes desfavoráveis à participação das mulheres e negros na política.

1.1 A PRODUÇÃO ACADÊMICA DE ESTUDOS SOBRE GÊNERO, RAÇA E POLÍTICA, COMO ANDA?

Em se tratando de representação de gênero, facilmente, averiguam-se os contrastes entre a representação política feminina em relação à masculina. Como sinaliza Araujo (2014), a elegibilidade das mulheres é um desafio que permanece.

Para melhor compreensão, trago alguns estudos que destacam alguns elementos desfavoráveis à participação das mulheres na política nacional.

Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2010), em seu estudo sobre gênero e carreiras políticas, oferecem um mapeamento sobre três principais vertentes de explicação da sub-

representação política das mulheres. A primeira enfatiza o caráter patriarcal subjacente às instituições políticas liberais; a segunda foca os padrões culturais e de socialização que constroem o político como espaço masculino e a terceira destaca que mulheres possuem, via de regra, menos acesso aos recursos econômicos e muito menos tempo livre que os homens.

Assim, apontam que a participação das mulheres na política é limitada “por fatores materiais e simbólicos, que prejudicam sua capacidade de postular candidaturas, reduzem a competitividade daquelas que se candidatam e atrapalham o avanço na carreira política daquelas que se elegem” (p.25). E concluem que a presença reduzida das mulheres e até mesmo a ausência de mulheres no campo político é um fator na reprodução das estruturas sociais que insiste em excluir as mulheres.

Como observou Marilena Chauí (2000), o sistema democrático representativo só foi possível porque o poder político foi separado em três autoridades tradicionais: a do poder privado ou econômico do “chefe” de família, a do chefe militar e a do chefe religioso. A política nasceu, portanto, através de figuras identificadas como o governante como pai, comandante e sacerdote, figuras estas representantes do sexo masculino de poder.

Segundo Marlise Matos, existem barreiras culturais e eleitorais que dificultam a entrada de mulheres no campo político:

Primeiro pelas questões tradicionais das sociedades, relativas a valores que inibem a participação feminina em processos de tomada de decisão na arena pública; segundo, pelas triagens partidárias, realizadas pelos gatekeepers e membros das executivas nacionais; e por último, teríamos ainda a barreira do voto – as demandas do eleitorado –, que teria o poder de possibilitar ou não que mulheres ocupassem os cargos políticos (MATOS, 2007, p. 11).

Por sua vez, Álvares, em seu estudo sobre o processo de seleção de candidaturas e carreias legislativas das mulheres, avaliou que um dos degraus de acesso das mulheres à carreira política está no sistema dos partidos políticos. Para Álvares (2008), os partidos políticos têm papel fundamental na organização das demandas institucionais para o ingresso do cidadão na política do país. Seu trabalho conclui que há baixa integração das mulheres aos partidos, pois os homens são mais indicados pelos partidos, totalizando mais de 80% das candidaturas. A ausência das mulheres no ativismo partidário e nos cargos estatutários mais evidentes torna-se obstáculo à presença da mulher na política eleitoral.

Sobre os “Paradoxos da Participação Política da Mulher no Brasil”, Céli Regina Pinto (2010) pontua que a estrutura de dominação existente provoca efeitos profundos nas formas de participação da mulher na vida pública. Uma delas seria uma desigualdade social abismal e

a outra uma hierarquia rígida em relação ao acesso a direitos. No entanto, essa estrutura de dominação não pode ser pensada como uma “determinação, mas, sim, como um dado fundamental a ser tomando em consideração, tanto na análise do problema como na decisão de ações concretas para transformar a posição das mulheres nos espaços de poder” (PINTO, 2010, p. 22).

Sobre as transformações no processo de ingresso das mulheres na política Clara Araújo, em recente artigo, sobre Mulheres nas eleições de 2014, destaca que na conjuntura atual ainda “permanece determinado padrão de gênero nas eleições. Os resultados eleitorais recentes apontam para possíveis efeitos conservadores que afetam a própria ideia de igualdade de gênero” (ARAÚJO, 2014, p. 09). Para a autora, a participação das mulheres no processo eleitoral ainda é um desafio.

Portanto, a partir dessas análises, observamos que a desigual distribuição do capital simbólico, bem como o apoio dos partidos políticos para a disputa eleitoral aliado às hierarquias de desigualdades de gênero, constituem-se elementos que reduzem a competitividade e participação das mulheres na política.

A temática sobre gênero e política¹² e os estudos da representação política das mulheres vêm sendo objeto de inúmeros estudos acadêmicos. Contudo, existe uma lacuna em estudos empíricos que se propunham investigar as mulheres negras na representação política.

O que se observa é que as pesquisas sobre raça e política são relativamente raras. Figueiredo (2008) aponta que a produção de conhecimento¹³ em relação à gênero e raça no Brasil ainda é bastante reduzida, fato que reflete na ausência da raça na maior parte dos estudos sobre mulheres no Brasil. Poderíamos associar as dificuldades ao desenvolvimento destas pesquisas, ao fato das mulheres negras constituírem uma pequena minoria dentro na política partidária no país, ao mesmo tempo em que não se observa o interesse em fomentar o debate sobre as desigualdades no processo eleitoral e no sistema político brasileiro, sendo estas apresentadas como uma questão de fundo na democracia brasileira.

Mas, segundo Oliveira, o baixo interesse pelos estudos sobre negro e o poder no Brasil pode ser explicado pelo seguinte fator: a “existência de preconceitos étnicos e raciais na sociedade brasileira, os quais usualmente representam os negros como indivíduos destituídos de qualidades para o exercício do poder” (OLIVEIRA, 2002, p. 63). A partir dessa

¹²Ver em Clara Araújo (1998; 2002), Céli Pinto (1994; 2006), Eva Blay (1984), Fanny Tabak (1982), Lúcia Avelar (1989), Sônia Malheiros Miguel (2000), dentre outras.

¹³ Um dos primeiros trabalhos acadêmicos a fazer a articulação entre os estudos sobre raça e gênero foi realizado por Lélia Gonzalez: Racismo e sexismo na cultura brasileira, apresentado em 1980 numa reunião da ANPOCS e, posteriormente, publicado em 1983.

compreensão, o autor explicita que tal elemento contribui para que a maioria dos estudos sobre a política brasileira acabe por ignorar ou diminuir o peso da questão racial.

Merece destaque a pesquisa de Cloves Oliveira (1991) que, embora não trate, especificamente, da temática das mulheres negras na política, expressa um esforço por representar uma das primeiras iniciativas de pensar a produção sobre o negro na política.

No final dos anos 80, o surgimento de significativo número de candidatos negros disputando uma das 33 cadeiras da Câmara Municipal de Salvador, uma cidade em que os cargos de poder têm sido, historicamente, monopolizados por políticos brancos fizeram com que o cientista político investigasse a temática sobre a inserção do negro no espaço do poder político nas eleições de 1988.

Na tentativa de responder alguns questionamentos, buscou-se traçar o perfil dos negros que disputaram os cargos de vereador naquelas eleições. Ele procurou compreender quais eram as propostas, as representações de mundo e das relações raciais apresentadas por eles, além, é claro, de identificar as estratégias eleitorais adotadas e os obstáculos enfrentados durante a campanha (Oliveira, 1991). Oliveira concluiu que, a maioria desses candidatos não eram políticos profissionais, por possuírem credibilidade e prestígio social junto às entidades e comunidades, eles candidatavam-se. Um fato que lhe chamou a atenção foi que “embora, muitos pertencessem a organizações socialmente reconhecidas como negras (candomblés, afoxés, blocos afro, etc), poucos candidatos procuraram explicitamente capitalizar a identidade negra para obter votos (Oliveira, 1991, p. 114). Segundo os atores políticos entrevistados, isso ocorria porque o apelo à raça além de não angariar voto, desencadeava-se em conflitos.

Outra pesquisa que contribuiu fortemente para o aprofundamento do debate questionador sobre a sub-representação de grupos e minorias na política foi o livro de Rachel Meneguello (2012), *Mulheres e negros na política: estudo exploratório eleitoral*. Nesse livro, cujo foco foram as eleições de 2006 e 2010, a autora busca compreender alguns dos constrangimentos que condicionam a baixa presença de mulheres e homens negros na esfera política. Bem como as dificuldades de acesso à política em relação ao domínio do preconceito. A autora ressalva que, no caso brasileiro, há poucos estudos sobre a representação parlamentar dos negros. Dessa forma, através dessa pesquisa, procura-se colaborar com a diminuição dessa lacuna, constatando que, na vida parlamentar, o preconceito aparece contra as mulheres, principalmente as negras. Muitas tratadas com diferença, primeiramente, como mulher, na pouca importância dada às suas opiniões, e, também, por decorrência de um racismo velado, difícil de medir.

Voltando-se para os estudos no cenário da política Baiana, também merece destaque a dissertação de Maísa Vale (2014), intitulada *Mulheres Negras na Política - Trajetória Social e Política de Mulheres Negras Candidatas às Eleições de Salvador em 2008 e 2012*. A autora debruça-se na perspectiva de apurar como se dão as explicações sociopolíticas de acesso ao poder a partir das experiências de opressão da identidade feminina de mulheres negras candidatas às vagas da Câmara Legislativa de Salvador.

Em seu processo de análise, a autora introduz a perspectiva das relações raciais e de gênero, dentre outras categorias analíticas, com o propósito de apreender a ação coletiva destas mulheres organizadas em torno das inúmeras frentes de lutas travadas contra o racismo e o sexismo, que culminaram em um *ethos* político, enquanto identidade social e política (VALE, 2014).

A partir das narrativas, chega à constatação de que elas apresentam formas distintas de inserção no cenário político, bem como diferenças no enfrentamento das inúmeras formas de opressão pela partilha do poder político. A autora completa que, a partir das posições ocupadas por estas mulheres, elas passam a ser percebidas como sujeitos políticos, o que as “credenciaram para representar determinados segmentos sociais e políticos da cidade de Salvador” (VALE, 2014, p. 88).

Conforme exposto, as análises apresentam que os aspectos de gênero e raça ainda são determinantes na arena política. Desse modo, observa-se a importância de recorrer ao uso de bases conceituais e esquemas analíticos, que auxiliam na compreensão do processo desigual de participação da mulher na política, mais especificamente, na política municipal na região do recôncavo.

1.2 A COMPLEXA TRAMA DAS DESIGUALDADES: INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO E RAÇA

A gente tem mais tempo de escravidão do que de democracia. (Roberta Estrela D'Alva)

As desigualdades são construídas a partir de diferentes padrões de hierarquização. A combinação de racismo, patriarcalismo, opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades que definem as posições não apenas diferenciadas, mas, principalmente, desiguais entre mulheres e homens, grupos étnico-raciais, gerações, classes e outras (CRENSHAW, 2002).

Produto das lutas e conquistas teóricas e políticas do feminismo, a categoria de gênero, desde a década de 70 do século passado, tem sido utilizada para a compreensão de como o sexismo, androcentrismo são estruturados e organizam as dinâmicas das relações sociais. É através da utilização de gênero como categoria analítica, marcador das relações sociais, que medidas de reformulação de categorias têm sido proposta de maneira a desnaturalizar as identidades sexuais e a necessidade de se pensar e combater as desigualdades.

O conceito de gênero adotado em diferentes campos do saber é utilizado não só para apresentar o modelo binário de subalternização da mulher ao homem, mas para propor o processo de desconstrução das próprias categorias mulher e homem bem como, dos diferentes significados atribuídos ao masculino e ao feminino. Assim considerar os estudos de gênero como sinônimo de estudo de mulheres é reduzir de forma simplista a categoria analítica gênero, pois um dos seus fundamentos mais gerais enfoca a construção social das relações. O “signo ‘mulher’ tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero”¹⁴. Como salienta (OYĚWÙMÍ, 2004), gênero não deve ser tomado por seu valor nominal é, antes de tudo, uma construção sociocultural, da mesma forma que a categoria social "mulher" não é universal, e outras formas de opressão estão presentes na sociedade.

Dentro da literatura sobre gênero, encontramos diversas reflexões que estabelecem diálogo com diferentes correntes teóricas.

O conceito de gênero proposto por Joan Scott em seu clássico artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, publicado originalmente em 1986, define gênero a partir da apreensão de duas proposições que estão intrinsecamente relacionadas. Gênero, como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero enquanto uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

A construção teórica formulada por Scott apresenta uma perspectiva interessante ao lançar luz para o modo como as diferenças construídas socialmente implicam em critérios de hierarquias e distribuição de poder. Contrapondo a dualidade sexo e gênero, a autora trouxe novas perspectivas para os estudos sobre as questões de gênero. Não mais determinada pela diferença sexual biológica, a categoria gênero começa a ser utilizada como forma de refutar o determinismo biológico expresso no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual” e passa

¹⁴Avtar Brah, *Diferença, diversidade, diferenciação*, cit, p. 341.

a demarcar as diferenças que estão dispersas, tanto nos símbolos e identidades subjetivas quanto nas instituições e organizações sociais.

O termo gênero diz respeito à construção sócio-cultural do sexo ou, como diz Scott:

O “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres (SCOTT, 1995, p. 75).

Estas análises possibilitam a compreensão acerca de como os sujeitos sociais constituem-se, cotidianamente, por um conjunto de significados impregnados de símbolos culturais, normas e leis, instituições e identidades de gênero/subjetividades sexuadas.

Nesse sentido para Michelle Rosaldo o gênero “deve ser entendido em termos políticos e sociais com referência não a limitações biológicas, mas sim as formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social” (ROSALDO, 1995, p. 22).

Judith Butler tem visão contrária quanto ao conceito de gênero das autoras citadas anteriormente. A riqueza de sua obra consiste no caráter provocativo, sua crítica reside no fato de que a categoria gênero tem se tornado tão arbitrariamente contestável quanto a categoria “sexo”. *“Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado sexo seja tão culturalmente construído quanto o gênero”* (BUTLER, 2010, p 25). O esforço da teoria de Butler é o de apresentar o quanto “sexo” e “gênero” são construções discursivas. A autora faz um questionamento a respeito da identidade e do princípio que regem a lógica posta sobre os estudos de gênero que ainda trabalham com o binarismo - homem e mulher - um modelo dicotômico excludente.

Outro aspecto relevante da análise de Butler é o de que as identidades sexuais e de gênero são construídas a partir de uma heteronormatividade. Segundo a autora, o conceito de gênero cabe à legitimação da heteronormatividade, pressuposto que é imposto através de dispositivos culturais e políticos na sociedade, de maneira a questionar se a noção de gênero não está posta para legitimar essa ordem, na medida em que o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre os dois revela-se, absolutamente, nula. E defende uma desmontagem de todo tipo de identidade de gênero que oprime as singularidades humanas.

Segatto (1998) destaca que as discussões de gênero não podem ser tratadas como uma categoria fechada, fixa. Apresenta a definição de gênero como uma categoria em trânsito,

logo, o biológico não determina o papel de gênero exercido socialmente. Da mesma forma que Miriam Grossi (1998) revela que a categoria gênero é utilizada para pensar as relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual.

Mas, a grande questão é se a subordinação da mulher não é justa, nem natural, como se chegou a ela e como se mantém? (PISCITELLI, 2002). Portanto, a partir da constatação da existência de desigualdades no âmbito de gênero, é que o feminismo¹⁵ nasce como crítica ao patriarcado, à submissão da mulher na esfera doméstica, a sua exclusão da esfera pública e ao suposto caráter natural dessa subordinação. O feminismo, como uma doutrina de emancipação das mulheres, surge no final do século XVIII e começo do século XIX, momento de efervescência da discussão sobre os direitos de todos, os direitos humanos, os direitos das mulheres.

A teoria feminista é uma corrente profundamente plural e diversificada, podemos falar em feminismos, que em suas mais variadas vertentes, pactuam a militância pela igualdade de gênero, ao tempo em que questionam os padrões e mecanismos de reprodução estabelecidos.

Como afirma Brah:

O objetivo principal do feminismo tem sido mudar as relações sociais de poder imbricadas no gênero. Como as desigualdades de gênero penetram em todas as esferas da vida, as estratégias feministas envolvem um enfrentamento da posição subordinada das mulheres tanto dentro das instituições do estado como da sociedade civil (BRAH, 2006, p. 342).

No entanto, para a estudiosa nigeriana, Oyèrónké Oyěwùm (2004), a categoria gênero não é somente socialmente construída, mas também é historicamente localizada. Pois, não diferente de outras categorias, gênero, também foi formulada a partir da hegemonia cultural euro-americana. O pensamento de Oyěwùm consiste em interrogar gênero aliado com base em experiências e epistemologias culturais africanas. Ela questiona:

¹⁵O marco inicial do feminismo no ocidente foi a 1ª convenção para o Direito das Mulheres em Seneca Falls, Nova Iorque 1848, que teve como pautas as reivindicações ao direito de igualdade perante aos homens no casamento, nas instituições educacionais bem como nas profissões ao fim dos trabalhos, “o direito de voto assumiu posição secundária nessa convenção”. O foco enfático da Declaração de Seneca Falls foi a instituição do casamento e seus muitos prejudiciais efeitos nas mulheres: o casamento roubava das mulheres os seus direitos de propriedade, fazendo as esposas economicamente e moralmente dependentes dos seus maridos” (DAVIS, 1981, p. 45). Davis não nega a importância da Declaração, mas para ela o documento só abarcava os dilemas das mulheres brancas de classe média, ignorando as difíceis condições das mulheres brancas trabalhadoras e das mulheres negras no sul e norte dos Estados Unidos.

Se o gênero predomina tão largamente na vida das mulheres brancas com a exclusão de outros fatores, temos que perguntar: por que gênero? Por que não alguma outra categoria, como raça, por exemplo, que é vista como fundamental por afro-americanas. [...] Por que gênero? Em que medida uma análise de gênero revela ou oculta outras formas de opressão? (OYÉWÚMÍ, 2004, p. 2-3).

Questiona a centralidade de gênero, como princípio organizador de toda e qualquer sociedade, modelo explicativo para compreender a subordinação e opressão das mulheres em todo o mundo. O que a autora propõe é a desconstrução aos universalismos injustificados de discursos de gênero feministas das mulheres euro-americanas, concepções que estão fundamentadas na família nuclear ocidental. Explica que, teoricamente, a configuração da família nuclear, reduz o papel da mulher à esposa. Logo, raça ou classe não são vistas como outras variáveis na família. Nesse sentido que dentro da literatura feminista branca a categoria fundamental da diferença é o gênero.

Com essas questões, entramos na discussão de que gênero está longe de ser a única forma de compreensão das matrizes de opressão na sociedade. As diferenças de classe, raça, sexualidade, geração, religião, entre outras, também são categorias de diferenciação.

Avtar Brah (2006), em *Diferença, diversidade, diferenciação*, fala em racialização do gênero, no sentido de que, em recentes perspectivas feministas ocidentais, o conceito “raça” ainda não atuava como um importante marcador de diferença social. Avtar Brah destaca que o processo de racialização é vivenciado por todos os grupos, assim, “tanto negros quanto brancos experimentam seu gênero, classe, sexualidade através da ‘raça’”. Os diferentes grupos foram racializados de maneira diferente em circunstâncias variadas e na base de diferentes significantes de “diferença”.

O feminismo negro¹⁶, como teoria social crítica, surge, justamente, como uma crítica a outras correntes do feminismo que apresentavam a experiência de mulheres brancas de classe média como experiência universal da mulher. O pensamento feminista negro abre o debate para o caráter multirracial e pluricultural dentro das discussões sobre gênero, buscando interpretações teóricas da realidade das mulheres negras no contexto da injustiça social, sustentada justamente pela intersecção das opressões que marcam diferenças nas experiências de mulheres.

¹⁶O conceito de “negro” surgia como um termo especificamente político, envolvendo pessoas africanas-caribenhas e sul-asiáticas. Ele constituiu um sujeito político, inscrevendo a política de resistência contra racismos centrados na cor. O termo foi adotado pelas coalizões emergentes, entre organizações e ativistas africanos-caribenhas e asiáticos do sul no final dos anos 60 e nos 70. Foram influenciados pelo movimento do Poder Negro (Black Power), nos EUA, em discursos racializados, transformando-o numa expressão confiante de uma identidade afirmativa de grupo (BRAH, 2006, p. 333).

Para bell hooks (1984), a afirmação do pensamento feminista moderno de que “todas as mulheres são oprimidas” sugere que as mulheres compartilham a mesma sina, o que faz com que fatores como classe, raça, religião, preferência sexual não criem uma diversidade de experiências. A autora traz a visão crítica de que a exclusão das mulheres negras do conhecimento e da política feminista dá-se em virtude de que “a maioria das ativistas feministas norte-americanas, particularmente as mulheres brancas, não descolonizaram seu pensamento em relação ao racismo, o sexismo, elitismo e classe” (HOOKS, 2000, p. 45).

Patrícia Hill Collins é uma das primeiras autoras a trabalhar com a ideia de “opressões que se entrelaçam”. De acordo com Collins (2000), o feminismo negro é importante, porque as mulheres negras constituem um grupo oprimido, sendo “o pensamento feminista negro uma forma de resistir à opressão, tanto as suas práticas e as ideias que o justifiquem”¹⁷, ou seja, essa teoria social não se limita apenas a compreender e analisar a situação da mulher negra norte-americana, mas também a promover o seu “empoderamento”.

A partir da visão de Collins, Sueli Carneiro cita alguns temas fundamentais que caracterizariam o ponto de vista feminista negro. Entre eles, destacam-se: “o legado de uma história de luta, a natureza interconectada de raça, gênero e classe e o combate aos estereótipos ou “imagens de controle” (CARNEIRO, 2002, p.192). A proposta dessas pensadoras é a validação do pensamento feminista negro, enquanto um conhecimento teórico baseado na vivência e experiência das mulheres negras e das intelectuais negras como uma forma de resistência à teoria hegemônica.

Como sugere Anzaldúa (2000), as mulheres do terceiro mundo, as “mulheres de cor”, devem priorizar sua própria escrita, escrever suas próprias teorias, falando de um lugar diferente do hegemônico e escrevendo sobre suas opressões, que são particulares.

Patrícia Hill Collins (2000); bell hooks (1984); Audre Lorde (1978); Barbara Smith (1983); Angela Davis (1981), intelectuais da teoria crítica em raça e gênero nos Estados Unidos, deram contribuições importantes para a compreensão das múltiplas opressões vivenciadas pelas mulheres negras junto à formação do feminismo negro.

No Brasil, os movimentos de mulheres negras passaram a se organizar politicamente no começo dos anos 80. Questionavam a posição de subalternidade na qual estavam inseridas dentro e fora do movimento de mulheres, bem como da insuficiência de suas especificidades

¹⁷Patricia Collins, *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*, cit, p. 22.

dentro do próprio Movimento Negro¹⁸ (MNU). As discussões deram-se em torno acerca da exploração econômico-racial e sexual vivenciadas pelas mulheres negras na sociedade.

Segundo Caldwell (2000), a apresentação do Manifesto das Mulheres Negras no Congresso de Mulheres Brasileiras, em 1975, marcou o reconhecimento formal de divisões raciais dentro do movimento feminista brasileiro. A questão colocada no manifesto pontua as especificidades das experiências de vida, das representações e das identidades sociais das mulheres negras, ressaltando o impacto da dominação racial na vida dessas mulheres. A organização das próprias mulheres no âmbito dos encontros feministas e de movimento social propiciou a ampliação da participação política da mulher negra. Em 1988, foi realizado, no Brasil, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras – I ENMN, no qual as ativistas focaram nas questões das diferenças entre negras e brancas, denunciando a invisibilidade em relação às condições das mulheres negras. O que criou uma agenda social e política, em âmbito nacional e internacional, para se discutir essas questões.

A partir dos desdobramentos dessa construção da identidade da mulher - e por consequência, da pauta do feminismo negro no Brasil -, os estudos passaram a apresentar as especificidades do gênero em interfaces com a raça. De acordo com Figueiredo (2008), foi na década de 1980 que os estudos sobre gênero e raça no Brasil, começaram a ser desencadeados, por conta da necessidade da experiência de mulheres negras na atuação em movimentos sociais negros. Foi nesse período que também foram criadas organizações de mulheres negras, como o Grupo Luiza Mahin, no Rio de Janeiro (1980), o Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo (1983) e o Geledés, em São Paulo (1988).

O artigo de Leila Gonzáles, *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1983), constituiu-se como um dos primeiros trabalhos a tratar de forma articulada como o fenômeno do racismo e sexismo estão de forma presente na sociedade e produzem efeitos violentos, principalmente sobre a mulher negra. Avançando nesse debate, Gonzáles propõe a “descolonização das mentes”, pois, na sociedade, o racismo e as representações submissas sexualizadas das mulheres negras parecem estar cristalizadas no imaginário social.

Se olharmos o *continuum* histórico das mulheres negras na sociedade brasileira, percebe-se que foram trazidas na condição de escravizadas; na pós-abolição seguiram trabalhando como domésticas, muitas sustentavam sozinhas suas famílias, de maneira que, na construção do imaginário social, as mulheres negras são fortes, exóticas, objeto sexual.

¹⁸ O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU), fundado em 07 de julho de 1978, foi criado para ser um instrumento de luta da Comunidade Negra. Tendo como luta prioritária a denúncia permanente de todo ato de discriminação racial e o enfrentamento do racismo.

Estereótipos historicamente construídos que ainda refletem nos dias atuais na forma de opressão, violência e exclusão das mulheres negras.

Portanto, a estrutura de desigualdade é vivenciada por pressões diferenciadas a partir das identidades das sujeitas. E, quando ocorre a supressão da dimensão racial, aos estudos que têm gênero como variável teórica, ocorre o que Sueli Carneiro (2002) chamou de “conspiração de silêncio”, pois, ao desprezar a variável racial na temática de gênero, estaríamos deixando de “aprofundar a compreensão de fatores culturais racistas e preconceituosos que violam e continuam violando os direitos das mulheres no Brasil” (CARNEIRO, 2002, p. 178).

Nesse contexto, Sandra Azeredo (1994) tece críticas à parcialidade nos estudos sobre a mulher no Brasil, por não reconhecer a raça como fator importante e determinante nas relações de gênero. Busca compreender o porquê de, em um país racista e desigual como o Brasil, a questão racial permanecer silenciada. A autora reitera que:

A análise a outras relações de opressão, pode nos abrir caminhos sequer imaginados ainda de uma sociedade mais igualitária. Para tanto, é preciso considerar gênero tanto como uma categoria de análise quanto como uma das formas que relações de opressão assumem numa sociedade capitalista, racista e colonialista (AZEREDO, 1994, p. 207).

Portanto, observa-se que a bibliografia tem sido incisiva ao afirmar que, para além da categoria gênero, outras categorias de diferença, tais como a raça e a classe, também “traduzem-se em desigualdade”¹⁹. Stolcke (1991), em um dos primeiros textos a articular as categorias de diferenciação, apresenta como, de maneira dinâmica e interdependente, estão estruturadas as desigualdades de gênero, classe e raça nas sociedades de classes. A autora oferece um bom exemplo, ao explicar que a tendência básica da sociedade de classes é naturalizar as desigualdades: “as diferenças de sexo, não menos que de raça, foram e continuam a ser ideologicamente identificadas como fatos biológicos socialmente significativos na sociedade de classes” (STOLCKE, 1991, p. 110). Construções ideológicas criadas com o interesse, como já mencionado por Fraser (2001), em legitimar a hierarquia de *status*. Constituiu-se, assim, uma estrutura político, econômica e social que gera modos de opressão, marginalização e privação específicas de grupos, como, por exemplo, dos povos não brancos, mulheres e das classes exploradas.

¹⁹ *Sexo está para gênero, assim como raça para etnicidade?* (STOLCKE, 1991. p.104).

As desigualdades cruzam-se e formam um “sistema combinado de desigualdades”. Nesse sentido, podemos pensar em um conceito político de interseccionalidade. O conceito de interseccionalidade permite compreender como se dá a interação dinâmica de múltiplas discriminações. Trata-se de um esforço de teorização que mostra as consequências concretas e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Explicita a forma pela qual as relações sociais estruturam-se e circulam em eixos de poder que existem e funcionam separadamente, mas que, frequentemente, cruzam-se e se interpenetram, criando interseções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos atravessam-se/entrecruzam-se.

O conceito de interseccionalidade é uma ferramenta teórico-metodológica importante para avançarmos nessa discussão, pois nos permite compreender como os diferentes fatores sociais de opressão expressam-se de modo simultâneo e como a desigualdade apresenta-se de diferentes formas na vida dos sujeitos.

É importante salientar o pioneirismo de Patrícia Hill Collins que, na década de 90, já trabalhava com a idéia de “matrizes de opressão” para pensar a intersecção das desigualdades, mas, ao fazer uma conceituação metafórica da noção de interseccionalidade, Kimberlé Crenshaw (2002) consegue dar uma nova dimensão ao viés interseccional, constituindo uma ferramenta analítica que nos auxilia na compreensão da complexidade da realidade.

Para Crenshaw, trata-se de

Uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Na visão de Crenshaw (2002), os padrões culturais de opressão não só estão interligados, mas também estão unidos e influenciados pelos sistemas interseccionais da sociedade. Portanto, não se trata apenas de um conceito, mas de uma lógica que deve perceber a inextricabilidade das demissões existentes num contexto atravessado pelo racismo, sexismo, desigualdade de classe, homofobia, lesfobia que produzem as desigualdades que operam, profundamente, articuladas.

Stolcke (1991) aponta a relevância de se trabalhar de forma interseccional as categorias, visto que há uma tendência, que é histórica e sistêmica em “naturalizar”, ideologicamente, desigualdades. Subterfúgios que tem por finalidade difundir a crença da igualdade de chances e oportunidades entre todos os indivíduos.

Ao analisar as categorias de forma articuladas, Brah (2006), Crenshaw (2002) e Stolcke (1991) exploram a importância de que se reconheça que as desigualdades expressam-se em níveis diferentes. Mas, afinal, do que se trata a noção de interseccionalidade? Segundo Piscitelli (2008), “a proposta de trabalho com essas categorias é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades” (p. 266). O uso dessa ferramenta vem permitindo a identificação de diferentes relações de dominação que estruturam o contexto sócio-histórico enquanto um sistema que interconecta as opressões de raça, geração, classe, sexualidade e gênero, e, nessa perspectiva, focaliza, prioritariamente, as formas como elas entrelaçam-se (COLLINS, 2000). É preciso reconhecer, contudo, que a categoria mulher e a categoria negro interseccionam-se na medida em que as desigualdades são naturalizadas.

Sobre as diferenças, Glória Anzaldúa (2000) busca alertar para os perigos que enfrentam as mulheres de cor, pois “não são os mesmos das mulheres brancas, embora tenhamos muito em comum. Não temos muito a perder — nunca tivemos nenhum privilégio” (ANZALDÚA, 2000, p. 229). Para além de pensar como as opressões entrecruzam-se, os estudos interseccionais são também uma ferramenta que permite fazer uma leitura dos privilégios.

Certamente, não é que uma mulher seja mais oprimida, ou menos oprimida que outra, mas é que elas percebem e recebem essa opressão de maneira diferenciada. Se formos pensar, por exemplo, uma mulher negra que está no meio acadêmico sofre a opressão de gênero e raça, e uma mulher negra que está no trabalho doméstico pode também sofrer a opressão de gênero e raça, mas de maneira diferente. Como observado por Kimberlé Crenshaw citada por Hill Collins (2000, p.103), “é bastante óbvio que tratar coisas diferentes como iguais pode gerar tanta desigualdade como tratar as mesmas coisas de forma diferente. Questões que o feminismo negro sempre esteve atento, na medida em que faz emergir as diferenças, compreendendo como o processo das opressões múltiplas se configuram e recaem sobre nós, mulheres negras.

Entendendo que as dimensões de gênero e raça são estruturantes das desigualdades sociais que, por sua vez, também estão presente no sistema político brasileiro, recorro ao conceito analítico de raça como uma categoria de extrema importância de compreensão da sociedade brasileira.

A discussão de raça, muitas vezes, é uma discussão atravessada por certas distorções e pela própria invisibilidade sobre o tema. Numa sociedade que se constituiu sobre o mito da democracia racial, o discurso positivado da identidade mestiça e do ideal branqueamento faz

com que um conjunto expressivo da população tenha muitas vezes buscado negar a sua identidade racial.

Há muito tempo, a categoria raça está no cerne de debates dentro e fora da academia. De forma breve, faremos a releitura da história que essa categoria permite fazer, com o intento de compreender os significados apresentados como justificativa da inferiorização entre raças no Brasil.

A necessidade de organizar a sociedade de maneira hierárquica é apresentada como uma das razões para que o conceito de raça fosse mistificado. O longo período em que o país passou sob dependência do trabalho escravo, o difícil processo da abolição e o contexto da ideologia do embranquecimento foram elementos que contribuíram para que as relações estabelecidas fossem fundadas no preconceito de raça e cor no país. Segundo Florestan Fernandes, em termos reais no período pós-abolição, as oportunidades surgidas “foram aproveitadas pelos grupos melhor localizados da ‘raça dominante’, o que contribuiu para aumentar a concentração racial da renda, do poder e do prestígio social em benefício do *branco*” (FERNANDES, 1972, p. 46).

Efetivamente, a escala de valores, bem determinada entre negro, mestiço e o branco não se deu por acaso. A hierarquização e inferiorização entre raças estabelecem uma ligação direta entre características fenotípicas, em que as diferenças físicas são vistas como indicador de superioridade e inferioridade. Esta noção de raça apoiou-se na antropologia física (biológica), que utilizava o pensamento teórico evolucionista e das teorias biológicas para classificar diferentes “espécies” de grupos humanos.

Nas ciências sociais a raça começa a se vulgarizar nos anos 80. Laraia (2001) aponta que, entre os dois dos maiores equívocos relacionados ao estudo da Antropologia evolucionista, estão os conceitos de determinismo geográfico e biológico. Teorias que sustentam que as predisposições congênitas eram responsáveis pelas diferenças entre os povos. Nina Rodrigues (1982)²⁰ foi um dos primeiros antropólogos brasileiros a iniciar os estudos sobre relações raciais no Brasil, fundamentado na perspectiva da Antropologia Física, realizava medições cranianas para analisar o perfil do negro.

A radiologia, ou melhor, o cientificismo racista do século XX, passou a justificar e legitimar os sistemas de dominação racial, de maneira a classificar as ‘raças’ por meio de hierarquias da superioridade e inferioridade, nas quais os brancos continuamente estão no

²⁰ Nina Rodrigues. *Os africanos no Brasil*, 1982, p. 14-15. A partir de seus estudos Nina Rodrigues apresenta a inferioridade do negro e das raças não brancas como um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto do desigual desenvolvimento da humanidade.

cume dessa hierarquia. Esses estudos legitimaram a inferioridade da raça negra através do discurso da neutralidade da ciência.

Atualmente, são concepções que foram abandonadas pela antropologia moderna, No entanto, sua ideologia foi difundida no meio social e tomada pelo discurso dominante e, hoje, está presente no imaginário social, seja no campo de gênero, raças ou etnias. A exemplo está o uso da expressão “tá no sangue”, expressão que está presente no imaginário coletivo, utilizada para demonstrar que as escolhas dos indivíduos são realizadas a partir da predisposição genética.

É notória a contradição na maneira como o termo “raça” é utilizado desde os clássicos até os dias atuais. Dentro dos estudos contemporâneos, o termo raça é utilizado para se referir a traços culturais não biológicos. Segundo Kabengele Munanga, o conteúdo da palavra raça

É etno-semântico, político-ideológico e não biológico. Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares (MUNANGA, 2003. p. 04).

Para Munanga, raça é um conceito que persiste tanto no meio acadêmico quanto no uso popular e não pode ser banido, um conceito que tem um conteúdo político ideológico. Portanto, não existe uma base material e objetiva para pensar raça, ela pode ser contestada, mas é uma categoria de dominação. Sendo esta uma categoria de dominação, deve ser discutida. Pois, quando se classificam as pessoas como brancos, negros, pardos, é a ideia de raça que orienta essa classificação. Isso dá-se porque somos todos racializados.

A raça é uma realidade, um dado estruturante das relações sociais, e é papel das perspectivas que trabalham a racialização, dentre elas o pensamento feminista negro, estruturar um conjunto de conceitos e relações que permitam o desvelamento dessa complexa estruturação de relações de poder, de empoderamento e privilégios.

A utilização da categoria raça produz elementos que permitem explorar este campo ainda deslegitimado na academia. Guimarães (1999) comunga da mesma ideia de Munanga, ao afirmar que há uma invisibilidade das “raças”. Segundo o estudioso, não é necessário reivindicar nenhuma realidade biológica das "raças" para fundamentar a utilização do conceito em estudos sociológicos. Tal conceito tem uma realidade social plena, pois trata-se de uma categoria que ajuda a compreender certas ações subjetivamente intencionadas que orientam certas ações sociais.

Para Guimarães (2012, p.50), raça é “categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de ‘cor’ enseja são efetivamente raciais e não apenas de ‘classe’”. Segundo o autor, essa afirmação repousa sobre dois pressupostos que são, muitas vezes, difíceis de serem percebidos. O primeiro é o reconhecimento da inexistência de raças biológicas, e o segundo pressuposto é que raça tem existência nominal apenas no mundo social. O conceito de raça, um dia, só poderá ser abolido quando não houver mais as crenças racialistas de determinação biológica que utilizam de caracteres fenotípicos para definir “raças” e a inexistência de hierarquias inatas entre os grupos humanos.

Construções sociais que precisam ser superadas para que se possa erradicar o racismo. Logo, Guimarães salienta que “durante um bom tempo, precisaremos ainda usar a palavra raça de um modo analítico, para compreender o significado de certas classificações sociais e de certas orientações de ação informadas pela ideia de raça” (GUIMARÃES, 2012, p. 53).

Claudia Cardoso (2012) traz uma observação interessante ao atribuir um significado político ao conceito de raça, para ela um “construto discursivo, mas com poder efetivo de ditar o destino social das mulheres e homens negros na sociedade, através dos limites impostos pela prática do racismo, corporificando, assim, uma realidade social” (CARDOSO, 2012, p. 52). Dessa forma, Cardoso ajuda-nos a compreender raça como categoria sociológica analítica, com potencialidade para fornecer uma investigação do racismo e da discriminação racial no Brasil.

Alinho-me a concepções desse (as) pesquisadores (as), mas o que se observa é o quanto ainda é difícil trazer a discussão das relações raciais no Brasil, na medida em que ainda é velado o reconhecimento da existência do racismo na nossa sociedade. Segundo Munanga (2009, 2014), o Brasil criou seu racismo com base na negação do mesmo, o mito que as teorias sociais chamam de democracia racial brasileira funciona entre nós como uma crença que dificulta o reconhecimento do racismo no Brasil.

A cor da pele e outras características morfológicas ainda são critérios de discriminação social entre seres humanos. De tal modo, a disseminação das hierarquias racial recorre aos conceitos de raças superiores e inferiores, nos quais negros e índios constituem grupos inferiores em relação aos brancos. Outra problemática levantada por Kabengele Munanga diz respeito à crença de que a desigualdade de classe é o principal fator de discriminação dos negros, resquícios do mito de democracia racial no Brasil. Porém, explica que, antes de descobrir a classe social, é pela geografia dos corpos que somos vistos e percebidos, ou seja, a realidade social da raça não foi ignorada, continua a passar pelos corpos.

Oracy Nogueira (1985), em seu estudo²¹ sobre as dinâmicas de classificação de cor no Brasil, apontava para a existência de um preconceito racial específico no país. Observou que os brasileiros classificam a partir da aparência da pessoa e não a partir da sua ascendência, “preconceito de marca” *versus* “preconceito de origem”, o que contribuiu para a desconstrução da ideia de que o preconceito no país era exclusivamente de classe. Nogueira presume que, no preconceito racial de origem, a discriminação mantém-se, pois os indivíduos descendem de um grupo étnico que irá sofrer as consequências do preconceito, independentemente da condição social que ocupe. Carlos Hasenbalg (1979), Nelson do Valle e Silva (1992) foram os pioneiros na tentativa de provar que a desigualdade no Brasil não era apenas consequência das diferenças de classe, que a “raça” determinava de forma muito evidente a posição social dos indivíduos.

Como referimos anteriormente, as desigualdades são construídas a partir de diferentes padrões de hierarquização. Stolcke examina, como, na sociedade de classe, certas desigualdades socialmente construídas são marcadas como legítimas por uma explicação que as representam como tendo raízes nas diferenças naturais. Uma visão que está estreitamente ligada à ilusão liberal de que o sucesso socioeconômico depende apenas da boa vontade e do esforço de cada indivíduo. O que é uma “armadilha ideológica que tira a atenção das verdadeiras causas da desigualdade no acesso ao poder e à propriedade. Desse modo, enfraquece as possibilidades de resistência coletiva” (STOLCKE, 1991, p.115). Reitero o uso da perspectiva interseccional, que constitui, no meu entender, um elemento analítico importante ao apresentar formas de articulação política e discursivas na compreensão de como fatores sociais expressam-se de modo simultâneo na vida dos sujeitos.

1.3 EM MOVIMENTO: A POLÍTICA BAIANA E DO RECÔCAVO DA BAHIA MULHERES NO CENÁRIO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2012

Ao discorrer sobre a trajetória de mulheres negras no campo político do Recôncavo da Bahia, faz-se necessário apresentar a conjuntura política local, refletindo a respeito das mudanças e permanências observadas na política dos municípios.

A história oficial do Brasil representa os discursos de um grupo político que, salvas raras disputas, sempre reteve o poder. Sobre o cenário político baiano um pouco antes da revolução de 30, encontramos uma Bahia tradicionalmente governada por oligarquias,

²¹Oracy, Nogueira. *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem* (1985).

governo de poucos no qual grupos de grandes proprietários se revezam no poder. A história política na Bahia durante a República Velha, segundo Reis (2010, p.28) “encontrava-se sob um governo tradicional, oligárquico e centrado nas elites da capital Salvador e de seu recôncavo”. Essa política oligárquica se expressava na figura do coronel, um homem poderoso, que por possuir recursos estratégicos, exercia, sobre a população, domínio pessoal e arbitrário, que a impedia de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política.

A partir do fenômeno de estagnação econômica, a Bahia entra num processo de profunda recessão política. Na década de 30, o Estado perde sua autonomia política e passa a ser governado por homens escolhidos pelo governo central. Um desses interventores foi o Tenente Juracy Magalhães, que governou a Bahia de 1931 a 1937 e de 1959 a 1963 (SAMPAIO, 1992). Mesmo com a revolução de 30 na Bahia, ainda continuariam a imperar os coronéis urbanos e rurais (PINHEIRO, 1999).

Com o Golpe Militar de 1964, a Bahia revive o autoritarismo dentro da política, e o poder político esteve sob o comando de uma nova liderança: Antônio Carlos Magalhães - ACM. Assim, mais uma vez, revive-se a “política dos governadores” da primeira república. O poder local estava resguardado pelo poder central e isto era tudo” (PINHEIRO, 1999, p.72).

O carlismo era uma forma de fazer política, de governar, de administrar com métodos tradicionais de gestão centralizada e hierárquica, adotada por todos os seus participantes. Era um grupo homogêneo em torno de um líder (DANTAS, 2006), tornando-se a corrente política mais forte da elite governante, que, de meados dos anos 70 até perto do final dos 90, exerceu hegemonia política quase ininterrupta, tanto na capital quanto no interior do Estado. Na época, essa hegemonia política era o padrão recorrente nas formas de organização do poder local, o que implicava na existência de grupos familiares reconhecidos como base de apoio político ao carlismo. Segundo Reis (2010), em 1974, o carlismo já havia tornado-se um grupo coeso, em especial, na vida parlamentar nos municípios. Mas, após anos de dominação política, o grupo comandado por Antônio Carlos Magalhães foi perdendo a força, em consonância com o declínio pessoal de ACM. Dominado pela mesma força política desde o começo dos anos 60, com estilo autoritário e centralizador, fortemente sustentado pela repressão, contribuiu para o lento desenvolvimento, político e econômico da população baiana, que dificilmente se viu representada por outros grupos políticos. Nas eleições municipais de 1988, o quadro eleitoral passa a ser definido pela presença de candidatos anticarlistas, de modo que, nos últimos anos, houve uma maior abertura política, e o Estado passou a ser administrado por partidos de esquerda PCdoB, PT e de centro, PSDB, entre outros.

A política como um espaço reservado a uma elite comandada por homens vem desde o surgimento das nossas instituições políticas liberais do quadro do patriarcado, junto à separação tradicional entre a esfera pública e a esfera privada. Álvares (2008) avalia que as regras desse processo de competição eleitoral no sistema político brasileiro foram elaboradas desde o Império até a República.

O Recôncavo da Bahia²² é contemplado pelos municípios de Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macêdo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo. A microrregião do Recôncavo baiano, composta por esses vinte municípios localizados em torno da Baía de Todos os Santos, tem como principal elemento comum a tradição histórica.

A história dessa região compõe a identidade social dos povos que nela habitam e que trazem as riquezas política, cultural, de religiosidade e da luta pela identidade como forma de resistência da população negra. Local onde o sistema oligárquico foi profundamente escravista, com efeito, a esfera política é pertencente a grupos privilegiados, enquanto outros grupos de segmentos negros e indígenas ficaram à margem do progresso social. Lamentavelmente, poucos são os registros que se tem sobre o quadro político no Recôncavo nesse período.

A política no Recôncavo está associada à figura do chefe político local central, em um viés patriarcal. Podemos falar em patriarcado, enquanto sistema social, nos seguintes termos:

Padronização das relações entre os dois sexos que garante continuidade e estabilidade a este sistema social, cujos valores, e correspondente a mentalidade dominante, interpretam diferenças biológicas como diferenças em termos de capacidades, interesses legítimos e até valor humano (MACEDO e AMARAL, 2005 p. 145).

Nesse sentido, estamos falando em patriarcado como sistema da dominação capitalista na forma da opressão de gênero, e, em particular, um modelo de poder que é instituído pelo homem branco.

Em pesquisa realizada no ano de 1998, sobre mulher e política na Bahia, Ana Alice Costa (1988), conta que, ao iniciar o estudo sobre a mulher no poder local, tinha como

²² Tomamos como referência a região do Recôncavo, apresentada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e os estudos de Milton Santos (1959), “A Rede Urbana do Recôncavo”.

perspectiva resgatar o papel da mulher no contexto das transformações da estrutura rígida de dominação, o seu papel transformador na ordem patriarcal e patrimonial do Nordeste.

No entanto, depois de acompanhar a atuação das mulheres nessa esfera de poder, Costa observou que teria de seguir um outro caminho teórico com base na “estrutura tradicional no município, já que a grande maioria das mulheres não tinha sua origem política vinculada aos movimentos sociais, e sim ao velho esquema de reprodução das estruturas oligárquicas” (COSTA, 1998, p. 14).

Segundo Costa, é importante ressaltar que a definição desse contexto deve-se ao fato da grande maioria dos municípios do Nordeste, em especial nos pequenos municípios da Bahia, ainda resguardarem a estrutura tradicional e os resquícios conservadores de ordem patriarcal na região, advindos das estruturas oligárquicas do poder, nas quais prevaleciam os tradicionais líderes políticos locais, os “coronéis”. O conceito de coronelismo faz menção a essa prática política oriunda do antigo Brasil rural, sobre o qual o coronel exercia o controle político local, utilizando o voto como moeda de troca, prática que, atualmente, vem ganhando novos contornos.²³

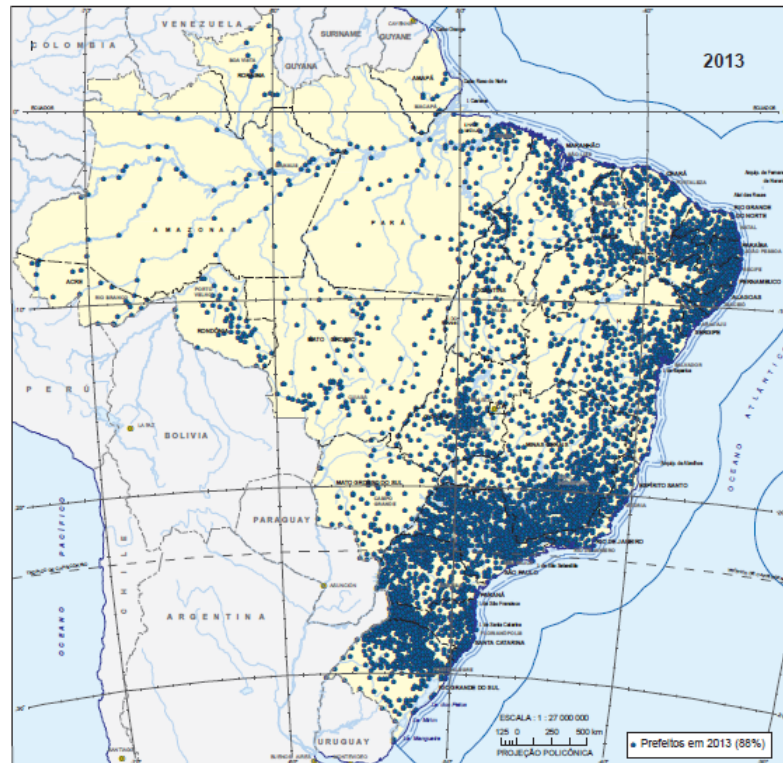
Observarmos que as particularidades da política passada nos dão subsídios para que possamos compreender o modelo e perfil para o poder político no Recôncavo nos dias atuais. Atualmente, mesmo com o levante das bandeiras de luta de movimento de mulheres ligada à incorporação delas na esfera pública, esse quadro vem se modificando lentamente dentro da estrutura política na Bahia e seu Recôncavo. A desigualdade de gênero na política é um fenômeno que está relacionado a uma história marcada pela exclusão das mulheres dos espaços públicos. É contraditório pensar que, num país onde as mulheres representam 52% da população brasileira, a sua participação na arena política ainda seja de maneira muito restrita. O poder político é um retrato da desigualdade de gênero na sociedade, assim, embora uma mulher, Dilma Vana Rousseff²⁴, tenha alcançado o posto da Presidência da República em 2010, ainda temos menor representação nas prefeituras, tribunais, assembleias e no Congresso Nacional.

Um breve olhar sobre a participação feminina nos cargos eletivos na experiência brasileira na última eleição, em 2012, para o executivo municipal, nos mandatos de 2013 a

²³ Para compreender melhor acerca desta temática, ver: (CARVALHO, 1998).

²⁴ Após ser eleita primeira presidenta do Brasil, em 2010, Dilma foi reeleita pelos brasileiros em outubro de 2014 com mais de 54,5 milhões de votos. Fonte: Tribunal Superior Eleitoral: TSE

Cartograma 2 - Municípios com prefeitos - Brasil – 2013



Fonte: IBGE, Informações Básicas Municipais 2013 e Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia.

Os cartogramas indicam que a proporção de gênero não se mantém igual no comando do executivo municipal. O número de mulheres prefeitas ainda mantém-se bastante abaixo da maioria absoluta - 88% de homens à frente das prefeituras. No estado da Bahia, por exemplo, o percentual de prefeitas eleitas em 2012 foi de 15,0%, enquanto de prefeitos eleitos foi de 85,0 %²⁵ dos cargos.

No território do Recôncavo, de acordo com o levantamento dos registros das eleições realizadas (Anexo B), a primeira mulher eleita para o executivo municipal foi em 1988, no município Conceição do Almeida, Lúcia Borges Cone (PL). Para entendermos a posição e a situação da representação política das mulheres no cenário político no Recôncavo, tomemos os dados do Tribunal Superior Eleitoral da última eleição municipal, no ano de 2012.

Os dados contidos na tabela 01 revelam o baixo número de mulheres que se candidatam ao cargo de prefeita nas cidades do Recôncavo da Bahia.

²⁵ Fonte: TSE- Tribunal Superior Eleitoral - 2012

Tabela 01 - Estatísticas e Resultados da Eleição - Cargo/sexo - Eleições 2012

Abrangência	Cargo	Sexo	Qt. Candidatos	Eleito
CABACEIRAS DO PARAGUAÇU	Prefeito	Masculino	2	1
CABACEIRAS DO PARAGUAÇU	Prefeito	Feminino	1	0
CACHOEIRA	Prefeito	Masculino	3	1
CASTRO ALVES	Prefeito	Masculino	2	1
CONCEIÇÃO DO ALMEIDA	Prefeito	Masculino	2	1
CRUZ DAS ALMAS	Prefeito	Masculino	4	1
DOM MACEDO COSTA	Prefeito	Masculino	2	1
GOVERNADOR MANGABEIRA	Prefeito	Masculino	1	0
GOVERNADOR MANGABEIRA	Prefeito	Feminino	1	1
MARAGOGIPE	Prefeito	Masculino	2	0
MARAGOGIPE	Prefeito	Feminino	1	1
MURITIBA	Prefeito	Masculino	3	1
NAZARÉ	Prefeito	Masculino	2	1
NAZARÉ	Prefeito	Feminino	1	0
SANTO AMARO	Prefeito	Masculino	3	1
SANTO ANTÔNIO DE JESUS	Prefeito	Masculino	3	1
SANTO ANTÔNIO DE JESUS	Prefeito	Feminino	1	0
SÃO FELIPE	Prefeito	Masculino	2	1
SÃO FÉLIX	Prefeito	Masculino	2	1
SÃO FRANCISCO DO CONDE	Prefeito	Masculino	2	0
SÃO FRANCISCO DO CONDE	Prefeito	Feminino	1	1
SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	Prefeito	Masculino	1	1
SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	Prefeito	Feminino	1	0
SAPEAÇU	Prefeito	Masculino	4	1
SAUBARA	Prefeito	Masculino	4	1
VARZEDO	Prefeito	Masculino	2	1
MUNIZ FERREIRA	Prefeito	Masculino	2	1

Fonte: Tribunal Superior eleitoral (2012)

Tal situação revela que, dos vinte municípios que compõem o Recôncavo, treze não tiveram sequer a presença feminina concorrendo ao cargo de prefeita e apenas três destes municípios conseguiram eleger uma mulher: Governador Mangabeira, Maragogipe e São Francisco do Conde.

Segundo (ARAÚJO, 2014; MATOS, 2007), isso ocorre, dentre outros motivos, por conta de toda uma cultura que desestimula a candidatura das mulheres. Para Miguel (2006), esse quadro configura-se, visto que é uma região em que predominam os padrões da política tradicional, baseado em estruturas oligárquicas e clientelistas. Conforme esclarece Costa (1998), a participação política da mulher nas “estruturas formais do poder são onde se mostram mais claramente as relações de dominação a que as mulheres estão submetidas e, quando essa atuação se dá no âmbito dos municípios, a dominação assume formas "mais extremadas" (COSTA, 1998, p.13).

É importante ressaltar a ausência de registros oficiais sobre a raça/cor dos candidatos junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), fato que só passou a ser corrigido nas últimas eleições, em 2014.

A omissão de tais dados invisibilizava a iniquidade da presença de grupos raciais e étnicos nos poderes Legislativos e Executivos brasileiros.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (2014)²⁶ nas eleições federais e estaduais, as candidaturas continuam a ser, majoritariamente, compostas por homens brancos; seguidos de homens negros, ou seja, pretos e pardos; mulheres brancas e, finalmente, as mulheres negras e indígenas como as menos representadas na composição do universo de candidaturas nas Eleições 2014.

Na tabela 02, atentamos para a situação de disparidade nas candidaturas das mulheres negras. Ao fazermos o recorte étnico-racial e de gênero, observamos que a proporção de homens brancos aumenta à proporção da hierarquia da carreira política. No entanto, a quantidade de mulheres negras despenca, quando comparada aos candidatos (as) e aos cargos de maiores hierarquias.

²⁶Em relação à Cor/Raça dos candidatos ver: Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Dados estatísticos: eleições 2014. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/>

Tabela 02 - Proporção de Candidatos por Cargo, Sexo e raça/cor, considerando as categorias branco(a) e negro(a) - Eleições 2014

CARGO	HOMEM BRANCO	HOMEM NEGRO	MULHER BRANCA	MULHER NEGRA
SENADOR	54%	26%	13%	6%
GOVERNADOR	63%	27%	5%	5%
DEPUTADO FEDERAL	41%	27%	17%	14%
DEP. ESTADUAL/DISTRITAL	37%	31%	17%	15%

Fonte: Tribunal Superior eleitoral (2014) - Formatação própria.

É possível detectar um viés racial na distribuição das oportunidades das candidatas e dos candidatos às eleições de 2014. Em suma, “as mulheres pretas e pardas parecem sofrer um duplo ônus em suas carreiras políticas, o que as torna duplamente sub-representadas nas listas para cargos majoritários” (CAMPOS e MACHADO, 2015, p. 62). No entanto, é necessário cuidado ao tratar com a questão racial apenas a partir dos dados de candidaturas. Mas, com bases nos recentes estudos de Campos e Machado (2015), a princípio, já é possível antecipar que a baixa participação de pretos e pardos em partidos de grande ou médio porte reduz, drasticamente, as chances desses grupos de alcançarem êxito eleitoral.

Essa seletividade hierárquica demonstra as disparidades de gênero e raça no campo da política o que se revela como um problema ao avanço da democracia e da participação democrática, com desafios à superação das desigualdades no país.

Portanto, saindo da conjuntura nacional e se voltando para o cenário político do Recôncavo, a partir do que foi estudado, arrisco-me a apontar que, dentro do contexto baiano, a política ainda configura-se como um espaço privilegiado de homens. Em um sentido geral, dentro de uma conjuntura exercida pela dominação política das elites, modelo que tem por finalidade a manutenção do poder e das práticas que, historicamente, ferem a democracia e acaba por bloquear a participação feminina. Através das trajetórias, buscamos apresentar como essas mulheres adentram nesse cenário marcado pelo tradicionalismo político.

2 TRAJETÓRIAS DAS PREFEITAS DO RECÔNCAVO

A discussão sobre a participação da mulher na política caminha muitas vezes para o viés da equidade ou está voltada para as práticas políticas. São poucas as pesquisas que têm se preocupado em compreender as mulheres negras como protagonistas no espaço de representação da política partidária.

A abordagem a partir das trajetórias das prefeitas: Domingas Souza da Paixão, Vera Lúcia Maria dos Santos e Rilza Valentim de Almeida Pena tem a intenção de apresentar como, a partir de elementos de vida singular, um percurso político vai se costurando. De tal modo, apoiada em uma perspectiva antropológica, a pesquisa busca a apreensão dos significados que marcaram principalmente suas trajetórias política.

Portanto, ainda que não seja minha intenção realizar uma biografia das personagens envolvidas, tampouco uma interpretação da totalidade de suas realizações, procurei construir um trabalho de modo que as ideias e suas atuações não aparecessem desarticuladas de outros tipos de experiências sociais, como, por exemplo, das diferentes questões a serem respondidas dentro das relações sociais, raciais e de gênero. Experiências que, a meu ver, também desempenharam papéis decisivos nas posições sociais e na forma como elas percebem e apreendem o mundo social. No entanto, como já mencionado, devido às dificuldades de campo, algumas questões não puderam ser aprofundadas, como a questão do impasse entre a dedicação a famílias - marido e filhos - e a carreira política. As queixas em relação às experiências familiares, por exemplo, de não terem ficado muito com os filhos, foram tópicos que não consegui desenvolver com elas.

Com o intuito de me aproximar das trajetórias dessas mulheres, na construção destas trajetórias, foram utilizadas fontes de dados complementares, tais como: matérias de jornais, entrevistas de rádio, fotografias, dados oficiais dos processos eleitorais. Porém, são as narrativas dessas mulheres que trago como parte significativa da análise da pesquisa, pois torna-se pertinente a representação do sujeito por si mesmo, na mediada em que, ao contar sua história, assume autonomia diante da sociedade excludente. É, pois, assim, parafraseando Spivak²⁷, o subalterno pode sim falar.

Neste capítulo, proponho-me a apresentar, a partir de suas narrativas, como elas utilizaram de diferentes estratégias sociais, políticas, pessoais e culturais para inserção na vida

²⁷ As reflexões pós-colonialistas, realizadas por Gayatri Spivake, em *Pode o Subalterno Falar?* (2010), referem-se ao tema da agência dos sujeitos, transposta no questionamento da possibilidade de os subalternos “falarem” ou terem representatividade, no entanto, tece crítica à concepção de um sujeito coletivo homogêneo e monolítico.

política, com o propósito de levar a conhecer o itinerário e as posições ocupadas por essas mulheres que conseguiram chegar ao protagonismo dentro da política municipal. De modo a destacar os elementos que levaram a se exporem, a levantarem a voz e assumirem um papel de poder, o que representa um desafio importante às práticas sexistas, racistas e classistas tradicionais da política no contexto específico dessa região.

Exponho aqui traços particulares de figuras políticas e episódios da ascensão de suas carreiras no que abrange suas trajetórias políticas.

2.1 DOMINGAS DA PAIXÃO: “ESSES PASSOS VÊM DE LONGE”

*“A negona”*²⁸

Foi através da mobilização de uma rede de ligações²⁹ que estabeleci contato com a assessoria da prefeita, que, prontamente, mostrou-se solícita e logo agendou um encontro com ela para o dia seguinte.

Tínhamos marcado nossa reunião para as nove horas da manhã, no entanto, a prefeita só pôde comparecer no período da tarde. Nesse tempo em que fiquei na expectativa da sua presença, pude observar a partir dos quadros expostos na sala da recepção da prefeitura, que Domingas da Paixão é sucessora de seis prefeitos desde a primeira eleição municipal, em 1962, até as eleições de 2008, quando ela é a primeira mulher eleita para o cargo executivo no município.

Após o aguardo de algumas horas até sua chegada, e depois de cumprir sua agenda do dia, Domingas recebeu-me gentilmente em seu gabinete. Bastante solícita, agradeceu por estar podendo contribuir com a minha pesquisa. Iniciamos a conversa e suas palavras transmitiram-me serenidade e uma compreensão bem lúcida da sua representação e compromissos frente ao cargo político que ocupa.

Esta entrevista foi realizada no dia 10 de setembro de 2014, na sede da prefeitura Municipal de Governador Mangabeira.

A linha do tempo registra acontecimentos importantes de nossas vidas. Partindo desse entendimento é que, ao longo deste capítulo, apresento a trajetória a partir de ciclos

²⁸A entrevistada autodefine-se como “negona”, termo comumente utilizado para afirmar o orgulho se ser negra.

²⁹Rede de ligações “produto de estratégias de investimento social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou longo prazo” (BOURDIEU, 1988, p. 68).

importantes na vida de Domingas³⁰, contada a mim de forma não linear, para compreender alguns fatos que lhe conduziram à política.

A cidade de Governador Mangabeira foi emancipada em 14 de março de 1962. Localizada a 132 km da capital do Estado, situa-se na região econômica do recôncavo, integrando a região administrativa da Microrregião de Santo Antônio de Jesus, a qual faz parte da Mesorregião Metropolitana de Salvador. Segundo dados do IBGE, a estimativa da população no ano de 2015 era de 21.267 habitantes, sendo a população composta de 52.08% de mulheres e 47.92% de homens. Considerando que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM)³¹ de Governador Mangabeira era 0,643, em 2010, esse município situa-se na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Para começar nossa conversa, pedi que ela contasse um pouco sobre sua origem.

Domingas Souza da Paixão nasceu em 05 de abril de 1953, no distrito de Gravatá, cidade de Governador Mangabeira. Filha de Maria Souza de Almeida e Olívio Pereira da Paixão, é a filha mais nova, sendo a quarta filha do casal. Inicia a fala lembrando sua infância. Filha de pais trabalhadores rurais, analfabetos, nasceu e viveu sua infância no meio rural onde passou por situações de muita pobreza.

“Meu pai abandonou a família quando minha mãe ainda estava grávida de mim. Morávamos na localidade de Gravatá em uma casa de taipa, pagando renda. Três dias da semana minha mãe trabalhava na fazenda para pagar nossa moradia nessa casa e o restante corria atrás de trabalho. Então o pouquinho que ela conseguia a gente comia caroço de jaca cozida, banana nanica cozida era uma fome... passava muita fome eu e meus três irmãos. Meus irmãos cresceram se entregaram a bebida e morreram logo. Minha irmã, uma freira tomou para criar e lá consegui sobreviver, vencer na vida e eu fiquei com minha mãe. Nesse tempo ainda estudava e para ajudar trabalhava na casa de farinha, em olaria, fiz telhas para conseguir algum dinheiro. Foi quando com ajuda de uma senhora comecei a ir para cidade vizinha vender pasteis. Levantava meia noite ralava vinte coco para fazer mingau, vendia mingau, vendia banana real. Isso com dez anos de idade, eu era bem crescida, bem esperta. Sabe eu sempre fui determinada, sabia o que eu queria e aonde eu ia. Fazia tudo por que sabia que tinha que comprar uma cama pra minha mãe por eu tinha que tirar ela daquela cama” (DOMINGAS, 62 anos)³²

³⁰ É importante salientar que, por conta do protagonismo, Domingas já teve sua vida estudada em uma biografia produzida pela pesquisadora Juliana Rezende Costa, que, em Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo, realizou um estudo intitulado – “Tirando uma lição da vida: A história de uma ex-empregada doméstica que se tornou prefeita”, na UFRB, em 2013, no qual, a partir de uma perspectiva jornalística, descreve a história de vida de Domingas.

³¹ O IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal diz respeito ao domínio sobre recursos para garantir um padrão de vida com acesso a necessidades básicas, como água, alimento e moradia, é medido pela renda mensal per capita. Fonte: Atlas Brasil. 2013. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013>> Acesso em: 15.mai. 2016.

³² Depoimento de Domingas Souza da Paixão, atualmente, prefeita do Município de Governador Mangabeira-BA. Data de nascimento: 05/04/1953. Entrevista realizada em 10/09/2014.

Lembra fatos marcantes das vivências de quando criança. Seu pai deixara a família quando ela ainda nem tinha nascido. Sozinha, sua mãe trabalhava para pagar a moradia e sustentar os filhos, que, por diversas vezes, passaram fome. Sobre o matriarcado negro, Woortmann (1987) assinala que, desde o processo de pós-abolição, há uma predominância de famílias chefiadas por mulheres negras sozinhas, em decorrência, em muitos casos, de abandono do lar pelos companheiros. Assim, inicia sua vida profissional ainda criança para contribuir com o sustento da família.

Com uma linguagem simples, conta que, por causa das precárias condições de vida, teve dificuldade de continuar estudando e, desse modo, sua trajetória escolar limita-se ao ensino fundamental incompleto.

Diante das dificuldades, quando ainda era uma adolescente, migra do campo para a cidade de Mangabeira em busca de emprego para trabalhar em “casa de família”.

“Com a idade de 14 anos foi quando comecei a ir para a sede da cidade procurar um trabalho de doméstica... ou para tomar conta dos filhos dos outros. Eu saía batendo em porta em porta todos os dias pedindo um trabalho. Um dia, depois de muita insistência, eu encontrei essa senhora, Dona Licinha que fiquei 18 anos. Sou muito grata a ela. Eu e minha mãe mudamos para Mangabeira. Ai, eu trabalhava em troca de comida, ela pagava um quartinho para minha mãe aqui na cidade e minha mãe lavava a roupa de famílias. A minha patroa era parteira levava dois meses pelo mundo pegando menino. Ficava dias fora de casa. Aí, cuidava de sua casa e dos seus filhos. Depois fui para outra casa, a da irmã dela, cozinhava e cuidava dos filhos. Nesse trabalho eu recebia dinheiro” (DOMINGAS, 62 anos).

Desprovida de um nível maior de escolaridade, o trabalho doméstico foi uma das poucas alternativas que lhe restaram. Pacheco (2013, p. 112) analisa que o trabalho doméstico tem sido “historicamente e socialmente caracterizado como uma profissão exercida em sua maioria por mulheres (gênero) negras (raça) e pobres (classe)”.

Domingas não esconde que trabalhou por muito tempo como doméstica, mas, por conta de divergências políticas, preferiu não entrar em detalhes sobre essa passagem da sua vida.

Enfim, compreende-se, sem grandes dificuldades, que, no interior, o dinheiro que recebia como doméstica era pouco para conseguir realizar o sonho de comprar uma casa para sua mãe. Aconselhada, ela foi trabalhar na casa da irmã de dona Licinha, que morava na capital, já que a grande maioria das trabalhadoras domésticas que vinham do interior residia na casa dos empregadores, e, nesse meio tempo, conseguia guardar algumas economias. De acordo com sua narrativa:

“Com o tempo, já tinha juntado algum dinheiro e comprei um lote, meu lote aqui na rua. Quando tinha folga, eu mesma vinha batia o barro, moldava o tijolo de adobe, cavava a terra, cobria e ia embora, mas tive também a ajuda de um mutirão, amigos, vizinhos para fazer a casinha. Quando eu fiz a casa, comprei uma cama de patente, três cadeiras dessas que vende na feira e disse: bom agora mãe tu é uma rainha, que eu pude te dar uma casa” (DOMINGAS, 62 anos).

A fala da entrevistada remete ao seu esforço para dar uma moradia digna a sua mãe, o que revela, também, o quanto a desigualdade social atinge diretamente os negros, e o quanto sua trajetória é marcada com base em marcadores de desigualdades socioeconômicas.

Em Salvador, também deu continuidade às atividades voluntárias que costumava participar no período em que morou em Governador Mangabeira. Assim, após os afazeres domésticos, na companhia das colegas de profissão, participava das campanhas de doações para os Hospitais Irmã Dulce e Aristides Maltês.

Naquela época, Domingas trabalhava para uma família que exercia bastante influência no eixo político local da cidade de Governador Mangabeira. Foi nesse emprego que ela conheceu o então prefeito municipal, Agnaldo Viana Pereira, que estava no exercício do segundo mandato, nos anos de 1973 a 1976. Foi ele que lhe garantiu um emprego na prefeitura. Assim, após anos trabalhando como doméstica surge a oportunidade de conseguir um emprego no setor público e voltar a morar sua cidade natal.

No ano de 1973, passou a trabalhar como merendeira em uma escola e também a prestar serviços pela assistência social do município. Sua função era acompanhar os enfermos nos hospitais na capital, marcar as consultas e conseguir o atendimento médico aos doentes. Atividade que criou laços de amizade e gratidão.

Era uma vida corrida, além dessas duas funções por ela desempenhadas para a prefeitura municipal, nos finais de semana “cozinhas para fora”, trabalhava cozinhando para eventos em casas de famílias na região.

Em 1981, em decorrência da troca de gestores, Domingas volta a trabalhar como doméstica na casa de José Santana, que tinha pretensões de concorrer nas próximas eleições a prefeito de Mangabeira. Em 1982, Santana ganha a eleição, e Domingas passa a trabalhar novamente pelo município, exercendo as mesmas funções de anteriormente.

A história de Domingas com a política partidária tem início no ano de 1985, quando o então prefeito pede para ela filiar-se ao Partido da Frente Liberal – o extinto PFL. A justificativa era que, naquele momento, o partido precisava que mulheres se afiliassem. Na verdade, o recém partido precisava de um maior número de filiados.

De tal modo, entregou a ficha e explicou que era apenas uma filiação para compor partido. Conforme disposto no art. 14, § 3º, V, da Constituição Federal (1988), esse vínculo estabelecido entre o cidadão e o partido é condição de elegibilidade, mas não de obrigatoriedade.

Mas, por problemas eleitorais, a justiça determinou que os filiados teriam de concorrer às eleições seguintes, pois corria o risco de impugnação de mandato após a eleição. Desse modo, o partido encaminhou o registro em seu nome como candidata à vereadora nas eleições municipais de 1988. Conforme o que foi apresentado por Domingas, é preciso reconhecer, contudo, que o prefeito viu na sua figura um potencial para conquistar votos na eleição.

Revela que, até então, não tinha a menor pretensão de seguir carreira política, nunca tinha se imaginado naquela situação: “eu nem sabia que iria concorrer, só passava pela minha cabeça como uma pessoa que mal teve condições de estudar iria concorrer com aqueles doutores engravatados?”

Domingas não se sentia capacitada para a disputa eleitoral, na verdade ela já sabia o que teria de enfrentar por ser uma mulher, negra, de baixa escolaridade, sem recursos e prestígio social. Excluída do jogo eleitoral, não participava das articulações e decisões políticas do partido e nem das apresentações nos comícios. O grupo tinha receio de que seu discurso pudesse prejudicar a coligação dentro da disputa eleitoral.

Segundo o censo de 1980, a população do município de Governador Mangabeira era de 17.020³³ habitantes. Por se tratar de um município de pequeno porte, no início da campanha eleitoral, grande parte da população já tinha conhecimento de que Domingas estava concorrendo.

Em um dos comícios, Domingas foi convidada a fazer uso da palavra. Como enfrentar o desafio do seu primeiro discurso? Tomada pela surpresa, conta que respirou fundo, subiu no palanque e pensou: “Meu Deus, o que é que eu vou falar? O que dizer *pra* esse povo todo? Aí, quando eu olhei lá em baixo e vi Dona Licinha (a parteira) ... ai, ela foi a minha inspiração.”

Começou a contar sobre a sua experiência de vida e da coragem de enfrentar, sem fraquezas, a dura realidade da vida, das adversidades que foram convertidas em força. Portanto, Domingas não tinha uma proposta de trabalho concreto, mas a mensagem passada em seu discurso, a de que é importante resistir, inspirou confiança tanto nela quanto aos

³³ BRASIL. IBGE, Sinopse Preliminar do Censo demográfico de 1980: Bahia/IBGE. Rio de Janeiro:1980.Disponível:<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/310/cd_1980_v1_t1_n14_ba.pdf> . Acesso em 10/04/2016.

presentes naquele comício. De modo que ela não dispunha de um conjunto de “competências” que a habilitava a disputar o poder, mas, por se tratar de uma pessoa que trabalhava mediando relações entre as políticas públicas de saúde e assistência social no município, isso aliado à aceitação do seu discurso, logo começou a se envolver nos processos políticos.

No cenário da política local, até então, nenhuma mulher tinha exercido um cargo na política. Sendo uma mulher negra e pobre, dá para imaginar o que era estar concorrendo ao cargo dentro desse universo eminentemente masculino e branco. Segundo os próprios termos da entrevistada, desacreditada e sem acesso a recursos descreve que “dinheiro para financiar a campanha não tive. A primeira eleição eu ganhei e não gastei nada, se ninguém acreditava na minha candidatura quem era que ia financiar?”.

Em outubro de 1988, Domingas da Paixão, depois de muitas dificuldades, ganha a eleição.

Figura 01 - Quadro de composição da Câmara- eleito pelos munícipes em 1988



Fonte: Acervo da Câmara Municipal de Governador Mangabeira.

A imagem mostra que Domingas e Noralice Rodrigues de Jesus foram as primeiras mulheres a ocupar as cadeiras da Câmara Municipal.

Cabe destacar que a cidade de Governador Mangabeira teve sua primeira eleição municipal em 7 de outubro de 1962, mas só após a sétima eleição, entre os anos de 1965, 1968, 1972, 1976, 1982, 1985 e 1988 que o município veio eleger mulheres na política - no legislativo. Desse modo, há uma ruptura no padrão político estabelecido - masculino, branco e elitizado - na política do município. Notam-se, também, outras variáveis sociais na mudança do perfil, até então apresentadas na política local, como a questão geracional. Domingas, nesse período, estava na faixa etária dos 28 anos, era uma jovem mulher na política.

Conta que, ali, pôde confirmar que o processo político é dominado pelos homens. Por diversas vezes, presenciou discursos carregados de preconceito por uma mulher estar naquele espaço masculino e o quanto foi difícil firma-se dentro do poder legislativo municipal. De acordo com Clara Araujo (2001), existe uma cultura política que define os padrões da participação política por gênero. Para ela, a baixa participação das mulheres na política está para além do veto de gênero por parte dos partidos políticos, mas a resistência à figura feminina no âmbito da política partidária estaria intimamente ligada ao modelo político nacional, por questões de preconceito de gênero.

Um dos elementos significativos em sua narrativa é quando ela traz as suas percepções acerca da baixa representação feminina na política:

Nós somos a maioria no Brasil e de certa forma somos refém dos homens. Por que a mulher pode ser a melhor dona de casa, a melhor mãe e não pode ocupar cargos político? Eu não concordo é preciso que as mulheres se libertem desse tabu de dizer que a política é ruim. Veja que o preconceito é tão grande que a maioria das coisas que fazem com Dilma é por que ela é mulher (DOMINGAS, 62 anos).

Essa fala demonstra seu conhecimento e consciência da desigualdade de gênero e de como a política é sexista. Na concepção de Domingas, as mulheres têm receio de se expor e de participar da política. E atesta que esta condição, na maioria das vezes, dá -se porque, quando você assume uma vida pública, está exposta a qualquer tipo de julgamento e, por conta disso, as mulheres preservam-se.

Na sua trajetória política exerce a vereança por quatro mandatos consecutivos: o primeiro após as eleições de 1988, mandato (1989-1992); segundo (1993- 1996); terceiro (1997-2000) e o quarto (2001-2004). Na câmara foi responsável pela implantação da Lei Orgânica do município. Relata também que há vinte anos foi uma das líderes a fundar o

sindicado da APLB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia – na cidade.

Domingas tem um carisma que lhe é inerente. Associa o êxito na política ao fato de ter sempre se mostrado atuante quanto às questões do coletivo.

Eu atribuo aceitação ao meu carisma, o respeito que tenho com povo, eu gosto de gente, gosto de passar e de dar bom dia às pessoas... é amor pelo povo. A humildade comigo é assim não tem hora, a hora da madrugada que me chamar eu to com eles. Então eu devo isso a mim mesma, a minha mãe que hoje tem 101 anos, que me ensinou que a gente tinha que ser assim. Ela dizia assim: “Minha filha nós da parte pobre não temos nem nome nem sobrenome. Você que tem que fazer e o seu nome e seu sobrenome, mas você tem dois caminhos: ou você faz seu nome para o bem ou faz seu nome para o mal”. Esse foi o ensinamento da minha mãe que eu guardo e passei para meus filhos, e é a mesma criação que eles dão as minhas netas (DOMINGAS, 62 anos).

É com carinho que relembra os ensinamentos da mãe, os quais fez questão de passar para os seus quatro filhos. Do mesmo modo que fala com orgulho da educação que pôde proporcionar aos filhos: “Formei meus filhos, todos quatro tem diploma do nível superior, entendo que a maior riqueza que se tem é educação”.

Dentro da sua trajetória, aos poucos, foi construindo o processo de empoderamento político, de tomada de consciência das suas habilidades e competências para política. Os quatro mandatos como vereadora lhe propuseram experiência e habilidades de liderança. Sentia-se pronta para concorrer ao cargo executivo no município.

No cenário da política municipal, são poucas as mulheres a se candidatarem ao cargo de prefeita. E em se tratando de mulheres negras ainda existe uma lacuna específica dessa representação política, uma vez que as mulheres negras enfrentam maiores dificuldades para adentrar o campo político e ocupar posições de destaque no seu interior. Conforme abordado anteriormente, são percalços resultantes da intersecção entre os marcadores sociais das opressões que geram condições desfavoráveis as mulheres negras.

Vivemos em uma estrutura social hierárquica que mascara sua manutenção por concepções simplistas de isonomia. No campo político, existe uma série de imposições de hierarquias e relações de poder. Em 2004, quando Domingas decide concorrer ao executivo municipal e filia-se ao Partido da Mobilização Nacional (PMN), tendo como vice o Historiador Carlos Borges da Silva, parece incomodar o grupo político dominante. Nessa ocasião Domingas muda de partido e se torna oposição do então partido (PFL), ao qual era filiada. Justifica sua saída do partido por acreditar que poderia fazer mais pela cidade como

prefeita do que como vereadora, no entanto, não existia essa possibilidade dentro do grupo político no qual tinha iniciado na política.

Há que se observar que sua participação passa a ser não mais de figuração. E, em busca do protagonismo, mostra-se forte dentro da disputa eleitoral. Não é por acaso que, quando se ampliam o espaço e a visibilidade de mulheres negras, surge uma série de ataques ofensivos e discriminatórios. Foi o que aconteceu com Domingas. Ela encontrou bastante dificuldade para apresentar sua candidatura não só pelas desvantagens socioeconômicas, mas, principalmente, pelas ofensas racistas que sofreu por parte dos opositores.

Nessa eleição, Domingas estava concorrendo com o então prefeito Antonio Pimentel Pereira (PL), que estava disputando o seu segundo mandato, filho do ex-prefeito Agnaldo Viana Pereira, teve a maioria dos votos válidos (4.080) e José Souza de Santana (PFL), que ficou com a segunda colocação, com 3.525 votos, pessoas que a tinham introduzido na política. Nessas eleições municipais de 2004, nossa personagem é derrotada pelo filho do seu antigo patrão, com 3.007 votos, experiência que, segundo a mesma, foi fundamental para que reunisse condições para se candidatar como prefeita novamente.

Portanto, com eleições definidas para o quadriênio de 2004 a 2008, Domingas estava oficialmente fora do quando político, mas não da mobilização política. Nesta ocasião, continuou a realizar suas atividades sócio-assistenciais e concedendo apoio à candidatura de deputados federais e estaduais na região. Nesse período, com a longa trajetória política, Domingas já possuía grande reconhecimento político.

Uma característica da política no município de Governador Mangabeira é a inscrição familiar no cenário político e alianças de *habitus*³⁴ no sentido construído por Bourdieu (1989), que se refere ao conjunto de disposições incorporado por agentes em ações. Desse modo, as disputas políticas atravessavam por várias gerações familiares: são filhos, netos membros de famílias tradicionais da política no município que legitimam privilégios de uma herança que é imaterial. Configurando-se na hegemonia de um grupo político, traços oligárquicos presentes na política brasileira.

Na disputa eleitoral de 2008, teve como único opositor Marcelo Pedreira de Mendonça (PP). Concorreria, mais uma vez, com um membro da família Pereira. Por conta de estratégias

³⁴ *Habitus* é compreendido como um sistema ímpar de disposições para a ação, desenvolvido por cada um, em virtude da posição que ocupa na estrutura social. Na acepção de Bourdieu, *habitus*, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constitui “o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2011, p.191).

políticas, decide concorrer ao cargo pelo partido PMDB, que, na época, tinha forte coligação com partido PT.

No contexto dessa segunda disputa para prefeitura municipal, as divisões estavam bastante polarizadas na cidade, configurado, de um lado, a da ex-empregada doméstica e, de outro, a candidatura do neto do seu “ex- patrão”, o qual ajudou a cuidar.

“Na minha trajetória de vida, enfrentei grandes barreiras, entre elas, o preconceito por ser uma mulher negra de origem humilde”. A narrativa é feita de modo emocionado, como quem estivesse revivendo a cena real:

Tive muitas dificuldades, não só pela falta de escolarização, por ser mulher, mas porque o racismo aqui supera. Tive dificuldade também pela maneira que concorri à eleição, com o neto da minha ex-patroa, que fui empregada doméstica durante o tempo de 18 anos. Então, isso foi um fato muito marcante, que ele me chamava de negra preta do pé rachado, foi muito marcante... Foi tanto que, na minha primeira eleição, eu nem imaginava que iria ganhar, porque eu não tinha coragem para sair pra pedir os votos. Eu fiquei assim traumatizada. Quando fui candidata a prefeita em 2008, fui muito perseguida e sou até hoje. Meu adversário no período de campanha circulava em carro de som dizendo o seguinte: “Vai deixar de votar em um doutor”, porque ele é advogado, “para votar num tolete de cocô”, ou coisas do tipo “você, pai que educa seus filhos, sai cedo para ir trabalhar, vai colocar um cheque em branco de 22 milhões na mão de uma analfabeta?” Aí, aquilo ficou na minha cabeça (DOMINGAS, 62 anos).

O depoimento de Domingas revela o quão é difícil para uma mulher participar da política partidária, especialmente se essa mulher for negra de origem humilde.

A opressão de gênero e raça produz a violência simbólica. O relato traz as lembranças de algumas situações em que vivenciou práticas discriminatórias e racistas, por conta da cor da pele, tipo de cabelo, pela condição de classe e escolaridade, fatos que demonstram como as opressões de desigualdades entremeiam-se em sua história.

Algumas pesquisas recentes sobre a participação das mulheres negras nos espaços de poder revelam que às mulheres negras, muitas vezes, são associadas imagens negativas quanto à capacidade intelectual, à aparência física ou ao comportamento. Esses estereótipos afetam as “possibilidades de ocupação de posições políticas por tornar a figura da mulher negra pouco atraente para os partidos, uma vez que as chances de vitória nas eleições dependem, entre outros fatores, da identificação positiva de eleitora(es) com a(o) candidata(o)” (BAIROS, 2010, p. 12).

Nas eleições de 2008, Domingas legitima-se como a primeira mulher eleita para prefeita no município de Governador Mangabeira. Nesse pleito, ela foi eleita com 55, 90%

dos votos, que lhe garantiram a vitória. Durante o processo da entrevista, observei Domingas sorrir quando falava da vitória nas eleições.

Mas conta que, ainda assim, após vencer as eleições, foi aconselhada a modificar os cabelos crespos. De maneira que foram feitas insinuações para que ela alisasse o seu cabelo³⁵. Esse acontecimento mencionado por Domingas evidencia uma prática comum de imposição de métodos para manipular os cabelos crespos e cacheados. Segundo Figueiredo (2008), o ato de alisar o cabelo na sociedade brasileira configura-se mais como uma tentativa de se mover na escala classificatória da cor do que como um exercício de beleza.

Nas eleições presidências 2010, o PT e o PMDB eram os maiores partidos da base governista. Domingas foi eleita pela base do PMDB. Conta que, após alguns veículos terem noticiado que ela estaria apoiando a reeleição do Governador do PT, houve um desentendimento com a cúpula do PMDB.

Contou que:

Isso gerou uma confusão tão grande... eles chegaram a me intimidar, levaram para mídia que ira expulsar do partido, fui chamada de negra doída. Então, foi ai que acabei mudando de partido, saindo do PMDB e indo para o PT, lá achei o apoio político, jurídico moral, pessoal. Foi uma batalha muito dura enfrentar Geddel Vieira Lima... ah, foi horrível, foi pesado mesmo (DOMINGAS, 62 anos).

Episódio que teve bastante repercussão, tanto no município quanto na mídia, calcado por ofensa racista e um discurso sexista e misógino, produzido pelo machismo estrutural, que tem como intuito desqualificar a mulher ao associá-la à loucura e ao desequilíbrio.

Após os insultos raciais, Domingas passou a assumir um discurso afirmativo da sua identidade racial.

Anos depois, em 2012, Domingas da Paixão concorre à reeleição pelo partido PT, na qual teve uma vitória apertada, obtendo 51,23% dos votos válidos³⁶, derrotando, novamente, o adversário Marcelo Pedreira (PP), que obteve 48,77% dos votos.

Durante seus dois mandatos como gestora municipal, sua administração foi marcada pela adoção de importantes trabalhos na área das políticas públicas de promoção da igualdade racial, mediante campanhas contra o racismo, com a implantação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial no município, realização de projetos culturais que homenageiam e valorizam a cultura negra, como o Troféu Zumbi dos Palmares; a adesão do Município ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR, com a finalidade de

³⁵ Para acompanhar este debate **ver bell hooks** “Alisando o nosso cabelo”. Disponível em: <<http://criola.org.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

³⁶ Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

implementar as políticas de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial no município.

Através da coordenadoria de políticas para as mulheres, o município tem elaborado políticas públicas voltadas para mulheres, com as quais são executados projetos que beneficiam as mulheres através da profissionalização, possibilitando a remuneração das mesmas. São realizadas ações de promoção das mulheres, como o troféu Carolina Maria de Jesus, destinadas às mangaberenses que prestam serviços na área de defesa dos direitos e garantias das mulheres. Realiza-se, também, a implementação de um modelo de desenvolvimento local, que conta com a expansão e melhoria da qualidade dos serviços públicos de educação. A título de exemplo, a capacitação das professoras da educação básica com Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, e a realização de um desejo antigo seu, o de implementar um *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IF Baiano, no município. Foram alguns feitos que lhe proporcionaram prêmios entre eles o de melhores gestores na avaliação nacional no ano de 2012.

Contudo, é possível analisar que Domingas nos apresenta a construção da sua trajetória política em torno de uma reflexão particular acerca da mulher negra no cenário político local. Sem dúvida, uma história singular que tive a oportunidade de conhecer.

2.2 VERA LÚCIA MARIA DOS SANTOS: ENTRE A PROFISSÃO E A POLÍTICA

“Vera da Saúde”

Meu primeiro encontro com a prefeita Vera Lúcia Maria dos Santos foi na IV Conferência Municipal de Políticas Para Mulheres de Maragogipe, em setembro de 2015. Cheguei no momento em que estava proferindo o discurso sobre a difícil inserção das mulheres no espaço político, partidário, eletivo.

No final, pude cumprimenta- lá e, ali, conversamos por alguns minutos. Foi nesse evento que consegui, finalmente, apresentar a proposta da pesquisa, pois, antes, só tínhamos mantido contato por e-mail.

Minha jornada ao encontro de Vera começa no início de 2015. Foram seis meses de tentativas. Inúmeras vezes, estive na prefeitura - desencontros justificados pela atribulada agenda de compromissos da prefeita. Mas, enfim, tinha me apresentado à prefeita. Estaria tudo encaminhado, portanto, só bastaria agendar com a assessora a data da entrevista. Só que,

após o encontro, foram mais alguns meses de incertezas. Foi quando, após saber que Vera participaria de um evento na câmara de vereadores, decidi viajar para Maragogipe.

A cerimônia foi da posse de um vereador suplente, aliado do seu grupo político, que lotou a Câmara Municipal. Nessa posse, pude observar o contingente muito maior de homens do que de mulheres, tanto dos cidadãos que participavam do evento, quanto dos legisladores da casa, atualmente composto por nove representantes masculinos e apenas uma representante feminina. Um espaço público, visivelmente masculinizado.

A prefeita recebeu-me na sede da Secretaria de Assistência Social do Município. É extremante simpática e mostra-se entusiasmada para começarmos a entrevista, que ocorreu no dia 01 de dezembro de 2015.

Acomodadas em uma das salas da secretária, damos início à entrevista com perguntas de caráter mais fechado, tais como idade, escolaridade, partido. Então, pergunto à entrevistada qual seria a sua identificação de cor ou raça. Responde: “Morena clara, queimada do sol... sapecada do sol [risos]”. Então, pedi que ela fosse mais específica, que se classificasse com base nas categorias oficiais de classificação do IBGE: branca, preta, parda, amarela e indígena. E logo responde: “Parda.”³⁷

O Censo Demográfico 2010 confirmou alteração na composição racial brasileira, em que a população negra passa a se figurar como majoritária. Assim, os negros no Brasil, considerados aqueles que se declaram pardos e pretos, correspondem a 96,7 milhões de indivíduos – 50,7% dos residentes (Ipea, 2013).

De acordo com Antonio Sérgio Guimarães

O uso burocrático e popular, o termo *cor* substitui o de *raça*, mas deixou à mostra todos elementos das teorias racistas – *cor*, no Brasil, é mais que cor de pele: na nossa classificação, a textura do cabelo e o formato de nariz e lábios, além de traços culturais, são elementos importantes na definição de cor (preto, pardo, amarelo e branco). (GUIMARÃES, 2011, p. 266)

Refletindo a fala da entrevistada, é importante que tomemos os diferentes sujeitos e as diferentes percepções sobre a construção da identidade étnico-racial.

³⁷ O Art. 1º, inciso IV do Estatuto da Igualdade Racial; Lei nº 12.288 /2010, estabelece que a população negra engloba “o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga”.

Como já mencionado nesse trabalho, na sociedade brasileira, há uma invisibilidade das “raças”, sendo a cor da pele o principal elemento classificatório. Desse modo, segundo Carneiro (2001), a herança de miscigenações passadas oferece aos negros de pele clara as múltiplas classificações de cor. Então, em uma sociedade em que a raça é associada aos fenótipos, essa herança de miscigenações tende a enfraquecer a identidade racial dos negros.

A respeito do uso do termo “morena clara”, acrescenta uma inflexão interessante sobre as categorias de cor empregadas no nosso cotidiano e nos faz refletir sobre o complexo debate da autoclassificação e da gradação da cor no Brasil. O que também evoca outros termos sobre cor apresentados em diferentes estudos antropológicos: “morena cor de jambo”, “cabo - verde”, “moreninha”, “mulata”, “cor de canela”. Essa grande variedade cromática demonstra que a autoclassificação brasileira dá-se através do *continuum* de cor.

Em busca de novos elementos, prossigo nossa entrevista, perguntando-lhe sobre sua trajetória de vida antes da sua inserção no espaço político.

Nasci no distrito de São José do Itaporã, que pertence à Muritiba, mas que fica próximo a Cruz das Almas. Estudei o primário, que antigamente era a, b, c, lá mesmo no povoado do Tabuleiro da Baiana. Depois fui estudar o primário em Cruz das Almas, o que hoje corresponde ao ensino fundamental no Colégio Estadual José Batista da Fonseca e concluí o segundo grau no Colégio Alberto Torres. Meu pai era funcionário da Leste e ele trabalhava na Embrapa de Cruz das Almas. Depois, ele foi transferido para Entre Rios, para Embrapa de lá, que era Leste e, em seguida, levou meus irmãos, minha mãe a família. Mudamos de cidade e lá foi uma nova vida. Na cidade de Entre Rios, comecei a trabalhar pela prefeitura como atendente de farmácia. Na época, tinha 17 anos, depois cheguei a trabalhar por um período eleitoral e também no comércio (VERA LÚCIA, 49 anos)³⁸.

Vera nasceu em 14 de novembro de 1966, num bairro situado na Zona Rural de Muritiba. Possuía uma família pequena, constituída por sua mãe, seu pai e três irmãos. Na cidade de Entre Rios, casou-se, constituiu família e teve seus quatro filhos. Conta que o casamento não deu certo e acabou separando-se.

Nesse período, seus pais faleceram, o que fez com que ela decidisse voltar para seu distrito de origem, São José do Itaporã. Relatou-me que, nesse momento, foi a procura de trabalho, pois precisava refazer sua vida e criar os filhos. Assim, começa a trabalhar na Santa Casa de Cruz das Almas e relata:

³⁸ Depoimento de Vera Lúcia Maria dos Santos, atualmente prefeita do Município de Maragogipe- BA. Data de nascimento: 14/11/1966. Entrevista realizada em 01/12/2015.

“Na Santa Casa de Cruz, conheci um médico chamado Catulo. Ele é filho de Cruz das Almas, era médico recém formado e, depois de algumas conversas, decidimos fazer uma parceria. Montamos uma associação com consultórios médicos, meu trabalho era marcar exame, já marquei muito exame, levava o pessoal para operar, fazia divulgações e, assim, fui trabalhando. Em seguida, começamos a fazer um trabalho na zona rural, nas associações de bairros, trabalho de encaminhamento de cirurgias. Ele operava na Santa Casa de Cruz das Almas. Comecei a me envolver fazendo esse trabalho. Até então, eu não era política e foi assim que conheci Maragogipe pelos povoados e distrito. Conheci Guapira, que hoje é um dos distritos maiores de Maragogipe. Fiz amizades com bastantes pessoas, conheci várias associações, começamos a fazer trabalhos no município de Maragogipe.” (VERA LÚCIA, 49 anos).

O relato desse episódio retrata uma importante passagem na vida de Vera, pois nos conta as “escolhas” que fez em seu trajeto para vida política.

No depoimento de Vera, o emprego da palavra *política* refere-se à falta de pretensão de se tornar uma figura pública no município, pois foi na associação que encontrou a oportunidade de voltar a trabalhar.

Deste modo, conta como conheceu Maragogipe, um dos municípios sede do objeto dessa pesquisa, localizado na região do recôncavo da Bahia, com distância de 252 km de Salvador. Segundo o Censo 2010, estima-se uma população de 42.815 habitantes que busca preservar suas manifestações e representações culturais. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), de Maragogipe era de 0,621, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699)³⁹, constituído por uma economia de atividades tradicionais, como a pesca, agropecuária, e a produção de cerâmica, mas que nos últimos anos foi impactada com o processo de implantação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu⁴⁰.

Lembra que, na época, Maragogipe não tinha saúde de qualidade, não tinha hospital funcionando. Foi neste momento que começou a fazer um trabalho na cidade voltado para as necessidades da população. Sobre a Associação Beneficente Fé e Esperança é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, reconhecida como de Utilidade Pública Municipal, Estadual,

³⁹ A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,793, seguida de Renda, com índice de 0,582, e de Educação, com índice de 0,518. Fonte: Atlas Brasil. 2013. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013>> Acesso em: 15. maio.2016.

⁴⁰ Em 2007, o processo de implantação e operação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu S/A (EEPSA), no distrito de São Roque do Paraguaçu, município de Maragogipe, teve por objetivo construir barcos militares, barcos especiais para apoio às atividades de perfuração e produção de petróleo, além de equipamentos especiais para a indústria do petróleo e mineração, com valor de investimento de R\$ 3,2 bilhões (EIA/RIMA, 2009, p. 9).

que atua, principalmente, na marcação de exames de alta e média complexidade, atendimento médico, encaminhamentos, acompanhamentos de cirurgias.

O trabalho da associação era encaminhar os pacientes de Maragogipe para operar nas cidades de Cruz e Sapeaçu que ainda faziam cirurgia pelo SUS. Segundo Vera, “naquela época tínhamos um SUS que abrangia a todos, hoje temos restrições no SUS são poucas cirurgias e a demanda é muito grande. Então, assim há 20 anos atrás era diferente a situação era melhor na saúde hoje estamos nessa crise”.

É interessante observar que parte da história de Vera assemelha-se à história de Domingas, pelo menos nos aspectos das atribuições profissionais. Elas trabalhavam diretamente com o público, nas áreas de assistência à saúde que, embora em municípios diferentes, apresentavam similaridade nas condições precárias dos serviços de saúde disponíveis ao conjunto da população.

Alguns estudos têm sinalizado para a relação do exercício de profissão como “operadores de entrada na política” - Irllys Barreira e Moacir Palmeira (1998), entendendo que o prestígio social construído através das relações sociais e de trabalho tem sido um eixo que se articula e oportuniza a inserção no campo político. No termos de Bourdieu, a construção do capital simbólico, convertido em capital político, tem, como efeito, a se legitimar no próprio campo político.

Retomando a trajetória, nesse período, Vera morava em Cruz das Almas com seus filhos e ficava entre Cruz das Almas e Maragogipe. Vera conta que, no ano de 2003, durante pré-campanha eleitoral, seu trabalho passou a incomodar alguns políticos da cidade de Maragogipe, por “não ser da terra”⁴¹, e, por fazer um trabalho diferenciado com a população carente. Foi nesse clima de disputa política que se cogitou a ideia de Vera candidatar-se a vereadora do município. Conta que o “povo” argumentava:

“Saia a candidata a vereadora[...] eu pensava, mas não tenho condições de sair como candidata a vereadora. Era complicado, não entendia de política, não entendia de partido. [...] Foi ai as pessoas colocaram o meu nome Vera da Saúde, fiquei conhecida na cidade toda como Vera da Saúde, que marcava os exames” (VERA LÚCIA, 49 anos).

“Esse trabalho surtiu um efeito grande, porque era uma associação e não tinha vínculo nenhum com política, a gente fazia assim um trabalho social e que também era uma fonte de renda. Mas, nós não cobrávamos o valor real de uma consulta. Se ela custasse um valor X no mercado, a gente cobrava uma taxa. E consegui trazer

⁴¹Tal como se observa na expressão “não ser da terra”, é empregada ao cidadão que não tenha nascido na cidade para qual migra e estabeleça vínculos. São os “de fora”, “forasteiros”.

médicos que faziam cem atendimentos no dia, fazia mutirões de atendimento e isso ajudava a população que não tem” (VERA LÚCIA 49 anos).

Esses depoimentos são ilustrativos de como o contato direto com o público e carência de acesso a um serviço público eficaz fizeram com que fosse construída uma mística de cuidadora “do povo”, identificada, através da alusão feita ao seu nome: *Vera da Saúde*.

O trabalho da associação ganhou bastante visibilidade no município, por conta disso foi convidada a trabalhar na prefeitura de Maragogipe, na gestão do ex-prefeito Raimundo Gabriel. Em 2003, contratada pela Secretaria de Saúde do município Vera lembra que esse novo emprego exigia um nível ainda maior de compromisso:

“O serviço tinha dobrado porque, a gente fazia isso quase que voluntário e quando você passa a trabalhar pela prefeitura você tem um suporte maior, uma demanda maior. Que cresceu muito era o dia inteiro fazendo atendimento, atendiam de 200 a 300 pessoas. As pessoas me preocupavam, iam à minha casa, meus filhos eram pequenos e estudavam em Cruz das Almas. Me desdobrava as vezes só ia pra Cruz nos finais de semana. Muitas vezes levava o povo que iria operar em Cruz das Almas, para dormi na minha casa por que morava perto do hospital” (VERA LÚCIA, 49 anos).

Passando um ano, acaba perdendo o emprego pela prefeitura, pois, devido a irregularidades, o prefeito havia sido cassado, no que retoma seu trabalho pela associação. Em 2004, teve novas eleições municipais sendo eleito para prefeito de Maragogipe Sílvio José Santana (PT). Nesse período é convidada a trabalhar com a assessoria do Deputado Federal Fernando Fabinho (DEM- BA), em Salvador também na área da saúde. Eis o relato de Vera sobre esse novo emprego:

“Em Salvador, trabalhávamos eu e outro servidor em seu gabinete, fazíamos a parte de internamento, de visitar os pacientes nos corredores, marcação de exames, tudo o que envolvia a rede de saúde. Meus filhos, os mais velhos, moravam em Cruz, os pequenos, comigo, em Salvador. Nós tivemos uma vida assim sabem...corrida. Na época, fazia o trabalho que hoje a Central de Regulação faz, o que é muito difícil. Porque, por exemplo, quando tinha um acidente o povo ligava para o deputado para pedir que ele interferisse. Naquela época, os deputados tinham influência. E nós que tínhamos que correr atrás de vagas nos hospitais. Me dirigia ao diretor do hospital para interferir pelo paciente que o deputado estava auxiliando. Fiz muito isso. Mas, mesmo trabalhando em Salvador tinha vínculo com a associação, levava os exames para marcar em Salvador.” (VERA LÚCIA, 49 anos).

“Ai você me pergunta como você entrou para a política?” Desde o início da nossa conversa, Vera mostra-se entusiasmada para narrar como se deu seu envolvimento com a política partidária.

Vera retorna para Maragogipe, já não mais agüentava o ritmo de trabalho exigido em Salvador. Nesse momento da entrevista, elogia a receptividade dos maragogipanos, o quanto sabem acolher. Assim conta que, antes mesmo de ser agraciada com o título de Cidadã Maragogipana, em 2010, já considerava-se uma maragogipana.

Portanto, a partir desse momento da entrevista relata quando passou a se envolver de fato com a política municipal: “Voltei para Maragogipe e continuei trabalhando pela associação. Depois da experiência na assessoria foi que me despertou o interesse em apoiar dois deputados nas eleições de 2006.”

Nesse mesmo instante, eu a interrompi perguntando-lhe se, naquele momento, ela sabia da sua força política? Responde:

“Não, não sabia. Sentia que as pessoas gostavam muito de mim e também gostava das pessoas porque faço, porque tenho amor, fazia porque gostava, porque é difícil você fazer uma coisa por obrigação ou então só pelo interesse, porque é candidato. Não fazia nesse intuito até porque eu nem sonhava em sair como candidata. Eu tive assim ... Meus pais faleceram muito rápido, perdi minha mãe em uma situação que não tive acesso aos hospitais, eu não poderia ajudar não tinha conhecimento. Ela faleceu porque não tinha um recurso melhor para ir para Salvador, acabou falecendo em Santo Antonio de Jesus, da mesma forma que meu pai. Então, assim foram dois fatos que me levaram a ajudar as pessoas que não tem essa visão, acesso... Às vezes você perde um ente querido por falta de uma ajuda. E continuo ajudando. Hoje, como prefeita tem coisa que quem vai em Salvador sou eu. E isso me faz bem, eu não faço visando voto faço porque eu gosto de fazer eu tenho isso comigo. Conheci Domingas nessa trajetória toda em São Felix, marcando exame também, já marquei muito exame para ela e ela já me ajudou muito também. Então, fiz isso muito as pessoas então começaram a focar ‘sai com vereadora, sai como vereadora’ foi ai que me despertou. Pensava assim: mas eu sair a candidata a vereadora, eu não sei...Como é que vou sair não tenho dinheiro, vou sair se o povo está pedindo... Vou me envolver na política para ver no que é que vai dar. Aí acabei me filiando ao PMDB. Mas saí assim numa condição que não acreditava que iria ser eleita” (VERA LÚCIA, 49 anos)⁴²

No início da narrativa, Vera explicita um dos motivos que justifica a escolha por realizar os trabalhos pela associação. O sofrimento pela perda dos pais teria sido o agente principal, da mesma forma que declara o quanto sente-se realizada pelas suas ações. Ao final da fala faz menção à figura de Domingas, que conheceu em um dos hospitais da região, realizando o mesmo ofício que ela - a intermediação na marcação de exames.

Revela que, recém-chegada à localidade, não tinha pretensões de concorrer a nenhum cargo na política partidária, mas, com o passar dos tempos, o prestígio e apoio da

⁴² Depoimento de Vera **Lúcia** Maria dos Santos, Data de nascimento: 14/11/1966. Entrevista realizada em 01/12/2015.

comunidade, em consequência do seu trabalho, foi o que estimulou seu interesse em seguir a carreira política.

Como expõe Araujo (2012), a exclusão da mulher da cena pública não é sinônimo de sua ausência da cena social. Nos processos eleitorais, a inscrição de mulheres como candidatas é, sistematicamente menor, em comparação com os homens. Para Araújo (2012, p. 156), esse processo é decorrente de padrões culturais, socialmente construídos, que determinam, de antemão, as disposições subjetivas, além de objetivas, de mulheres para disputar e participar da representação.

O processo de ingresso das mulheres na política continua a ser determinado por padrão de gênero, de maneira que, ao observarmos as trajetórias apresentadas por Vera e Domingas, há uma espécie de descrédito do seu próprio potencial eleitoral. Quando questionada sobre a predileção partidária, responde:

“Eu não escolhi foi o que veio... de repente foi esse eu não tinha conhecimento o que era partido... o por quê PMDB, PSB, PT eu não conhecia outros partidos. Não era política então, a gente quando não tem conhecimento na política diz assim: quero um partido que me eleja não importa a sigla.”

O depoimento de Vera demonstra como seu percurso eleitoral vai sendo costurado de forma experimental. Tal como coloca Irllys Barreira (1998) que as candidaturas femininas padecem da falta de herança, o que se expressa na construção de uma representação política marcada pelo pioneirismo.

Na eleição municipal de 2008, candidata-se a vereadora pelo PMDB. Logo começou a se envolver nos processos políticos. Assim, conta das dificuldades em financiar os custos da campanha. Lembra que, sem nenhum apoio, foi ela que confeccionou a produção dos santinhos. Os cartões eram feitos em cartolinas: pegava o carimbo e batia com o número 1500 - vereadora Vera.

Depois de muito trabalho, Vera conseguiu eleger-se, com a expressiva quantidade de 596⁴³ votos e adentra para um território marcadamente masculino. Nessas eleições de 2008, houve duas mulheres eleitas para vereadora em Maragogipe: Vera (PMDB), com 596 votos, e Sandra Lúcia do Sacramento (DEM), com 533 votos.

Vera relata que conduziu essa trajetória com muita dureza: “Foram grandes desafios...uma por ser mulher, porque os homens acham, não estou aqui generalizando, mais a maioria acham que só eles tem o poder, que tem a voz, que são capazes, que podem fazer”.

⁴³ Disponível em: <<http://www.tre-ba.jus.br/>>. Acesso em 07 jan. 2015.

Por muitas vezes, senti-me discriminada pelo fato de ser mulher e, às vezes, não acreditam na capacidade da mulher.

O depoimento de Vera revela o quão é difícil para uma mulher se envolver neste espaço de representação política, especialmente se for oposição. Nesse sentido, se faz necessário enfatizar que o exercício de candidatura política é portado de símbolos e construção de uma legitimidade, e quanto uma representante feminina adentra nesse cenário é alguém que é constantemente submetido à prova da competência.

Comprometida com a sociedade que a elegeu, passou a destacar-se na câmara pela fiscalização da aplicação dos recursos públicos municipais, principalmente, os destinados a área da saúde. O que passa a sofrer sanções:

“Para mim, era tudo mais difícil. No meu gabinete, não tinha internet, meu telefone era bloqueado, enquanto os dos outros vereadores tinham. Era muito perseguida, usava a tribuna e desligavam o microfone. É por isso que eu digo que os homens acham que a mulher não é capaz e tentam mesmo cortar as suas asas. Você vê que hoje o contingente de mulheres ainda é pouco e é difícil chegar. As que chegam assim é muito difícil. São poucas as que chegam à prefeitura assim como eu cheguei, como Domingas chegou. Por que a maioria que eu conheço e que são minhas amigas também, elas vêm de uma origem assim... O marido foi prefeito, o pai foi prefeito, por não poder mais sair, coloca a filha. A esposa tem o apoio familiar. Porque as que entraram como eu entrei é muito difícil nesses dias” (VERA LÚCIA, 49 anos).

É interessante observar que, nessa fala, Vera atesta o que Costa (1998) apresenta em estudos realizados na Bahia e outros estados do nordeste brasileiro: a principal via de entrada das mulheres no cenário político é calcada nas instituições familiares, no entanto, quando se é feito um recorte de raça e classe, esses resultados não se adéquam às mulheres negras. Segundo Valle, a forma de ingresso dessas mulheres na política formal dá-se por meio do “engajamento a movimentos sociais, associações, organização sindical/classe, ou seja, não tiveram influência da família - nome do pai, irmãos ou marido, como sugerido por algumas literaturas especializadas” (VALLE, 2014, p. 177). O que nos faz pensar, embora a entrevistada tenha se autoclassificado como “parda”, ela tem a percepção das similaridades entre as trajetórias, de reconhecer a condição social semelhante e, sobretudo, ter a percepção de que as mulheres negras têm uma condição diferenciada de ingresso nos cargos políticos eletivos.

Anos depois, no início de 2012, Vera tinha construído algumas alianças políticas e começa a sua campanha com o intuito de exercer o comando no poder do executivo municipal. Ao longo da entrevista, conta com orgulho, da sua trajetória política para chegar ao cargo.

Com a coligação: mudança de verdade, *Vera da Saúde*, nome também adotado na urna eletrônica, representava o “novo” para a cidade. Cria, assim, suas estratégias de campanha a partir de uma rede de envolvimento e com a construção de um discurso voltado para as causas sociais e a questão da saúde. Sem grandes condições de campanha, conta que:

“Trabalhamos numa campanha pé no chão, de andar quilômetros de bicicleta, de ter dias de o carro bastante velho quebrar na zona rural e ter que voltarmos para cidade no outro dia. Andei o município todo, não teve casa que não entrasse. Isso me deixa assim com uma alta estima lá em cima, porque eu sei que consegui chegar aqui não foi por financiamento, não por compra de voto, mas porque o povo achava que era melhor mudar e mudou” (VERA LÚCIA, 49 anos).

A fala de Vera ressalta a figura de uma mulher que se movimentava pela causa, que tem habilidade para mobilização. Mesmo sem um discurso voltado para as questões de gênero na política Vera, conta que, durante a campanha, sentiu rejeição pelo fato de ser mulher. Contou-me que muitos homens diziam: “eu não voto em você, porque eu não voto em mulher nenhuma”; “gosto de você, mas para dar o voto... eu não dou, acho que mulher não tem que estar na política”. Falas que confirmam a existência do preconceito da mulher na política (ARAÚJO, 2002; COSTA 1998; MATOS, 2007). E ressaltam a importância das políticas públicas em trabalhar essas questões, pois “ainda se tem muito machismo”.

Vera disse-me que, na época, o contexto político era bastante desfavorável para ela, pois o seu adversário contava com o apoio do partido e do ex-Governador da Bahia na época Jaques Wagner (PT).

“Porque foi difícil como eu cheguei. Porque, na época, a prefeitura de Maragogipe era uma prefeitura muito disputada, a menina dos olhos do ex-Governador da Bahia. Esse foi um governo que investiu muito para seu candidato ganhasse as eleições aqui no município. Foi tanto que, para falar a verdade, não esperava, não tinha nenhuma esperança de ganhar as eleições” (VERA LÚCIA, 49 anos).

Esse fato é ilustrativo de como havia tensões no campo político, sobretudo, no que se refere à disputa do poder executivo. A expressão “a menina dos olhos” refere-se ao interesse do grupo político frente à implantação do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, em Maragogipe.

Assim, nas eleições 2012, elege-se com prefeita de Maragogipe, com 13.035⁴⁴ votos pelo partido PMDB.

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.tre-ba.jus.br>> Acesso em: 07 jan. 2015

Figura 02: Vera Lúcia discurso de agradecimento pela vitória na eleição 2012



Fonte: Zevaldo Sousa⁴⁵

A fotografia mostra Vera Lúcia dos Santos na cerimônia de comemoração um dia após a eleição, no dia 13 de outubro de 2012, na praça da Matriz, em Maragogipe.

Na entrevista, Vera declara que gosta de fazer política, sente-se bastante honrada por estar ocupando o cargo de primeira prefeita de Maragogipe. Mas, ressalta as dificuldades da mulher ocupar uma posição de poder e comando: “As pessoas às vezes não aceitam que você esta ali ocupando aquele espaço, ou não entendem o porquê o povo lhe colocou ali, a gente ouve muitas coisas, mas é política faz parte”.

No decorrer da entrevista, Vera também salientou a importância das políticas públicas em promoção da igualdade racial, referindo às cotas como algo importante para a melhoria educacional de pretos e pardos e para a diminuição das desigualdades sociais, citando ainda as políticas Quilombolas, realizadas no município, ressaltando como têm avançado e trazido melhorias para essa população.

Ao analisarmos as ações que vem desempenhando dentro do município, mostra-se uma gestão que busca assegurar os direitos das mulheres. Através da criação do Conselho dos Direitos da Mulher, bem como da existência no município da Secretaria de Reparação Racial e da Mulher, uma secretaria que não obtém orçamento específico definido por organismos governamentais, ela está vinculada aos recursos próprios do município, que têm por objetivo prestar assistência às mulheres com apoio psicológico, sócio-assistenciais, vítimas de

⁴⁵ SOUSA, Zevaldo (2012). Vera da saúde comemora eleição com uma festa na praça da matriz. Disponível em: <<http://www.zevaldoemaragogipe.com/2012/10/vera-da-saude-comemora-eleicao-com-uma.html>> Acesso em: 10 jun. 2016.

violência domiciliar. As ações realizadas pela secretaria também contam com a equipe que acompanha o movimento negro, os quilombolas, investindo assim em políticas públicas para esses segmentos. Encerrando seu primeiro mandato como prefeita de Maragogipe, Vera pleiteia a reeleição em 2016.

Resgatar a trajetória de Vera na sua dimensão política permitiu-nos compreender as suas representações simbólicas, construídas a partir dos papéis atribuídos ao seu sexo, bem como a forma da sua representatividade, que não pode ser pautada apenas pela aparência.

2.3 RILZA VALENTIM: UM TRAJETÓRIA PARA NÃO SER ESQUECIDA

“Mulher, negra, sanfranciscana, baiana, brasileira e feliz. Estou prefeita de São Francisco do Conde, por confiança dos meus conterrâneos”. Rilza Valentim de Almeida Pena (1962/2014). Essa era a frase declarada no perfil em uma página pessoal na internet.

Embora não tenha tido localizado muitas referências sobre a sua trajetória política, decidi apresentá-la, por representar a história da primeira mulher prefeita da cidade de São Francisco do Conde. Trata-se de um curto estudo biográfico que teve como fontes documentos de várias espécies, atas, registros em entrevistas a jornais de circulação nacional, entrevista concedida a rádio, projetos de leis e dados eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Por intermédio da biografia, busco apresentar como Rilza participou e se relacionou com a política local.

Rilza Valentim nasceu em São Francisco do Conde em 16 de fevereiro do ano de 1962, município que fica, aproximadamente, 72 km de Salvador, segundo IBGE, com população de 33.183 habitantes, é o município que possui o PIB *per capita* mais elevado do Estado (SEI, 2007), devido à importância do setor industrial no município gerado pelos *royalties* do petróleo da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), criada em setembro de 1950, a primeira refinaria nacional de petróleo.

Sobre a trajetória escolar, estudou na rede pública municipal de ensino até a 8ª série e cursou todo o segundo grau na Escola Técnica Federal, em Salvador. Bacharel e mestra em Química pela Universidade Federal da Bahia, Rilza desenvolveu atividade profissional de sua formação e também lecionou em escolas da capital do Estado, entre elas, o CEFET-BA e a Universidade Federal da Bahia, como professora substituta. Como pesquisadora, procurou continuar sua carreira acadêmica em nível de pós-graduação, doutorando-se na UFBA.

Rilza Valentim, respondendo a uma pergunta feita pela revista *Raça Brasil* sobre sua entrada na política, descreve:

“Após me formar, retornei à minha cidade e recebi um convite para a Secretaria da Educação e aceitei. Isso foi no período de 1997 e 98. Comecei a fomentar alguns projetos, só que o formato da política que acontecia na cidade naquela época fugia completamente do que acreditava. Em 1999, fui convidada a assumir a Secretaria de Ação Social e lá eu pude, de verdade, ver qual era o meu principal papel. A minha missão aqui na terra era cuidar de pessoas, cuidar dos que mais precisavam. Aquilo me despertou um sentimento diferente. Recebia convites sempre com a mesma pergunta: por que não se torna candidata a vereadora? Mas esse formato de política não era o formato que me atraía. Depois de muitas insistências, resolvi colocar o meu nome na rua. Já era filiada desde 18 anos. Fui diretora de grêmio estudantil e presidente do diretório de química. Gostava desse formato de política, séria, que a gente acreditava de verdade, em que o único foco era a ideologia” (RILZA VALENTIM).⁴⁶

Em 1997, Rilza iniciou sua trajetória como gestora pública, ao assumir a Secretaria Municipal de Educação, tendo acumulado também em 1999 a pasta da Ação Social de São Francisco do Conde. O êxito nessas tarefas a projetaram politicamente. No ano de 2000, começou a articular sua campanha para vereadora.

Nas eleições municipais de 2000, foi eleita para vereadora, com 412 votos pela coligação PSDB/PMN. A segunda experiência eleitoral ocorreu no ano de 2004, quando ganha novamente as eleições para vereadora, tornado-se a oposição na câmara. Com a experiência adquirida após dois mandatos no legislativo, nas eleições de 2008, concorre ao cargo no executivo e é eleita como a primeira prefeita de São Francisco do Conde, com 11.917, pelo partido dos trabalhadores (PT) na ocasião, com 75% do total dos votos válidos.

Em uma entrevista concedida à rádio CBN, no ano 2013, quando questionada sobre ser a primeira mulher prefeita da cidade São Francisco do Conde, ela disse:

“Sobre o ser prefeita mulher é uma questão boa de ser falada. É que as mulheres levaram muito tempo sem a oportunidade de ocupar os espaços de poder, e por isso que é importante a gente estar ocupando estes espaços. Isso porque as mulheres foram culturalmente formadas, ou criadas para cuidar.” (RILZA VALENTIM)⁴⁷

De acordo com sua declaração à rádio CBN, entendemos que as relações de gênero são construídas mediante processos históricos e culturais, em relações que refletem os papéis de gênero que demarcam a esfera privada; maternidade, casamento o lar; e a esfera pública; o trabalho, os espaços de poder, a política. E, no cenário cultural, a figura da mulher foi naturalizada pelo cuidar, atribuída à esfera privada conforme salienta Costa (1998), a

⁴⁶ No Recôncavo Baiano, uma prefeita cheia de garra – Entrevista com Rilza Valentim. *Raça Brasil*. São Paulo, 2011.

⁴⁷Rilza Valentim entrevista concedida à rádio CBN, em 2013. Disponível em:< <http://cbn.globoradio.globo.com/>> Acesso em: 20 nov. 2015.

participação da mulher na atividade política sempre esteve limitada por ser uma atividade pública e, portanto, reconhecida socialmente como uma atividade masculina.

Em relação à esfera política, em outra entrevista, expôs algumas dificuldades encontradas na época em que tomou posse do cargo como prefeita:

“Mulher, negra, frágil, que vai ser dominada por todos, “eu vou mandar no lugar dela”. No início, todos achavam. Hoje, tenho certeza que aqueles que acreditavam, que apostavam que alguém poderia mandar em meu lugar, falharam. Essa mulher miudinha que parece ser frágil, quando precisa defender o que acredita... É uma questão de formação mesmo. Eu me fortaleço nas dificuldades que eu preciso vencer. As pessoas acharem que, por ser mulher, todos mandariam. É cultura machista, entendeu? Acharem que a mulher nasceu para ser dominada pelos homens, que ela, na verdade, pode até se mostrar durona, mas vai ser dominada” (RILZA VALENTIM).⁴⁸

Refletindo que existem pressões diferenciadas a partir das identidades dos sujeitos, “ser mulher, negra” e prefeita de, “ser mulher, branca” e prefeita (BRAH, 2006), surge pressões sobre a capacidade de gestão e de administração que vêm carregadas de estigmas e preconceito. Contudo, Rilza tinha um discurso afirmativo da sua identidade negra e do empedramento das mulheres. Para ela, o lugar da mulher era mesmo na política, pois o *toque feminino* apresentava uma forma diferente de fazer política, por meio de uma gestão comprometida com o bem-estar das pessoas. Contudo, dizia: “Neste século XXI, a principal obra de um gestor é cuidar de gente. Cuidar de gente significa fazer saúde de qualidade, fazer educação de qualidade, é erradicar a pobreza é ter programas sociais”⁴⁹ Tanto que, na sua primeira gestão, instituiu um programa de segurança de renda associada às seguranças do convívio familiar e comunitário e de desenvolvimento da autonomia o Programa de Acolhimento Social- (PAS), um programa municipal.

Tendo o reconhecimento público, em 2011, recebe o troféu Raça Negra, mesmo ano em que também recebe a homenagem na Assembleia Legislativa da Bahia, ao ser premiada com o troféu Perola Negra, concedido às mulheres que contribuíram na luta pela igualdade e manutenção da cultura negra, onde declarou que a população negra precisa de reparação social:

“Estamos quebrando paradigmas e conquistando um espaço que é nosso por direito. Hoje, é um dia de comemoração, mas não poderíamos esquecer que o povo negro

⁴⁸No Recôncavo Baiano, uma prefeita cheia de garra – Entrevista com Rilza Valentim. *Raça Brasil*. São Paulo, 8 de Jun. 2011.

⁴⁹ Rilza Valentim entrevista concedida à rádio CBN, maio ano 2013. Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/>> Acesso em: 20 nov. 2015.

precisa de favorecimento sim. Precisamos das cotas e de uma reparação social, porque a vida sempre nos oportunizou muito menos” (RILZA VALENTIM).⁵⁰

Rilza era uma militante, dentro e fora do partido. Eis um dos fatos que justificam ela ter alcançando grande visibilidade na esfera política.

Figura 03 - Pré-candidatura Rilza Valentim: a reeleição em São Francisco do Conde



Fonte: Digifilmes⁵¹.

A fotografia mostra Rilza Valentim no encontro da executiva do Partido dos Trabalhadores em junho de 2012, evento no qual foi confirmada a sua pré-candidatura para reeleição como prefeita em São Francisco do Conde.

Nas eleições de 2012, foi reeleita para prefeita, com 6.303 dos votos válidos, pelo Partido dos Trabalhadores. Em vida, Rilza alcançou significativa visibilidade pelos seus feitos como gestora de um município economicamente importante dentro do Estado da Bahia, mas também por se auto afirmar como mulher negra na política frente ao cargo executivo nesse município. Em 2012, foi uma das figuras públicas a receber o Prêmio Mulheres em Destaque, conferido pela organização internacional *Brazilian Women in Power*, às personalidades femininas que ocupam posição de poder e se destacam com ações que promovam a cidadania

⁵⁰Trecho da fala de Rilza Valentim, na Sessão Solene, em comemoração ao Dia da Consciência Negra, na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA). Disponível em: <www.folhadoreconcavo.com.br/jornal/folha-novembro-2011.pdf> Acesso em: 15 jan. 2016.

⁵¹ Registro fotográfico. Disponível em: <<http://digifilmes.blogspot.com.br/2012/06/em-encontro-neste-sabado-2-delegados-e.html>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

e a igualdade de gênero. Durante o encontro discursou sobre o tema das Políticas Públicas para promoção da igualdade racial e de gênero, com o relato da sua experiência de gestão no município de São Francisco do Conde.

Outro feito de grande importância na sua gestão foi a implantação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, "Campus dos Malês", em referência à revolta dos Malês no município. Rilza era uma militante assim durante a posse do reitor discursou: “Mais uma conquista positiva para o município mais negro do país, que ressignificará a vida do povo de São Francisco do Conde e de toda a Região”⁵².

Um dos últimos atos oficiais da prefeita Rilza Valentin foi o de sancionar a Lei Municipal Nº 361/2014, que escolheu o dia 13 de maio como *Dia das Religiões de Matriz Africana*, data integrada ao calendário de eventos e datas comemorativas do município.⁵³

Rilza Valentim de Almeida Pena veio a falecer no dia 24 de julho do ano de 2014, alguns meses depois de completar 52 anos, após sofrer uma embolia pulmonar, em decorrência de anemia falciforme.

⁵²UNILAB: Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul / Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira; organizado por Camila Gomes Diógenes e José Reginaldo Aguiar. – Redenção: UNILAB, 2013. p. 34.

⁵³Informações da Agência PT, em 28 de julho de 2014. Disponível em: < <http://www.pt.org.br/monica-aguiar-rilza-valentim-prefeita-petista-e-mulher-de-luta/>> Acesso em: 28 mar. 2016.

3 TRAJETÓRIAS CRUZADAS: MARCADORES DE DESIGUALDADES PRESENTES NA POLÍTICA

Domingas da Paixão, Vera Lúcia dos Santos e Rilza Valentim, trajetórias singulares, que trazem o reflexo das condições históricas e culturais da representação da mulher na sociedade.

Os depoimentos dessas mulheres acerca dos significados que atribuem ao estar na política, enquanto mulheres negras são extremamente ricos e nos convida a fazer reflexões sobre as inter-relações entre os marcadores sociais que recaem sobre suas trajetórias. Assim através das reflexões teóricas, busco alguns eixos analíticos na compreensão entre a intersecção dos vários eixos de diferenciação: raça, escolaridade, gênero, *capital* e classe dentro dos espaços políticos.

As trajetórias se entrelaçam e, a partir das análises, são desveladas suas similaridades, aproximação e distanciamento. Transcursos que apresentam experiências, deslocamentos e posições sociais ocupadas. Assim, os discursos sobre si produzem narrativas, sobre as representações existentes sobre si mesmas, revelando diferentes estratégias políticas e sociais adotadas para participação política.

As prefeitas

Inicialmente, gostaria de destacar que as trajetórias apresentadas trouxeram um fato inédito na política partidária do recôncavo, pois são as primeiras mulheres a chefiarem o poder executivo nos respectivos municípios. Conforme exposto, também é interessante observar que elas advêm de uma trajetória de vereança. O que se configura um novo arranjo no quadro de estrutura oligárquica e patriarcal da política nos municípios de Governador Mangabeira, Maragogipe e São Francisco do Conde.

Ao compararmos as narrativas das entrevistadas, inicialmente, duas coisas chamam a atenção. Primeiramente, o fato de que elas somente dispõem-se a postular uma candidatura quando estimuladas a participar.

“Não tinha aquela vontade, aquela vontade de exercer um cargo político.”
(DOMINGAS PAIXÃO, 62 anos)⁵⁴

⁵⁴ Depoimento de Domingas Souza da Paixão, atualmente prefeita do Município de Governador Mangabeira-BA. Data de nascimento: 05/04/1953. Entrevista realizada em 10/09/2014.

“Me perguntavam por que você não sai a candidata a vereadora? [...] as pessoas então começaram a focar sai como vereadora, sai como vereadora foi aí que me despertou.” (VERA SANTOS, 49 anos)⁵⁵

“Recebia convites sempre com a mesma pergunta: por que não se torna candidata a vereadora? Mas esse formato de política não era o formato que me atraía. Depois de muitas insistências, resolvi colocar o meu nome na rua.” (RILZA VALENTIM)⁵⁶

Nos trechos destacados, é possível identificar a política partidária como uma “não escolha” entre as entrevistadas. Mas, o que explicaria tal recusa? Quais seriam os entraves para sua entrada? Uma das explicações reside no fenômeno de socialização diferenciada, de gênero, pois, geralmente, mesmo quando as mulheres possuem as mesmas qualificações que os homens, tendem a se sentir menos preparada para concorrer a um cargo político e acabam por não postular sua candidatura. Segundo Matos (2010), existe um conjunto de obstáculos para a participação da mulher na política. Um desses obstáculos está relacionado aos elementos da determinação individual/subjetiva a concorrer ou ambicionar um cargo eletivo, elementos intimamente ligados à dicotomia pública/privada e suas consequências para a inserção das mulheres na esfera pública.

Entraves que dizem respeito as suas reais condições em competir e se eleger: sejam pela possibilidade de estar abrindo a candidatura das mulheres no sistema político local (caso específico das entrevistadas), ou por fatores relacionados à falta de recursos econômicos para custear campanha, aspecto também mencionado por elas.

O modelo analítico de Fraser observa que, na busca pelo reconhecimento, os grupos submetidos à injustiça sofrem tanto pelas desvantagens econômicas que impedem a participação em esferas públicas, quanto pela apreciação negativa da suas diferenças. Conforme Souza (2009), o problema reside no fato de nós naturalizarmos as desigualdades sociais, reproduzidas, cotidianamente, por meios simbólicos. Dilemas que, nitidamente, essas mulheres pareciam carregar consigo, antes de tomar a decisão de se candidatar.

Os filtros de acesso das mulheres à esfera política tornam-se ainda mais visíveis, quando analisados a partir das estruturas de desigualdades de gênero e raça existentes na sociedade. Miguel e Biroli (2014) apontam que os padrões diferenciados de socialização de gênero e a construção social da política como esfera masculina tendem a inibir o surgimento da vontade da mulher em participar da política. Outra explicação, e não menos importante,

⁵⁵ Depoimento de Vera Lúcia Maria dos Santos, atualmente prefeita do Município de Maragogipe- BA. Data de nascimento: 14/11/1966. Entrevista realizada em 01/12/2015.

⁵⁶Rilza Valentim, em entrevista concedida à rádio CBN, em 2013. Disponível em:< <http://cbn.globoradio.globo.com/>> Acesso em: 20 nov. 2015.

reside nas particularidades da discriminação das mulheres negras que, entre outros fatores, tornam-se barreiras implícitas a sua participação política (SEPPPIR, 2010). Discriminações decorrentes de uma estrutura perversa, no qual o racismo como um sistema de opressão impede que o negro ascenda em determinados espaços. O fato é que a estrutura de desigualdade entre homens e mulheres na sociedade incide para a baixa representatividade de mulheres na política. Um levantamento dos resultados das eleições municipais (2012-2016) feito pela Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPM)⁵⁷, revelou que, atualmente, as mulheres ocupam apenas 12% das prefeituras em todo o país.

O campo político é conhecido como lugar de debates arraigados de valores patriarcais, onde se expressa, constantemente, preconceitos à presença da mulher.

Realidade vivenciada por Vera no período de campanha eleitoral em 2012, momento em que pôde observar a resistência do seu eleitorado, especialmente o eleitorado masculino, em aceitar a sua candidatura para o cargo de prefeita do município de Maragogipe. De modo semelhante, em entrevista a um jornal de grande circulação na Bahia,⁵⁸ Rilza relata sobre os estereótipos associados à competência das mulheres no exercício das suas funções políticas. Ela associou a estigmatização ao fato dela ser uma mulher negra e ter ocupado um cargo de prestígio no cenário político do Recôncavo.

O Recôncavo é uma região historicamente comandada por elites políticas tradicionais, de conservadorismo patriarcal, portanto, a relação mulher e política tende a não corresponder ao formato de política tradicional vigente. E passa, assim, a condicionar provas de competência à participação da mulher na política, construto de “estigmas culturalmente sedimentados”, como aponta Barreira (1998).

Ao discorrer acerca de suas trajetórias políticas, percebe-se, a princípio, como a política é um espaço em que ainda se tem restrição à presença da mulher, sobretudo, porque, no imaginário social, o fazer política está associado ao masculino e, por consequência, as mulheres não são vistas como sujeitos de tomada de decisão, prontos a exercer cargos de poder. E, quando voltamos o olhar para as mulheres negras, há uma inter-relação desse processo de exclusão. Além dos obstáculos já dimensionados, essas mulheres enfrentam o desafio de construir uma imagem positiva junto ao eleitorado, no sentido de contrapor os estereótipos negativos impostos aos grupos não brancos da sociedade que lhe impõem o lugar de inferior e incapaz.

⁵⁷ Dados disponíveis em: <www.spm.gov.br>. Acesso em: 29 out. 2015.

⁵⁸ Educar é o meio capaz de mudar as pessoas, *A Tarde*. Salvador, de out. 2013. p.4.

O segundo elemento significativo nas narrativas foi quanto à forma de ingresso para a política partidária, que chama atenção pela similaridade referente ao ativismo político prévio, estabelecido pela rede de contatos feita através das relações profissionais que exerciam antes de decidirem concorrer a um posto político. Ali elas faziam “a pequena política da vida cotidiana” (BAILEY, 1971).

O que possibilita identificar a importância da descontinuidade, da divisão de papéis que dão ênfase à posição da mulher na esfera privada. Conforme salienta Miguel e Biroli (2014), o insulamento na vida doméstica também é tido como um dos fatores que retira das mulheres a possibilidade de estabelecer contatos necessários para se lançar na carreira política. Características culturais importantes que devem ser também interpretadas nas análises dos entraves à participação das mulheres na política.

Quanto ao grau de escolarização são apresentados níveis diferentes que vão da baixa escolarização ao título superior, todos cursados na rede pública de ensino. Embora uma das entrevistadas só tenha cursado o primeiro grau incompleto, ela reforça a importância e reconhece os limites da sua baixa escolaridade. Situação diferente de uma das gestoras que possuía o nível superior com pós-graduação *stricto sensu*, mas não por isso sua caminhada política teria sido mais fácil.

São mulheres de origem familiar menos privilegiada, cujos pais eram trabalhadores rurais, servidores públicos e autônomos com um baixo poder econômico que fizeram a escolha de deslocamento do campo para a cidade em busca de emprego ou estudo. Mulheres que nasceram sem o “bilhete premiado” de pertencerem a uma classe social que, comumente, legitima privilégios e os denominam como “talento inato”, como ocorre nas classes médias e altas (SOUZA, 2009).

Outro dado significativo nas narrativas refere-se à profissão e atividades que desenvolveram antes da entrada para a política.

Domingas da Paixão iniciou sua vida profissional como empregada doméstica, passou a trabalhar como servidora pública pelo município de Governador Mangabeira na função de merendeira e depois como servidora da Secretária de Assistência Social. Vera Lúcia dos Santos, quando jovem, trabalhou como atendente de farmácia, no comércio, depois migrou para Maragogipe, onde passou a desenvolver o trabalho de secretária junto a uma associação beneficente voltada para área da saúde. E Rilza Valentim lecionava como professora de Química em escolas e faculdades de Salvador, depois seguiu ocupando o cargo como gestora frente à Secretaria Municipal de Educação, tendo acumulado, também, a pasta da Ação Social do município de São Francisco do Conde.

Dentro dessas trajetórias profissionais é possível constatar duas áreas bem demarcadas - assistência e saúde. São áreas bastante cruciais, num contexto de escassez de políticas públicas e das precárias condições de serviços de saúde prestados ao conjunto da população desses municípios. Convém lembrar que são áreas que têm uma aproximação direta com o público. Portanto, sem a presença de um capital político familiar, ou de um poder aquisitivo e *status*, foi através das ações exercidas no âmbito da suas ocupações, isto é, realizando a intermediação ao acesso às políticas de saúde, que exigiam delas também ações políticas que foram construindo ao longo do percurso as suas carreiras políticas.

Informações que corroboram com os dados dos estudos da (SEPPPIR, 2010)⁵⁹, que apontam uma tendência de que as mulheres negras ingressem na política institucional a partir de sua atuação prévia em organizações da sociedade civil e na área social. Diante do exposto, Domingas associa o seu êxito na política ao fato de possuir uma trajetória de militância, não constituída por uma participação em organizações políticas, propriamente ditas, mas por ações coletivas realizadas, pois se mostrava sempre atuante nessas questões.

Feita essa análise mais geral dos perfis e posições ocupadas pelas entrevistadas, observamos que, dentro de suas trajetórias, elas não ascendem em virtude de um “capital familiar”, como são apresentados por alguns estudos que discutem a participação das mulheres na política com bases na “herança política” familiar (BAILEY, 1971; TABAK, 1987; COSTA, 1998). As histórias de vidas contadas aqui mostram trajetórias diferentes dos indicados nos estudos em que abordam as inscrições familiares como principal forma de ingresso das mulheres no cenário político. Nesse sentido, não podemos desconsiderar o fator “raça”, pois há aspectos que só podem ser revelados quando é feita a intersecção entre as categorias. A categoria raça é um eixo estruturador das relações de poder, e de uma série de elementos simbólicos, valores normativos, culturais e ideológicos que recaem, em especial, sobre as mulheres negras. Guimarães, ao separar analiticamente as categorias, constatou que:

“A pobreza, a falta de oportunidades, a desigualdade de rendimentos e a discriminação atingem mais fortemente as mulheres que os homens. Nos últimos anos, a luta pela emancipação das mulheres e pela efetiva igualdade entre os sexos melhorou em muito a posição das mulheres na sociedade brasileira. No entanto, olhando algumas características desagregadas por cor, fica-se com a ideia de que esse benefício restringiu-se, até agora, quase que totalmente às mulheres brancas. Ou seja, a emancipação das mulheres parece ter ficado restrita às classes médias e altas, não atingindo as mulheres pobres, geralmente negras.” (GUIMARÃES, 2012, p.76)

⁵⁹ Mais Mulheres no Poder – Contribuição à Formação Política das Mulheres – 2010. Marlise Matos e Iáris Ramalho Cortês. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

Exercício analítico também feito por Lélia Gonzalez, em 1982, com o qual chama a atenção para a posição e espaços destinados à população negra - espaços de subcidadania - constatação que ainda tem ressonância nos dias atuais. Portanto, quando analisamos as especificidades das trajetórias dessas mulheres negras na política, é possível identificar que essas mulheres não são introduzidas na política pelo apadrinhamento familiar. Suas candidaturas expressam-se a partir da construção de uma representação política marcada pelo pioneirismo, momento em que tiveram de enfrentar diversas formas de discriminações e opressão.

Nesse sentido, é interessante o modo como Domingas remete à falta de apoio e incentivo do próprio partido nas suas primeiras campanhas políticas e para experiências de discriminações no plano pessoal, social e no espaço político-partidário-parlamentar, quando mudou de partido. Opressão de gênero e raça que produziu violência simbólica.

A leitura que faço para compreender o processo de exclusão e desigualdade racial é que o processo de racialização, termo usado por Brah, foi construído a partir de um sistema de valores fundamentados nas relações por base na “diferença”, de maneira que diferentes grupos foram racializados de modo e circunstâncias variadas. Em consequência, a cor da pele, o fenótipo e a descendência tendem a determinar o “lugar” de cada indivíduo na sociedade. Temos de entender o racismo como um sistema de opressão que impede a mobilidade social da população negra, um sistema que impede que o negro ascenda em determinados espaços. Durante sua vida Rilza Vlentim também teve de enfrentar as práticas sexistas, classistas e o racismo institucional difuso no cotidiano de instituições. Mas, nesse ponto, a trajetória de Vera parece ter sido diferente das demais trajetórias apresentadas, pois a leitura que faz de sua identidade racial acompanha o que grande parte dos estudos de gênero tem feito, que é o de estreitar as relações com os processos de racialização de gênero e os demais eixos de diferenciação. Ao nos relatar sua trajetória, Vera acaba por expor o retrato social brasileiro, no qual a questão racial é decorrente de uma invisibilização, pois não se trata de uma invisibilidade, porque ela produzida, é produto de um movimento de invisibilização onde o racismo será um código dominante, da mesma forma que faz com que algumas temáticas, como o sexismo, sejam consideradas menores de serem discutidas⁶⁰.

Sobre a problematização da construção da identidade racial, não podemos considerá-la tão somente na sua dimensão pessoal, pois um país que nega suas origens africanas e que

⁶⁰Sandra Azeredo, em “*Teorizando sobre gênero e relações raciais*”, busca entender “por que em um país racista e desigual como o Brasil a questão racial permanece silenciada em grande parte de nossa produção teórica e prática, contrastando com os Estados Unidos, onde a questão racial tem sido incorporada em cheio nas produções feministas” (1994, p. 204).

teve, oficialmente, um projeto político de embranquecimento da sociedade, com a vinda dos imigrantes para cá, tem muito a dizer sobre sua construção social. Não raro uma expressiva parte da população ignora a própria identidade, não apenas racial como também étnico racial, inclusive desconsiderando elementos da própria cultura e as especificidades do racismo em nosso país.

Deste modo, o reconhecimento da identidade negra constitui-se como um processo mais amplo, não apenas de cunho subjetivo, mas, sobretudo, uma construção social, política, histórico e cultural.

A grande contribuição dessa reflexão é que ela evidencia que, a depender da combinação de diferentes sistemas de opressão, as experiências dos sujeitos são transformadas. Não existindo, assim, uma experiência comum de opressão que possa ser vivenciada e refletida da mesma forma por todas as mulheres negras. Questão chave que é colocada pelo pensamento feminista negro e que pode responder alguns dos questionamentos presentes nesse estudo. No ponto em que consiste verificar se o processo de construção da trajetória política das entrevistadas tem se dado por meio da afirmação das identidades negra e/ou feminina.

Vejamos que as formas de diferenciação social recaem sobre as trajetórias e, muitas vezes, as práticas discriminatórias são cometidas de forma explícita, o que faz com que o uso de categorias como gênero e raça tenham menor peso em relação a outras dentro das estratégias de legitimidade política. Em outras palavras, nas estratégias desenvolvidas por essas mulheres, dificilmente veremos elas elegerem-se, primeiramente por uma agenda feminista, ou por fazer uma relação entre raça e política. Fato recorrente à naturalização social da condição subalterna dessa população.

Oliveira (2004) nota que, desde a redemocratização na década de 80, temos assistido à emergência de candidaturas de políticos negros vencendo eleições para prefeito e governador. No entanto, é difícil presenciar candidaturas negras com a polarização das questões que usualmente ficam ausentes dos debates políticos, como os problemas de preconceitos, desigualdades raciais e apelos à identidade étnica como estratégias eleitorais, como as que ocorreram nas campanhas de Edvaldo Brito (PTB), em 1985 e de Benedita da Silva (PT), em 1992, respectivamente, às prefeituras de Salvador e do Rio de Janeiro.

No que tange aos aspectos políticos, trago o quadro sinóptico, a partir do qual é possível identificar que a ocupação do primeiro cargo eletivo foi como representante do legislativo do município.

Tabela 03 - Características Políticas das Entrevistadas

Nome	Partido Atual (ano)	Partido Anterior (ano)	Primeiro cargo eletivo
Domingas Paixão	PT (2012)	PMDB (2008)	Vereadora
Vera Lúcia	PR (2015)	PMDB (2008)	Vereadora
Rilza Valentim	PT (2008)	PL (2004)	Vereadora

Fonte: Tribunal Superior eleitoral (TSE) - Formatação própria.

Os dados acima também indicam a migração entre partidos. Essa migração tem como duas principais causas a falta de apoio partidário e de financiamento; e a segunda, por pretensões de aspiração política. A despeito da correlação entre gênero e partidos políticos:

“Hoje, faço parte do PR, não tenho nada contra ao antigo partido, sai por opção. Mas no PR eu sou bem recebida, os partidos precisam de mulheres filiadas, então eles correm muito atrás, almejam muito que mulheres façam parte do partido. Por isso que foram criados os PR mulher; PMDB mulher; PTN mulher porque tem que cumprir as cotas de mulher na política mesmo que não se elejam tem que se filiar” (VERA, SANTOS, 49 anos)⁶¹.

Em relato, Vera consta-nos que os modelos de financiamento adotado em suas duas candidaturas foram de doações de pessoas físicas. Os partidos e a iniciativa privada tendem a investir pouco na campanha de mulheres. Ao longo da pesquisa, identifiquei que a própria dinâmica de funcionamento dos partidos constitui um empecilho para a entrada das mulheres na política. Na opinião de Vera, há, sim, interesses dos partidos para que as mulheres filiassem-se. Em razão disso que são criadas as comissões executivas, no entanto, esse interesse dá-se por conta da determinação da lei de cota, pois “precisam inscrever suas chapas”. Avalia que as organizações partidárias não têm de fato o compromisso em contribuir com a formação das lideranças femininas. Segundo Araujo (2014), os partidos não são abstrações e, apesar de advogarem pela igualdade de gênero, parecem assumir esse compromisso apenas de forma retórica. Meneguello (2012), na pesquisa sobre *“Mulheres e negros na política,”* aponta que, dentre os partidos, o PT foi o primeiro a adotar, no seu estatuto, paridade de homens e

⁶¹ Depoimento de Vera Lúcia Maria dos Santos, atualmente prefeita do Município de Maragogipe- BA. Data de nascimento: 14/11/1966. Entrevista realizada em 01/12/2015.

mulheres nos cargos de direção. Segundo a pesquisadora, outros partidos estimulam a participação de mulheres e negros⁶² na política, mas, de fato, o apoio dado ainda é pouco.

Para tanto, o reconhecimento da desigualdade na política conduziu à adoção de medidas de ação positiva, como a promoção de campanhas - “Mulher na Política”, por exemplo -, que visam aumentar a representação feminina na política brasileira, valorizando a questão da igualdade de gênero, bem como a reformulação da Lei de Cotas, nº 12.034, aprovada em 2009, a partir da qual a reserva de vagas para a participação feminina nos cargos passa a ser obrigatória. Na sequência suas falas remetem a uma visão positiva das cotas que segundo as entrevistadas deveriam ser paritárias:

“É importante ter as cotas, eu acho que deveria ter 50% homem 50% mulher, como existe as cotas raciais nas universidades, deveria ter na política. Por que não ter? Você é obrigada ter os 30% filiada, mas não é obrigatório que se eleja esses 30%, deveria ser” (VERA, SANTOS, 49 anos).

A Legislação Eleitoral impõe que, no mínimo, 30% das candidaturas de partidos ou coligações sejam destinadas às mulheres, o que nem sempre é cumprido. Segundo dados publicados no Diário de Justiça da Bahia (2014), a maioria das coligações que se inscreveu para as eleições de 2014 na Bahia não conseguiu ou teve muita dificuldade para cumprir a cota mínima de 30% de mulheres candidatas, como prevê a Legislação Eleitoral. Para Domingas:

“As mulheres precisam concorrer, se aproximar mais da política, perder o medo e participar da política, pois no dia em que nós ocuparmos 30% das vagas, nós vamos reivindicar 50%, mas agora não podemos reivindicar 50% porque não estamos preenchendo nem 20%. E no dia em que nós conseguirmos ter 30% lá, você vai ver que o nosso Brasil vai ter uma grande mudança, uma grande diferença.” (DOMINGAS PAIXÃO, 62 anos)⁶³

Dentro dos processos democráticos, as cotas são vistas como medidas que proporcionam maior representação dos grupos sub-representados. Na política, a lei de cotas é uma ferramenta de incentivo à participação das mulheres. O discurso de Vera e Domingas é

⁶² No que diz respeito à composição racial por partido nas últimas eleições presidenciais de 2014, primeira eleição a termos dados oficiais sobre o perfil racial. Destaque-se que as legendas menores, ligadas a agendas socialistas ou operárias (PCB, PCdoB, PCO, PSTU e PSOL), são as que mais apresentam pretos e pardos entre seus candidatos as eleições deste ano. No que diz respeito aos partidos maiores, que atualmente dominam o pleito eleitoral em todo o Brasil, o PT tem 41,9% de candidatos (as) negros, o PSB 37,7%, o PSDB 32,8% e o PMDB apenas 26,5%. Os indígenas estão mais presentes no PC do B, PSOL, PSTU e PT, ainda que em proporção muito menor do que o desejado (INESC, 2014, p.5). Disponível em: <www.inesc.org.br> Acesso em: 24 set. 2016.

⁶³ Depoimento de Domingas Souza da Paixão, atualmente prefeita do Município de Governador Mangabeira-BA. Data de nascimento: 05/04/1953. Entrevista realizada em 10/09/2014.

pela defesa de uma cota para que as mulheres sejam eleitas e não para candidatura, como acontece atualmente.

Não há como negar que essa legislação trouxe avanços, mas especialistas, quase que unanimemente, apontam que, para mudar esse cenário de desigualdade, é necessária uma reforma política que garanta paridade entre homens e mulheres nas listas partidárias, e que promova o protagonismo das mulheres nos partidos. E acrescento, faz-se necessário uma mudança em que se viabilize a participação de grupos que são “minorias” políticas na sociedade.

A partir dessas trajetórias chegamos à conclusão da importância da representatividade de mulheres negras na política. Mas qual é a importância da noção de representação para grupos historicamente discriminados? Pois para ter reconhecimento faz-se necessário que se tenha alguma representação. Assim ao ser representado, os grupos historicamente discriminados acabam por romper o circuito do reducionismo e passa também a refundar o universal. No entanto, a luta pela representação deve está acompanhada a um projeto de transformação anti-racista, não-sexista, mas a discussão primeira é que precisamos, independente, de matrizes ideológicas, são as representações dos corpos, pois como coloca Munanga é pela geografia dos corpos que somos vistos e percebidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retratar as trajetórias das prefeitas do Recôncavo da Bahia (2012 – 2016) buscamos realizar uma reflexão crítica a respeito das suas experiências dentro da política formal, com especial atenção para os eixos de diferenciação que recaem sobre suas trajetórias e participação na vida política.

Constituído como um ambiente estreitamente desigual, desde os períodos da primeira república, a organização política partidária brasileira ainda configura-se como um espaço privilegiado masculino, marcado por uma estrutura de desigualdade entre mulheres e homens, brancos e negros e outras minorias dentro desse espaço. Constatamos que elas, de fato, fazem parte de um pequeno grupo de mulheres negras que conseguem ocupar postos nos espaços de poder.

A construção da representação social das mulheres negras é pensada na perspectiva da inferioridade e da subalternização, o que dificulta assumirmos espaços de gerência e de decisão seja em áreas estratégicas na educação, ou no campo da representatividade política.

A partir das suas trajetórias, tornou-se possível identificar como suas escolhas individuais, estruturadas por diversos marcadores sociais, matérias e simbólicos, combinados à variável racial, de gênero, classe, além das redes sociais, formaram elementos que integraram as suas trajetórias políticas - histórias que, embora possuam singularidades, cruzam-se com outras tantas histórias semelhantes e diferentes entre os sujeitos excluídos.

O olhar sobre essas trajetórias permite-nos analisar que elas não seguiram pelos padrões convencionais de inserção e participação na política. Assim ultrapassando as barreiras dos recursos materiais, foram construindo ambições a suas percepções de competência, pois, como foi visto, o preconceito e os estereótipos acabam por inibir a participação da mulher negra na política. Somado a isso, ao longo do trajeto, realizaram a conversão de capitais disponíveis – social, cultural e simbólico -, em capital político (BOURDIEU, 1989). Com efeito, foram acumulando “capital”.

Também foi possível observar, neste estudo, que a dedicação dessas mulheres às atividades políticas, em geral, soma-se a um considerável período de tempo. Contabilizados não só pelos mandatos exercidos, como também pelas atividades desempenhadas antes da ocupação do cargo eletivo.

Em um cenário desfavorável à consolidação das suas candidaturas, mediante a uma conjuntura política determinada pelo “chefe político”, com muitas dificuldades, elas

conseguem adentrar nesse espaço. Tiveram de lidar com opressão de classe e outros sistemas discriminatórios, pois vivemos a raça através do gênero e da classe e, quando esses elementos interpenetram-se, criam desigualdades de acesso às posições dentro e fora da política.

A partir da análise orientada pelos elementos que atravessam nossas relações e que não podem ser esquecidos, percebemos que, a todo tempo, elas fazem uma leitura gendrada do seu lugar na política. Ao acompanhar a ação políticas dessas mulheres fica claro que elas sabem que estão ocupando um espaço que tem uma essência masculinizada, desde o simples fato do direito à fala, até as circunstâncias de como elas são eleitas, por exemplo, sem o devido financiamento dos partidos, em campanhas, muitas vezes, feita de forma artesanal. No entanto, os obstáculos para as mulheres negras não terminam quando finalmente conquistam os cargos. O seu exercício de mandato também é marcado por constrangimentos.

Não há dúvidas quanto as suas habilidades em transitar e fazer política. Mulheres empoderadas que, embora tendo uma atuação aparentemente tímida no que diz respeito às questões de gênero e raciais, trazem importante simbolismo. Do ponto de vista da representação simbólica, é importante termos mulheres negras frente a estes cargos políticos. Pois, se olharmos sob uma perspectiva histórica, veremos que se levou muito tempo para ter uma mulher prefeita nesses municípios. E, na medida em que elas se deslocam para política, esquivando-se do discurso normativo de que a política não é para mulher, concomitantemente, trazem visibilidade histórica do protagonismo das mulheres negras nos cargos políticos eleitorais.

Para concluir, é importante reafirmar a necessidade de que as mulheres ocupem esses espaços. As trajetórias dessas personagens tornam-se úteis para pensar as formas de inserção política das mulheres no âmbito do cargo executivo municipal, porém, mais do que isso, é extremamente pertinente investigar a participação feminina e negra na política em âmbito municipal, na região do Recôncavo, não só porque, tradicionalmente, a política não é tida como lugar das mulheres, mesmo a política enquanto categoria ampliada, mas porque, em uma região majoritariamente negra, dificilmente a população negra vê-se representada nas instâncias de poder.

Portanto, para que essas mulheres assumissem esse lugar de empoderamento não foi uma tarefa fácil. Mudanças recentes e significativas que poderão ser dimensionadas após alguns anos, o que evidencia que as questões que permeiam o tema não se esgotam neste trabalho. Abrem espaços para que, posteriormente, estudos possam avaliar de que forma tais representações repercutiram dentro da história política local no Recôncavo da Bahia.

REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ, Maria Luzia Miranda. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. **Revista de Ciências Sociais**, v. 51, n. 4, p. 895-939, 2008.

ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo (trad. Édna de Marco). **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

ARAÚJO, Clara. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 9, set/dez, p. 147-168. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n9/06.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

_____. **Mulheres nas eleições de 2014** – elegibilidade, um desafio que permanece. Disponível em: <<http://agenciapatriciagalvao.org.br/politica/sociologa-analisa-obstaculos-eleicao-de-mais-mulheres-brasil/>>. Acesso em: 31 out. 2014.

_____. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº9. Brasília, setembro - dezembro de 2012, pp. 147-168.

_____. “A interseção entre gênero e partidos políticos no acesso das mulheres às instâncias de representação”. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, jun, 2005.

_____. **Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero**. Crítica Marxista, nº 11. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Rev. Estud. Fem.**, v.9, n.1, p. 231-252, 2001.

AZEVEDO, Thales. **As elites de cor numa cidade brasileira**. Um estudo de Ascensão Social & Classes Sociais e Grupos de Prestígio. Salvador: EDUFBA/EGBA, 1996.

AZEREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Revista Estudos Feministas**, n. esp., p. 203-216, 2. sem. 1994.

BAILEY, F. G. Gifts and poison. In: BAILEY, F.G. (ed.). **Gifts and Poison: The Politics of Reputation**. Oxford: Basil Blackwell, 1971.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 458-463, 2. sem. 1995.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Núcleo de Antropologia Política, 1998.

BARREIRA, Irllys; PALMEIRA, Moacir (orgs.). **Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil**. São Paulo/Fortaleza: Annablume/Edições UFC, 1998.

BOBBIO, N., MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política A - K**. 11ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1998.

BONETTI, Alinne de Lima. Antropologia Feminista: o que é esta antropologia adjetivada? In: **Gênero, mulheres e feminismos**. Alinne Bonneti e Ângela Maria Freire de Lima e Souza (org.). - Salvador: EDUFBA: NEIM, 2011. Coleção Bahianas. 14. p. 53-67.

BORBA, Julian. **Ciência política**. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2006.

BORBA, Julian. **Participação política**: uma revisão dos modelos de classificação. *Sociedade & Estado*, Brasília, v. 27, n. 2, ago., p. 263-288, 2012.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, jan/jul, p. 193-216, 2011.

_____. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes. **Escritos de Educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998, p. 68.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. A ilusão biográfica. Paris: 1986. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996.

_____. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**, São Paulo: Editora Ática, n. 39, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1994.

_____. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cad. Pagu*. n.26, Campinas / São Paulo. p. 329-376, 2006.

BRASIL, Lei 12.288/10. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Doença falciforme**: condutas básicas para tratamento / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 64 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Relatório das eleições 2010**. – Brasília: TSE, 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDWELL, Kia L. **Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil**. Revista Estudos Feministas, UFSC, vol.8, p.91-107, 2000.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, C. **A Raça dos (In) Eleitos. Insight Inteligência** (Rio de Janeiro), v. 2015, p. 60-72, 2015.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. Tese de doutoramento em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo), NEIM/UFBA, 2012.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. Revista de Antropologia (USP), São Paulo, v. 39, nº 1, p. 13-27, 1996.

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, coronelismo, clientelismo; uma discussão conceitual. In: **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: ed. UFMG, p. 130-153, 1998.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e Raça. In: BRUSCHINI, Cristina, UNBEHAUM, Sandra G.(org). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo. Educação. 34, p.169-193, 2002.

_____. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Ed. Summus Editorial, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo, ed. Ática, 2000.

COLLINS, Patricia H. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. 2nd edition. New York: Routledge, 2000.

COLLINS, Patricia. H. Rasgos distintivos delpensamiento feminista negro. In: **Feminismos negros. Una antología Edición: Mercedes Jabardo**. Madri: Traficantes de Sueños, p.99-134, 2012. Publicação original: HILL COLLINS, Patricia.

COLLINS, Patricia. H. Distinguishing features of black feminist thought. In: **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. 2nd ed. New York: Routledge, p.21-43, 2000.

COSTA, Ana Alice. **As donas do poder: mulher e política na Bahia**. Salvador. NEIM-UFBA: Assembléia Legislativa da Bahia, 1998.

COSTA, Ana Alice. **A política de cotas na America Latina: as mulheres e dilemas da democracia**. In: Gênero, mulheres e feminismo- Coleção Bahianas - NEIM-UFBA: p.189-219, 2011.

COSTA, S. G. Onda, rizoma e “sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século XX). **Revista Interdisciplinar INTERthesis**. Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 01-29, jul./dez, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Politics and Antiracist Politics.** University of Chicago Legal Forum 1989: 139-167.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero (L. Schneid, Trad.). **Revista Estudos Feministas.** 10(1), 171-188, 2002.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto** (2a ed., L. de O. Rocha, Trad.). Porto Alegre: Artmed, 2007. (Obra original publicada em 2003)

DAHL, Robert. **Análise Política Moderna.** Brasília, 2ª ed.: Ed. UnB, 1988.

DANTAS NETO, P. F. O carlismo para além de ACM: estratégias adaptativas de uma elite estadual. In: SOUZA, C. & DANTAS NETO, P. F. (orgs.). **Governo, elites políticas e políticas públicas nos estados brasileiros.** Rio de Janeiro: Revan, 2006.

DAVIS, Angela. **Women, race and class.** Nova York, Vintage Books, 1981.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico.** São Paulo, Ed. Martin Claret, 2002.

EIA/RIMA. **Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental do Estaleiro do Paraguaçu.** SUDIC: Salvador, 2009.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos.** São Paulo: DIFEL, 1972.

FIGUEIREDO, Angela. Dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. In: SANSONHO, L.; PINJO, O. A. In: **Raça: novas perspectivas antropológicas.** 2 ed.rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

FRASER, Nancy. “**Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista**”. In: SOUZA, Jessé (org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea.* Brasília: EdUnB, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** Rio de Janeiro: José Olympio / INL-MEC. 20ª ed, 1960.

FRY, Peter, **A presença da raça** – Rio de Janeiro: Cap. 6, 7 e 8 Civilização Brasileira, 2005.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, Lelia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** São Paulo, Ciências Sociais Hoje, 2. ANPOCS, p.223-244, 1983.

GROSSI, Miriam Pillar. “**Identidade de Gênero e Sexualidade**”. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, n. 24, PPGAS/UFSC, 1998.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.

_____. Raça, cor, cor da pele e etnia. **Revista dos alunos de pós-graduação em antropologia social da USP**. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 20, p. 1-360, 2011.

_____. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2012.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal. (1979)

HASENBALG, Carlos, SILVA, Nelson do Valle e, LIMA, Márcia. **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

HOOKS, Bell. **Ain't I a woman: black women and feminism**. Boston: South End Press, 1981.

_____. **Feminist theory: from margin to center**. Boston: South End Press, 1984.

_____. **Feminism is for everybody: Passionate politics**. Cambridge: South End Press, 2000.

_____. “Alisando o nosso cabelo”. **Revista Gazeta de Cuba — Unión de escritores y artistas de Cuba**. Jan/fev, 2005. Disponível em: <<http://criola.org.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

HOLVINO, Evangelina. **Intersections: the simultaneity of race, gender and class in organizational studies**. *Gender, Work and Organization*. Vol. 17, n. 3, p. 248-277, 2008.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HTUN, Mala. A política de cotas na America Latina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.1, 2001.

KOFES, S. Mulher. **Mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

KOFES, Suely. **Uma Trajetória, Em Narrativas**. São Paulo: Mercado de Letras, p. 192, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013**. Rio de Janeiro, 2014.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LORDE, Audre. A Transformação do Silêncio em Linguagem e Ação. SinisterWisdom, vol. 6. Berkeley, 1978. Apud: **Textos escolhidos de Audre Lorde**. Editorial Difusão Herética, s/n.

MACEDO, G; AMARAL, A. **Dicionário da crítica feminista**. Porto: Edições Afrontamento, 2005: 145.

MANDARINO, Ana Cristina de S. e GOMBERG, Estélio. **Racismos: olhares plurais**. Org: Salvador: EDUFBA, 2010.

MARCONDES, Mariana et al. (Orgs.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

MATOS, Marlise. **Mecanismos de inclusão de mulheres no poder: a ‘corrida de obstáculos’ e a experiências das cotas partidárias para mulheres no Brasil**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 7. Florianópolis, agosto. 2007.

MATOS, Marlise e CORTÊS, Iáris Ramalho. **Mais mulheres no poder: contribuição à formação política das mulheres**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

MATOS, M. **Paradoxos da Incompletude da Cidadania política das Mulheres: novos horizontes para 2010**. Debate: Opinião Pública e Conjuntura Política, 2, 31-59, 2010.

MATTOS, Patrícia. **O reconhecimento, entre a justiça e a identidade**. Lua Nova, São Paulo, n. 63, 2004.

MENEGUELLO, Rachel. **Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros**. Campinas, São Paulo: UNICAMP/CESOP, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. "Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Rev. Estud. Fem.** vol.18 n° 3 Florianópolis, set/dez. p. 653- 678, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, pp. 115-134, jun, 2003.

_____. Representação política em 3D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 51, fev. 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. *Ciênc. saúde coletiva*, vol.17, n.3, mar, p.621-626, ISSN 1413-8123, 2012.

MOTA, F.F; BIROLI, F. **O gênero na política: a construção do “feminino” nas eleições presidenciais de 2010.** Cad. Pagu. 2014, n. 43, p. 197-231

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Cadernos PENESB 7. Rio de Janeiro, 2003.

_____. A questão da diversidade e da política de reconhecimento das diferenças. **CRÍTICA E SOCIEDADE: revista de cultura política**, v. 4, p. 34-45, 2014.

_____. **Negritude - Usos e sentidos.** 1a. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. 93

_____. **Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil:** fundamentos antropológicos. Revista USP, v. 68, p. 45-57, 2006.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco:** estudo de relações raciais. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

_____. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem:** sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Tempo Soc., São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, jun, 2007.

OLIVEIRA, Cloves Luiz Pereira. **O Negro e o Poder:** Os Negros Candidatos a Vereador em Salvador, em 1988. Caderno CRH, Suplemento, pp. 94-116, 1991.

_____. **O negro e o poder no Brasil:** uma proposta de agenda de pesquisa. Caderno CRH. Salvador, n. 36, p. 49-67, jan/jun. 2002.

_____. **O que acontece quando um cavalo de cor diferente entra na corrida?** O painel das estratégias eleitorais dos políticos afro-americanos nas eleições municipais nos Estados Unidos. BIB, São Paulo, n.o 5, 1º. p. 103-123, 2004.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceptualizing Gender:** The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, p. 1-8, 2004.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra:** afetividade e solidão. Salvador: EDUFBA, 2013.

PHILLIPS, Anne. ¿Deben las feministas abandonar la democracia liberal? En: CASTELLS, Carme. **Perspectivas feministas en teoría política.** Barcelona: Paidós, p. 80-98, 1996.

PHILLIPS, Anne. **Which equalities matter?** Londres, Polity, 1999.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando A(categoria) Mulher? In: Algranti, Leila Mezan. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero.** Campinas: IFCH/UNICAMP, v. 48, p. 7-42, 2001.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, Categorias de Articulação e Experiências de Migrantes Brasileiras. *Sociedade & Cultura*, v.11, n.2, jul/dez. p. 263 a 274, 2008.

PINHEIRO, Israel de Oliveira. A política na Bahia: Atraso e personalismo. In: **Ideação**. Feira de Santana, n. 4, jul/dez, p. 47-78, 1999.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, v. 18, n. 36, jun, p. 15-23, 2010.

QUEIROZ, M. I. P. “Relatos orais: do ‘indizível’ ao ‘dizível’”. In: **Ciência e Cultura**. 39(3): 272-286, 1987.

REIS, Fernanda Teixeira. **Política mandonista no Estado da Bahia**: o fenômeno político do Carlismo e as sucessivas estratégias de adaptação da elite política baiana. 2010. 130 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. **Dimensões da participação política no Brasil**. Teoria & Pesquisa, v. 20, n. 2, 2011.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. 6. ed. São Paulo:Nacional; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982

ROSALDO, Michelle. **O uso e o abuso da antropologia**: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. Horizontes Antropológicos, Gênero, ano 1, no 1. p.11-36, 1995.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política dos sexos**. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS CORPO - Gênero e Cidadania, 1975.

SAMPAIO. Consuelo Novais. **Poder e representação**: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937. Salvador: Assembléia Legislativa. Assessoria de Comunicação Social, 1992.

SANTOS, Boaventura de S. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia**: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 59-100. Texto original de 1959.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria Útil de Análise Histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul/dez., p. 71-99, 1995.

SCOTT, Joan. **Gender**: Useful Category of Historical Analysis. *American Historical Review*, v. 91, n. 5, p. 1053-1975, dez. 1986.

SEGATO, Rita. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. In: **Série Antropologia**, nº 236. Brasília: UNB, Departamento de Antropologia, 1998.

SEPPPIR- A participação das mulheres negras nos espaços de poder, 2010. Disponível em <http://www.portaldaigualdade.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-aco-es-afirmativas/a-participacao-das-mulheres-negras-nos-espacos-de-poder>.

SILVA, Nelson do Valle. Estabilidade Temporal e Diferenças Regionais no Casamento Inter-Racial no Brasil, in C. Hasenbalg e N. do V. Silva (orgs.), **Relações Raciais no Brasil**. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1992.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira. Quem é e Como Vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero, assim como raça para etnicidade? **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, n. 2, p. 101-119, 1991.

VALE, Maísa Maria. **Mulheres Negras na Política**: Trajetória social e política de mulheres negras às eleições municipais de Salvador (2008 – 2012). 2014. Salvador. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo), NEIM/UFBA, 2014.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva, 1995, p.323.

WOORTMANN, Klaas. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

YOUNG, I. M. 1990a. *Justice and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton University.

ANEXOS

ANEXO A

MAPA TERRITÓRIO DE IDENTIDADE RECÔNCAVO – BAHIA



Fonte: Coordenação Estadual dos Territórios, 2007, SEI- 2010.

ANEXO B

TABELA 04- PREFEITAS - MUNICÍPIOS DO RECÔNCAVO ELEIÇÕES 1988 A 2012

Ano	Município	Prefeitas	Partido
1988	Conceição do Almeida	Lúcia Borges Cone	(PL)
1996	Conceição do Almeida	Lúcia Borges Cone	(PL)
2004	São Sebastião do Passe	*Tania Maria Portugal da Silva	(PCdoB)
2008	Cabaceiras do Paraguaçu	Romildes Oliveira Rios Machado	(PMDB)
	Governador Mangabeira	Domingas Souza da Paixão	(PMDB)
	São Francisco do Conde	Rilza Valentim de Almeida Pena	(PT)
	São Sebastião do Passe	Tania Maria Portugal da Silva	(PCdoB)
2012	Governador Mangabeira	Domingas Souza da Paixão	(PT)
	Maragogipe	Vera Lúcia Maria dos Santos	(PMDB)
	São Francisco do Conde	Rilza Valentim de Almeida Pena	(PT)

Fonte: TSE - Formatação própria.

*Eleita para vereadora e presidente da Câmara Municipal após afastamento do prefeito assume a gestão municipal.

ANEXO C

SIGLAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS REGISTRADOS NO TSE

- PMDB- PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
- PTB- PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
- PDT- PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
- PT- PARTIDO DOS TRABALHADORES
- DEM - DEMOCRATAS
- PC do B - PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
- PMN- PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL
- PRP - PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA
- PPS - PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
- PV- PARTIDO VERDE
- PT do B - PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL
- PP - PARTIDO PROGRESSISTA
- PSTU- PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO
- PCB - PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
- PRTB - PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO
- PHS- PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE
- PSDC- PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO
- PCO- PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA
- PTN - PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL
- PSL- PARTIDO SOCIAL LIBERAL
- PRB - PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
- SOL - PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE
- PR - PARTIDO DA REPÚBLICA
- PSB- PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
- PSDB- PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
- PTC - PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO
- PSC- PARTIDO SOCIAL CRISTÃO

Fonte: www.tse.gov.br Acesso em: 10 out. 2014.

ANEXO D

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Nome	Eleições 2008/ Partido ()
Cor/ raça	
Estado civil/ situação conjugal:	Idade:
Escolaridade:	Filhos:
Partido Atual:	Religião:

Bloco 01- trajetórias- biografia e vida política

- 1-Trajétória: Familiar, escolar, formação profissional, ocupação anterior.
- 2-Quando e onde nasceu?
- 3- Lembranças do tempo escolar, onde estudou como era a ida para escola em que condições adentra na escola? Como era a senhora na escola?
- 4- Quando começou a trabalhar? Qual era sua ocupação antes de ser vereadora?
- 5- Chefiou a família sozinha?
- 6- Quando começou seu interesse por política? Como foi o começo da sua vida política?
- 7-Teve alguma atuação em movimentos estudantil, partidária, sindical, associativa, comunitária, etc.?
- 8- A senhora encontrou alguma dificuldade para apresentar sua candidatura ou campanha eleitoral? Quais? E como foram resolvidas? Quem financiou sua primeira campanha?
- 9- Dentro dessa conjuntura com se deu a escolha do partido?
- 10- Sobre as estratégias de apresentação nas campanhas eleitorais.
- 11- Existe a tradição familiar na política/ militante na política?
- 12- Sobre a conciliação entre as atividades públicas (profissionais) e privadas (pessoais)? Existem dificuldades? Quais?
- 13- Em algum momento a senhora pensou em desistir da carreira política?

Bloco 02- Mulher e política

- 14- A senhora foi à primeira mulher a ocupar a prefeitura de Governado Mangabeira. Como é estar à frente de um posto de tamanho destaque?
- 15- Mulheres representam mulheres? A presença feminina na política está ligado a função dos interesses femininos?
- 16- A Sra. já se sentiu discriminada devido à condição de mulher ou ao pertencimento de gênero no exercício dos mandatos?
- 17- Como vê a participação da mulher na política no estado e nos municípios?
- 18- Qual a relação que teve, enquanto mulher, com o partido? O partido apóia mais ou menos determinado candidato (a)?
- 19- Em sua opinião ainda existe um olhar diferenciado por parte dos eleitores quando a candidata é uma mulher? E esse olhar difere quando a candidata mulher é negra?
- 20- Sua opinião sobre o processo de implementação das cotas de 30% para as mulheres na política?

Bloco 03 - Experiência racial

- 21- Como à senhora ver a condição do negro no Brasil.
- 22- O que para você é ser mulher a partir da experiência racial?
- 23 - Já sofreu algum ato de racismo? A existência de algum fato em que alguém enfatizou negativamente sua condição racial?
- 24- Qual a importância de que mulheres negras ocupem esse espaço?